



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

QUE ELA CRESÇA E APAREÇA!

Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio
Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013)

JUSSIANA SILVA DOS SANTOS REBOUÇAS

CACHOEIRA- BA

2014

JUSSIANA SILVA DOS SANTOS REBOUÇAS

QUE ELA CRESÇA E APAREÇA!

Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013)

Monografia apresentada ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Georgina Gonçalves dos Santos

CACHOEIRA-BA

2014

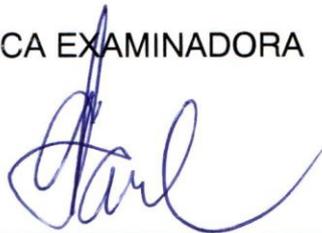
JUSSIANA SILVA DOS SANTOS REBOUÇAS

QUE ELA CRESÇA E APAREÇA!

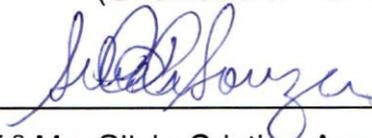
Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013).

Cachoeira – BA, aprovada em 10/04/2014.

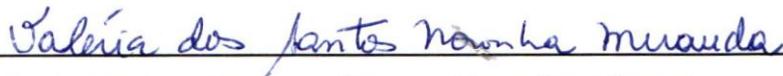
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Georgina Gonçalves dos Santos
(Orientadora – UFRB)



Prof.^a Ms. Silvia Cristina Arantes de Souza
(Membro Interno – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)

Dedico à DEUS, autor da minha existência. À minha mãe e meu pai (Valdelice e José) meus maiores amigos e amores eternos. Ao meu esposo Cláudio Márcio que és um grande homem e que tanto amo e admiro. À Raiana meu primeiro raio do sol, sobrinha iluminada. À Clarice Vitória, minha pequena guerreira que a tia tanto quer bem e cujos segredos me fascinam. Ao meu rei Arthur, sobrinho determinado, carinhoso e encantador! Vocês me deixam grávidas de esperança...

AGRADECIMENTOS

Grata à DEUS, autor da minha existência, sentido do meu viver;

Rainha do meu ser, exemplo de amor e bondade: Muito obrigada minha mãe Valdelice, sua vida é um exemplo de luta e determinação. Minha maior e melhor educadora!

Aorado pai José, meu companheiro de viagens, tu me ensinaste a ser batalhadora e ao teu lado aprendi a lutar por um mundo mais democrático.

Tia Tonha, sempre presente em aconselhar e pronta a jamais julgar. Muito obrigada pelos mimos!

Irmãos Júnior e Daiana, meus companheiros de luta, de conquistas, de sorrisos... Muito obrigada pelas brincadeiras, pelo apoio, pelo carinho, pela atenção, pelos embates de irmãos!

Depois que te encontrei, meu coração passou a acreditar que o casamento é uma dádiva! Obrigada por estar ao meu lado, por me amar, me acolher, me incentivar, me abraçar, me fazer acreditar que estudar é acima de tudo conhecer a liberdade! Te amo meu esposo Cláudio Márcio.

A minha sogra (Icléa) e meu sogro (Deda), são pais que ganhei e passaram a caminhar comigo, me ajudando e me incentivando a prosseguir. Em continuação a todos os cunhados e concunhados, obrigada por participarem da minha trajetória.

Ouvir vocês me chamando de tia é o bastante para alegrar o meu dia. Dute para Rai, Guguci para Arthur, Thithia para Clarice Vitória, Tia Jussi para Gustavo. Amo vocês, e obrigada por me ensinarem a sabedoria da infância.

Sou grata também a minha orientadora Georgina, pois aprendi a olhar o cotidiano com olhos atentos, sentido os diferentes cheiros e saboreando diversos gostos na arte de pesquisar.

Escola Rômulo Galvão: obrigada pelo espaço constante de aprendizagem. Estudantes, em especial as mães adolescentes... a contribuição de vocês foi essencial para o construto que agora apresento.

Mércia, Rita, Carlos e Djane... somos colegas, amigos e aprendemos juntos o ofício de ser estudante.

Professores, Sílvia, Henrique, Valéria, Suzana, Wilson, Gabriele, Márcia, Albany, Maria de Fátima, Fabrício, Lúcia, Marina, Ilzamar, Rosemeire, Rosenária, obrigada pela dedicação;

Restam meus demais colegas do curso: aprendi com cada um...

ENFIM, MUITO OBRIGADA!

É chegado um tempo em que o corpo da mulher irá nascer das palavras das mulheres. (Elizabeth Ravoux-Rallo, 1984).

RESUMO

Como seres humanos, nós sempre nos posicionamos enquanto corpo no mundo. Também com o corpo nos localizamos e estruturamos nossas vidas, as quais possibilitam o encontro de outros corpos que nos fazem aprender socialmente a esconder-se e ou desvelar-se, morrer e ou viver, aceitar e ou resistir. Nesse sentido, a presente pesquisa de cunho qualitativo, mas associada a dados quantitativos (convencionalmente úteis quando associados à análise crítica, ou seja, estes foram acompanhados de uma observação participante em que a quantificação é entendida como um fenômeno de multinível de dimensão temporal e, sobretudo carregada de subjetividade, entre os indivíduos que experimentaram os questionários estatísticos), busca de forma interdisciplinar, desenvolver um debate acerca da gravidez na adolescência, discutindo sobre seus corpos, seus sonhos e seus amores que historicamente foram visíveis para o estigma e invisíveis para o sucesso, sendo por isso mesmo vítimas de políticas públicas higienistas e moralizantes. No entanto, apesar do machismo, do racismo e das desigualdades sociais reproduzidos socialmente, essas garotas negam o estigma de irresponsáveis, imaturas e inconsequentes ao resistirem, diante do desejo da maternidade e do status de ser mãe, com as cartas que lhes são oferecidas e, mesmo que limitadas socialmente, as utilizam no jogo cotidiano de adaptações e improvisos.

Palavras-chave: Adolescência, gênero, gravidez, desejo.

ABSTRACT

As human beings, we always position ourselves as a body in the world. Also locate ourselves with the body and structure our lives, which enable the gathering of other bodies that make learning in socially into hiding and unveiling or up, or live and die, and accept or resist. Accordingly, this qualitative research, but associated with quantitative data (useful when conventionally associated with critical analysis , ie, they were accompanied by a participant observation where quantification is understood as a phenomenon of multilevel temporal dimension and especially fraught with subjectivity, among individuals who have experienced the statistical questionnaires), seeking interdisciplinary way, develop a debate about teen pregnancy, arguing about their bodies , their dreams and their loves were historically visible and invisible to the stigma for success, so even being victims of hygienists and moralizing public policy. However, despite the sexism, racism and social inequalities reproduced socially, these girls deny the stigma of irresponsible, immature and inconsequential to resist, given the desire of motherhood and the status of being a mother, with the cards that are offered to them and even if socially limited, use them in everyday game adaptations and improvisations.

Keywords: Adolescence, gender, pregnancy, desire.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: E... MINHA “BARRIGA” FOI CRESCENDO	10
1.1 A GESTAÇÃO...	20
2. PALAVRAS GRÁVIDAS DE MUNDO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE SEXUALIDADE FEMININA, MATERNIDADE E ADOLESCÊNCIA.....	26
3. EMPURRANDO COM A BARRIGA: POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS EXPERIÊNCIAS PESSOAIS ACERCA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO COLÉGIO ESTADUAL RÔMULO GALVÃO-SÃO FÉLIX/2013.....	48
4. RECLAMANDO DE BARRIGA CHEIA: RITO DE PASSAGEM E STATUS SOCIAL NA MATERNIDADE “PREMATURA”	65
4.1. CARREGANDO O REI NA BARRIGA: ESTIGMA E RESISTÊNCIA	76
4.2. BARRIGA É COISA QUE NÃO SE ESCONDE	84
5. CONCLUSÃO: QUEM PARIU MATEUS QUE BALANCE!.....	88
6. REFERÊNCIAS	96

1. INTRODUÇÃO: E... MINHA “BARRIGA” FOI CRESCENDO

Por vezes a palavra representa um modo mais acertado de se calar do que o silêncio
(*Simone de Beauvoir*)

A história sobre as mulheres e sua sexualidade não nos deixa dúvidas de quanto a moral, as regras e os bons costumes socialmente construídos, cerceavam o comportamento feminino nas mais diversas sociedades. Também, nos salta os olhos, que tais condutas sempre foram acompanhadas de coerção, repressão, submissão e não menos violência. Assim, as mulheres foram marcadas por essa história, que também é história dos seus corpos, da sexualidade, dos seus amores, das suas loucuras, dos seus sentimentos. Dessa forma, pensar na mulher brasileira hoje é perceber as permanências e mudanças dessa história, mas acima de tudo, é compreender como se dão suas relações sociais em uma conjuntura de ordem capitalista e que ainda é profundamente machista. Daí, os corpos femininos continuam sendo marcados pela violência doméstica, expostos à concepção da mulher enquanto objeto sexual, vulneráveis ao preconceito e tabus, que inibem o prazer feminino e provocam choro. Mas ao mesmo tempo essas mulheres como resposta à dominação, jogam o jogo da resistência mediante “poderes informais”¹ prenes de significações.

Em meio a esses poderes e saberes, fui desafiada a refletir sobre como as mulheres se comportavam no meu ambiente de trabalho, e, entre paixões e amores, engravidei do objeto de pesquisa que ora apresento, descrevo e analiso. Com efeito, a minha história de 10 anos enquanto professora do Ensino Médio no Colégio Estadual Rômulo Galvão² me proporcionou

¹ Segundo Foucault é necessário perceber que a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 2012, p. 360).

² **O Colégio Estadual Rômulo Galvão** (romulogalvao24@hotmail.com- tel/ 3438-4195) situado à Rua Salva Vidas- S/N na cidade de São Félix-BA, foi criado pelo decreto nº 22.785 no dia 24/02/72, o qual a princípio autorizava-o apenas para o trabalho com turmas do Ensino Fundamental II até 1979, quando foi liberada sua licença para implantar o Ensino Médio. Dentre os seus 42 anos de existência, possuiu o ensino de contabilidade e antigo magistério, promovendo então a saída de muitos professores e a acolhida destes mesmos para o seu ambiente de trabalho. É válido destacar que é a única instituição do município que oferece, concomitantemente, as duas últimas etapas da Educação Básica: o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, sendo então muito importante para a comunidade de São Félix, mas para o ano de 2014 vai possuir apenas o 8º ano até ficar em sua totalidade com o Ensino Médio, devido o processo de municipalização. Atualmente o Colégio vem sendo dirigido pela equipe Helena Maria Vasconcelos Lima (diretora), Emanuel Divino (vice-diretor) e Cláudia Jatobá (vice-diretora) 42 docentes, um secretário (João Rocha) e aproximadamente 20 funcionários de secretaria, vigilância e serviços gerais. Vale destacar também que os três turnos funcionam normalmente e sua população segundo os dados do Educacenso 2012 é de 972 estudantes, incluindo o anexo que funciona na zona rural. A escola atende aos requisitos básicos para o funcionamento legal de uma instituição escolar ao possuir um terreno com uma área de 5.742,5 m², sendo 2.109 m² de área construída. Nessa área encontram-se 15 salas de aula, uma biblioteca com sala de leitura integrada, sala de informática climatizada com computadores conectados à rede, quadra poliesportiva, sala de jogos, sala de vídeo e uma ampla área de convivência, além de dispor de recursos audiovisuais: TV pendrive, datashow, retroprojeto, DVD, máquinas fotográficas, computadores, filmadoras e

um elo de “amor e gravidez” sobre o mundo simbólico e prático das mães adolescentes. Engravidei não dos discursos prontos e acabados difundidos pela mídia, pelas igrejas, pelos profissionais da saúde e até mesmo pelas escolas. Mas fui fecundada pela semente do inconformismo, da inquietação em não aceitar respostas prontas e engessadas que colocam o adolescente entre a prematuridade e a irresponsabilidade social, remetendo a tal fase de vida problemas como dificuldades de inserção profissional, consumo de drogas, delinquência, evasão escolar, conflitos com os pais, sexualidade desmedida e desprotegida.

Questão essencial é a de saber se esse pessimismo que hoje em dia transparece também no discurso científico sobre a juventude não será uma ressonância do discurso que atravessa o olhar das gerações adultas sobre as gerações jovens, isto é: em que medida os problemas sociais não arrastarão, ou, melhor, não contaminarão as próprias problemáticas sociológicas? (PAIS, 1990, p. 144)

Frequentemente a mídia e a opinião pública expressam a ideia de que os jovens no Brasil têm hoje em dia uma tendência aparentemente incontrolável à precocidade sexual, em um contexto desestruturado. Este pensamento destaca que a gravidez na adolescência (na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, adolescente é o indivíduo entre doze e dezoito anos de idade) é um tema fruto de uma concepção machista e preconceituosa perante a mulher. De fato, ser mãe na adolescência é um fenômeno tratado na academia enquanto uma relevante expressão da questão social, que apesar de muito debatido e estudado, além dos inúmeros projetos envolvendo oficinas, encontros com os adolescentes, sinaliza lacunas tanto no rigor teórico quanto na prática pensada. Primeiro porque a concepção de adolescência está atrelada não só a fatores físicos e psicológicos, mas também a fatores socioeconômicos que determinam o modelo de sociedade de cada época. No entanto, na maioria das vezes, é uma fase tratada como natural, acompanhada de conflitos, rebeldia, contestação aos dogmas e valores da sociedade.

Em segundo lugar, ao ser naturalizada, a adolescência torna-se mítica e os discursos universalizam o saber, dificultando uma compreensão mais profunda e específica do ser adolescente na contemporaneidade. Adolescência, portanto, deve ser pensada para além da abordagem descritiva: a idade cronológica, a puberdade (transformações físicas) a rebeldia, a imaturidade, a predisposição para drogas e sexo inseguro, a gravidez indesejada. Torna-se

televisão. Além disso, muitos estudantes da UFRB (História, Serviço Social, Cinema) vão estagiar na instituição e inclusive alguns projetos estão articulados ao cotidiano da escola. Com efeito, dentre alguns projetos das universidades circunvizinhas (UEFS, UFRB, UFBA), o OVE é um desses. Vale salientar, portanto, que a Escola ofereceu e mantém uma sala com diversos equipamentos e móveis, destinados aos trabalhos do grupo.

urgente pensar adolescência sob a égide analítica, enquanto conceito construído e reconstruído dentro de uma história e tempo específicos.

A condição básica que favoreceu a “inauguração” da adolescência ocidental do século XX foi, principalmente, a possibilidade de prescindir da ajuda financeira dos jovens que agora podem se dedicar mais tempo à formação profissional. Além disso, a realidade contemporânea e tecnicista exige cada vez maiores aperfeiçoamentos profissionais, levando a um esticamento do período de preparação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho. Paralelamente, aumenta também o tempo de tutela das crianças pelos pais, uma vez que elas são mantidas mais tempo nas escolas (FROTA, 2007, p. 156).

Fica evidente então, que a categoria adolescente não pode ser vista como a-histórica nem tampouco universal, pois sua existência é historicamente e espacialmente construída e a percepção da gravidez prematura no mundo ocidental, parte de uma sociedade burguesa em que se aumenta o tempo escolar e enfatiza o mundo profissional como o caminho correto para um futuro promissor, sobretudo “as transformações sociais desencadeadas pela emancipação da mulher na sociedade brasileira ensejam novas expectativas sociais para as adolescentes e jovens, para além da maternidade, o que ajuda a explicar a inquietação pública com a gravidez na adolescência” (BRANDÃO, 2006, p. 62). Assim, se ser mãe antes dos vinte anos era quase uma obrigação social, ou seja, não era fato inusitado até a década de 60 no Brasil, atualmente assiste-se aos estudos medicalizados voltados para tal abordagem, além de cunho sociológico e psicológico. Todos considerando a gravidez na adolescência como problema de ordem pública.

Esse conjunto de reflexões me levou a pensar sobre as adolescentes grávidas do CERG. É fato que essas meninas em sua maioria participavam de eventos sobre sexualidade, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros temas do mundo da adolescência, tanto promovidos por instituições de ordem variada, quanto pela própria comunidade escolar. E as informações não acabavam por aí. Solicitei o planejamento anual de alguns professores, os quais me concederam por área de atuação, a fim de perceber se haviam realmente discussões sobre sexualidade, gravidez e gênero. Eis um dos modelos abaixo que pude analisar e que inclusive eu faço parte enquanto docente.



PLANO DE CURSO POR ÁREA DO CONHECIMENTO

Unidade Escolar:	COLÉGIO ESTADUAL RÔMULO GALVÃO
Modalidade / Nível de Ensino:	ENSINO MÉDIO
Eixo Tecnológico / Curso (apenas para Educação Profissional):	
Área de Conhecimento:	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS
Módulos / Semestre / Série / Eixo Temático:	1º ANO, 2º ANO e 3º ANO
Disciplinas:	HISTÓRIA, GEOGRAFIA, SOCIOLOGIA, FILOSOFIA
Docentes:	JUSSIANA SILVA, TONÁ MAIA, LUÍS CLÁUDIO DIAS, ISRAEL CERQUEIRA, DÉBORA SANTOS, HELENA MARIA V. L. N.

Ano Letivo 2012	Habilidades Aspectos cognitivos / sócio-formativos	Transversalidade / Diálogos Possíveis / Tema Gerador	Conhecimentos / Conteúdos	Metodologia	Avaliação - Diagnóstico das aprendizagens significativas	Resultados Alcançados (ao final da unidade)
Primeira Unidade	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas; Interpretar historicamente e ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura. 	Sociologia, filosofia, geografia, Artes, Língua Portuguesa - MULHER	MULHER E SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> Debates nas aulas Pesquisas Entrevistas Seminários Filmes 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de Pesquisa Análise de Filme 	
Segunda Unidade	<ul style="list-style-type: none"> Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço Identificar registros sobre o papel das tecnologias na organização do trabalho e ou da vida social. 	Sociologia, Filosofia, Geografia, Artes, Língua Portuguesa - DROGAS	DROGAS: qual o porquê?	<ul style="list-style-type: none"> Produção de Textos TEATRO 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentações de teatro, dança, música e passias 	
Tercera Unidade	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história 	Sociologia, Filosofia, Geografia, Artes, Língua Portuguesa - GRAVIDEZ/SEXUALIDADE	SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> MÚSICAS PALESTRAS Fotografias 	<ul style="list-style-type: none"> Seminários Maquetes Mural fotográfico 	
Quarta Unidade	<ul style="list-style-type: none"> Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço Identificar registros sobre o papel das tecnologias na organização do trabalho e ou da vida social. 	Sociologia, Filosofia, Geografia, Artes, Língua Portuguesa - POBREZA	POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> Aulas Expositivas Leitura Poemas PINTURAS E DESENHOS 	<ul style="list-style-type: none"> Debates Simulado Produção de Textos 	

Nota: para a elaboração definitiva, recomenda-se dividir a tabela de modo que cada unidade ocupe uma página.

São temas geradores, mas serão articulados aos conteúdos de cada disciplina.

FIGURA 1: Sexualidade na sala de aula. Arquivo pessoal.

Para ilustrar ainda como o Colégio Rômulo Galvão vem oferecendo exposições sobre o tema sexualidade, pesquisei também livros utilizados pelos professores e dentre alguns encontrei um bastante interessante. Este se voltava para os temas transversais (dentre eles destacamos a implantação de conteúdos de Orientação Sexual), os quais deveriam ser trabalhados em sala de aula por qualquer disciplina, sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação, nos anos de 1997 e 1998. Nota-se também que as propostas dos PCNs originam-se de quatro princípios norteadores para todos os conteúdos: dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade pela vida social. Eis abaixo uma parte do livro encontrado e que foi utilizado nos anos de 2011 à 2013.

4 • Sexualidade: fonte de prazer e meio de procriação

Até pouco tempo atrás, a sexualidade era um assunto proibido ou tratado apenas na vida privada. Hoje esse tema é abordado aberta e publicamente nas conversas, na escola, nas revistas e na televisão. Isso está permitindo a divulgação de informações e levando a sociedade a enfrentar alguns preconceitos que prejudicam uma vivência mais prazerosa e saudável da sexualidade.

Por outro lado sexo agora está presente em todas as propagandas, capas de jornais e revistas, programas de TV voltados para crianças, jovens ou adultos. O tema tornou-se freqüente. Na maioria das vezes, a sexualidade é associada a um padrão de beleza física da mulher e a um modelo de potência e desempenho do homem. Isso cria tanta pressão sobre as pessoas que a liberdade de cada um para viver a sexualidade, em vez de aumentar, pode acabar sendo prejudicada.

Diferentemente dos outros animais, nos seres humanos, o desejo sexual não é limitado à finalidade da procriação, nem ao período fértil da mulher. É influenciado pelas relações afetivas e amorosas e segue valores, regras morais e costumes que variam de uma sociedade para outra. Assim, no caso da espécie humana, as emoções e a sociedade regulam ou "governam" comportamentos.

A sexualidade está associada ao prazer e à vida de todas as pessoas e envolve muito mais do que sexo, porque acontece no encontro entre o biológico, o afetivo e o social.

Na atualidade, admitimos que o desejo e a busca de prazer fazem parte de todas as fases da vida. A sexualidade é construída a partir dos primeiros contatos corporais e das primeiras experiências afetivas da



O sexo está muito presente nos meios de comunicação. O desempenho sexual tornou-se uma das principais preocupações das pessoas no mundo atual.

FIGURA 2: Sexo e saber. Arquivo pessoal.

O município de São Félix também vem desenvolvendo trabalhos voltados para a participação dos (as) adolescentes nos mais diferentes aspectos da vida social. No ano de 2011, por exemplo, ocorreu a II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O evento aconteceu na Casa de Cultura Américo Simas cujo tema foi *“Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes”*. Nessa conferência houve uma maior quantidade de adolescentes presentes em todas as etapas participando, inclusive, na organização das etapas municipais, territoriais, estaduais e nacional. O interessante foi constatar que dia 19 de outubro de 2011 ocorreu uma Conferência Livre com adolescentes da Escola Balão Mágico, Colégio Rômulo Galvão e Projovem Adolescente, professores e mães do Grupo de Mulheres do CRAS, cujo objetivo era mobilizar os adolescentes e a comunidade para participarem da II Conferência no dia 31 do mesmo mês e ano.

II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



São Félix - Bahia - 2011

FIGURA 3: O adolescente e seus direitos.
<http://assistenciasociaisaofelix.blogspot.com.br/>.
Acessado em 28-01-14 às 12h04min.

Além do mais, muitas feiras de saúde e cidadania são elaboradas no município, com a ajuda de todas as escolas da rede municipal e estadual de ensino e o CRAS semelhantemente desenvolve trabalhos com adolescentes. Um grande exemplo que está atrelado ao tema de pesquisa é o Projeto MeninaMoça iniciado no ano de 2009, que oferece aulas de Dança Árabe também para mães adolescentes a partir dos 16 anos.

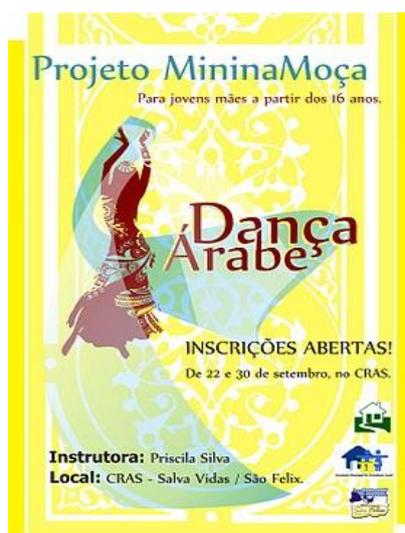


FIGURA 4: Projeto MininaMoça. <http://assistenciasociaisaofelix.blogspot.com.br/>
Acessado às 12h00min no dia 28-01-14.

É válido ressaltar ainda que anualmente desenvolve-se o Encontro Municipal de Adolescentes (EMA), em São Félix, o qual vem pensando nos jovens e adolescentes enquanto protagonistas de suas próprias realidades. Esse encontro ocorreu por alguns anos no Colégio Rômulo Galvão, incluindo principalmente seus educandos. Por tudo isso, fui levada a traçar

comparações demonstrando que a desinformação e a fragilidade da educação sexual não podem ser mais vistas enquanto explicação primordial para determinar a gravidez na adolescência em São Félix. Logo, cabe pensar o espaço da escola “como campo rico, plural e diversificado de investigação” (FILHO, 2011, p. 9). Por isso, parto de um referencial teórico voltado para a subjetividade e o cotidiano, no processo de familiaridade com os atores sociais.

Nesse sentido, a compreensão da gravidez na adolescência, seus significados socialmente construídos entre os estudantes do Rômulo Galvão sob a égide da matriz comum (no nível macro) que rotula a gravidez na adolescência enquanto indesejada e ou precoce e por fim, o uso do estigma como forma de revanche ou resistência, foram todos inscritos nos estudos qualitativos de cunho etnográfico e diálogo interdisciplinar (História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Pedagogia) mediante a observação participante. Ora, segundo Coulon (2008) são nas conversas e trocas ocasionais, no processo de falar sem finalidade precisa, que muitas coisas são ditas e que não teriam sido reveladas em situações mais formais. Por estas razões, esta pesquisa se apoiou em compreender os símbolos e significados dos protagonistas sociais (adolescentes), os quais representam a chave mestra do estudo.

Assumi a escolha de entender a cultura das adolescentes grávidas mediante a prática etnográfica em diálogo com Geertz (2012), estabelecendo relações, selecionando informantes, transcrevendo entrevistas, escrevendo diários, promovendo debates, fotografando o cotidiano. Entretanto, “não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa³” (GEERTZ, 2012, p. 4). Evidente que existem complexidades, determinações múltiplas “através dos quais o etnógrafo tem de procurar o seu caminho continuamente” (GEERTZ, 2012, p. 6). Por isso, entre as piscadelas, as imitações e os tiques nervosos, as barrigas à mostra (mesmo por debaixo dos belos e variados vestidos) me desafiaram a compreender as estruturas de significação, os *etnométodos*⁴ criados e recriados através das ações práticas de seus membros.

³ A noção “descrição densa” é de Gilbert Ryle apresentada por Geertz com o exemplo da piscadela, na medida em que três garotos contraem suas pálpebras direita, mas cada um com significados diferentes: tique nervoso, ato de piscar para um amigo e imitação do tique nervoso. Geertz assim apresenta que os códigos socialmente estabelecidos precisam ser compreendidos para não cair numa descrição superficial.

⁴ Segundo Alain Coulon os etnométodos são procedimentos que os membros de um determinado grupo social utilizam para produzir e reconhecer seu mundo, para torná-lo familiar ao mesmo tempo em que o vão construindo. Assim, os membros do grupo comungam das mesmas práticas locais e interativas de categorização e interpretação, ou seja, os mesmos códigos implícitos (COULON, 2008, p. 12).



FIGURA 5: Cada retalho um mundo. Arquivo pessoal.

O período escolhido justifica-se na minha atuação enquanto estagiária e integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão OVE⁵ (Observatório da Vida Estudantil -UFRB/UFBA), cujos trabalhos de pesquisa-ação e intervenção foram realizados no CERJ sob a orientação da professora Dr^a Georgina Gonçalves. Percebi através de questionários e da observação participante, a vida socioeconômica dos discentes assim como demandas frente ao ensino superior público, seus itinerários, seus amores, seus anseios, seus sonhos, enfim, o que pensam sobre suas vidas. Além do mais registrei no diário de campo as observações feitas, na medida em que o pesquisador se torna parte ativa do objeto que analisa, só podendo construir um projeto interventivo de serviço social quando contexto e espaço são estudados e analisados enquanto fenômenos complexos, no jogo entre o macro e o micro do viver social. Assim, refletindo com Alain Coulon;

O quadro teórico dessa pesquisa é claramente marcado pela abordagem etnometodológica, que considera os fatos sociais como “realizações práticas” e não como “coisas”. A etnometodologia se interessa mais pelo “social se fazendo” pelo que “social consolidado”. Inspirada, especialmente, na fenomenologia, a etnometodologia reconhece, leva a sério e analisa a objetivação que os atores sociais fazem de seu mundo familiar e cotidiano. O reconhecimento e a reflexividade natural do mundo social fazem da etnometodologia uma referência teórica importante para desenvolver uma sociologia cujo objeto é a subjetividade dos atores.

⁵Observatório da Vida Estudantil criado na UFBA desde 2007 tem sua gênese, focada na experiência em curso de universidades francesas como a Université Paris VIII, mas que adquiriu traços próprios no Brasil, compreendendo atualmente as atividades centradas na exploração e análise dos diferentes aspectos da vida de universitários, sobretudo no segmento cotista ou de estudantes demandantes de suporte social, sistematizando informações relevantes para o aprimoramento das políticas de assistência universitária, e de estudantes concluintes do ensino médio de escolas públicas, possíveis pretendentes a uma vaga em instituições de educação superior.

Eles produzem ininterruptamente, descrições circunstanciadas de sua visão do mundo... (COULON, 2008, p. 56).

Comungo da ideia de que a gravidez na adolescência venha a expressar desejos e objetivos que negam a concepção do indesejável através de seus corpos à mostra. Penso assim, ao observar, quando na escola essas adolescentes apresentam-se com roupas que enfatizam o crescimento da barriga, mostrando-a com muita satisfação. Na verdade, o que considero bem interessante é quando, ao saberem que estão grávidas, fazem questão de não mais utilizar o uniforme escolar e desfilam com mais intensidade por todo o pátio.



FIGURA 6: Que ela cresça e apareça⁶. www.facebook.com/ery.leitte.

Por outro lado, sabe-se também que, o nascimento dos filhos, provoca mudanças na realidade dessas adolescentes, diminuindo suas alternativas de escolhas frente ao crescimento intelectual e ou profissional. Primeiro porque a própria sociedade normatiza para essas adolescentes que agora devem enclausurar-se no espaço doméstico, deixar de estudar e procurar trabalhar para sustentar seus filhos. É quase que uma punição, “quem pariu Mateus que balance”! Suas objetivações passam a ser filtradas socialmente, por isso mesmo um alto índice de evasão escolar, acompanhado do trabalho precarizado.

Em meio a esse processo, pesquisas dessa natureza são justificadas enquanto pertinentes. Ora, se a gravidez na adolescência contribui para a perpetuação da precarização

⁶ É válido destacar que todas as meninas apresentadas na fotografia permitiram o uso da mesma na pesquisa e atualmente já possuem maioridade. Essa fotografia é do ano de 2009, porém pertinente para percebermos o orgulho da gravidez e o poder emanado em seus corpos.

do trabalho e também para a negação do desenvolvimento intelectual de adolescentes das camadas populares, e, se ainda são colocados como culpados de tal situação, a família, a escola e a própria adolescente, focando questões de ordem moralista e ou funcionalista é que um novo olhar sob a égide do(a) adolescente enquanto construtor de sua própria realidade, deve ser desenvolvido. Ora, utilizando das palavras de Foucault;

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; que contribui, no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da revolução, se ela vale a pena e qual (quero dizer qual revolução, se ela vale a pena e qual pena). Que fique claro que os únicos que podem responder são os que aceitam arriscar a vida para fazê-la (FOUCAULT, 20012, p. 362).

Com essas questões provocativas, como calar-se e ou ficar indiferente diante das relações de gênero enquanto assistentes sociais? Não seria uma negação da própria profissão que se diz interventiva e trabalha com garantia de direitos, promoção da igualdade, luta pela justiça social? Dessa forma, “estudar as questões de gênero em Serviço Social significa constatar o quanto a categoria de Assistentes Sociais negligenciou o estudo do tema que está presente, na academia, no Brasil, desde o final da década de 70 e início da década de 80”. (FAURY, 2003, p.110).

Por tudo isso, a presente pesquisa vem defender que a gravidez na adolescência deve ser pensada também como desejada. Os corpos de saberes sobre o feminino necessitam de novos sabores, de transformações e recriações. A pesquisa sempre colocando a adolescente que engravida como irresponsável, imatura, e por isso mesmo, vítima da tutela de seus familiares, educadores e dos demais profissionais, deve repensar que as mulheres têm seus anseios e resistências perante uma sociedade que sempre a aprisionou. Além do mais, enquanto assistentes sociais precisamos perceber que a legislação brasileira, no discurso profundo e determinado de defender os menores de idade, acaba que agredindo a sexualidade dos (as) adolescentes e interferindo na expectativa e nos desejos de vida que os mesmos possuem, em especial, quando trata-se do mundo erótico.

É nesse sentido que a pesquisa está voltada principalmente para a História oral, ou seja, uma documentação diretamente direcionada para os sujeitos que participam do processo estudado. Além, do mais estudar o tema gênero é percebê-lo culturalmente inserido nos corpos. O corpo que sofre violência, e muitas vezes torna-se objeto alheio, também é aquele que possui desejos, que ama, que é forte, que geme de prazer, que chora de dor, que se esconde, mas sobretudo é o corpo que se mostra!

1.1. A GESTAÇÃO...

A metodologia é uma aventura intelectual, uma aventura que se faz num processo histórico de crítica do seu próprio caminho, do encaminhamento do seu caminho, repensando-se as condições existentes de sua realização. O uso de técnicas também é um processo que podemos construir, na combinação do qualitativo e do quantitativo (FALEIROS, 2010, p.177).

O caminho descrito nesse subcapítulo consiste no processo de nutrição, preocupação, observação e não menos preparação para o nascimento do conhecimento que ora estava sendo gestado. Portanto, na busca pelo discurso da mulher nas ciências sociais, utilizei também uma metodologia que se aproximasse de uma nova relação entre teoria e prática, a qual foi instaurada pelo movimento feminista. Assim, estava à procura de um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento, imparcial, mas subjetivo e transitório, afirmando sua particularidade.

O ponto de partida da pesquisa baseou-se em um levantamento de dados. Nesse sentido, foi necessário, num primeiro momento o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica de livros, artigos, teses, dissertações, monografias e outros meios de informação em periódicos (revistas, boletins, jornais) e em sites da internet. Ou seja, foi realizada uma análise sobre os principais trabalhos científicos, principalmente da área de humanas, sob a ótica da discussão gênero e sexualidade, incluindo gravidez e maternidade na adolescência. Semelhantemente, as discussões atuais acerca do Serviço Social e as novas expressões da questão social, foram estudadas, sobretudo a fim de travar discussões acerca do tema gênero.

Tal exercício materializou-se no primeiro capítulo da pesquisa que intitulei *Palavras Grávidas de mundo: uma revisão de literatura sobre sexualidade feminina, maternidade e adolescência*. Reconheço que outras tantas leituras e abordagens poderiam ser desenvolvidas, sobretudo porque tais discussões não se esgotam. Por isso, os diálogos que travei, concedendo ênfase no poder entre as coisas mais escondidas no corpo social (FOUCAULT, 2012), são palavras prenhes de mundo. Dessa forma, em diálogo com Paulo Freire, o qual acreditava que as palavras populares “*grávidas de mundo*” (FREIRE, 2001, p.13), simbolizavam instrumentos de resistência em favor dos desfavorecidos, rompendo com a história dos vencedores (escrita sempre pela elite dominante) e reduzindo a desigualdade social baseada em uma educação e uma cultura de solidariedade e de justiça social, também objetivo que a presente pesquisa colabore para virar a mesa da contínua e defasada forma de enxergar e tratar a gravidez na adolescência.

O método utilizado foi de cunho qualitativo. Na verdade, a pesquisa qualitativa foi a norteadora, visto que o eixo da análise centrou-se na investigação e compreensão da gravidez desejada na adolescência, a partir do próprio discurso das adolescentes envolvidas no processo, via suas ações e relações sociais. Dessa forma, tal realidade não pode ser quantificada nem tampouco expressa em equações, médias e estatísticas, por isso a pesquisa de campo através de entrevistas semiestruturadas tornou-se base da investigação.

Tais entrevistas foram feitas face a face na instituição escolar (sala de aula e sala dos professores) sempre em espaços vazios e por isso mesmo confortáveis aos colaboradores da pesquisa. Cada entrevista consistia em perguntas abertas e fechadas, em que o informante, ou melhor, o colaborador da pesquisa, tinha a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto e o pesquisador dirigia, no momento em que achava oportuno, a discussão para o assunto de interesse, fazendo perguntas adicionais, para elucidar ou aprofundar o que havia sido abordado em algum momento, ou até mesmo ajudando a recompor o contexto da entrevista. Este tipo de entrevista colaborou na investigação, sobretudo nas questões subjetivas, ou seja, nos aspectos afetivos e valorativos dos informantes sobre os significados pessoais que possuíam diante da gravidez e os embates entre gênero e sociedade. Somando-se ainda às respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade concedida a eles, podendo fazer surgir questões inesperadas que não se encontravam na problemática nem nas hipóteses.

Vale destacar que as entrevistas semiestruturadas se resumiram entre as estudantes que foram mães na adolescência e as adolescentes grávidas no momento da pesquisa, consistindo em cinco entrevistas (duas já possuíam a maioridade, mas havia experimentado a maternidade na adolescência e três eram adolescentes e estavam grávidas no momento da entrevista), todas gravadas, com permissão das colaboradoras e da gestão escolar. Entretanto, as adolescentes que não eram mães foram semelhantemente observadas, pois estas também participam do mesmo contexto socioeconômico e comungam de simbologias comuns. Isso porque a pesquisa trava-se no campo do movimento, enxergando a dinamicidade da gravidez na adolescência, nas suas diversas modalidades, como um social se fazendo. Além do mais o tema deve situar-se historicamente, e o sujeito da pesquisa visto como indivíduo tanto influenciado pelas objetivações sociais, quanto produtor da sociedade. Igualmente foram ouvidos mediante conversas informais e em menor proporção, professores, gestores, funcionários e pais sobre o que pensam e como vivenciam a gravidez na adolescência.

É em meio a essa experiência do campo que o pesquisador mergulha na abordagem microsocial da realidade, não desvinculando-a de seus contextos ampliados, mas “apreendendo os fenômenos sociais enquanto totalidades localizadas, datadas e historicizadas,

para chegar a uma descrição, a mais completa possível, dos significados compartilhados pelos membros de um determinado grupo e dos processos de construção desses significados pelos participantes” (SAMPAIO, 2011, p. 20).

Já o caso da pesquisa quantitativa, foi utilizada de forma a evidenciar estatisticamente o cenário da gravidez na adolescência no município de São Félix e mais precisamente entre as estudantes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, através de documentação do número de partos entre adolescentes e ou número de consultas de pré-natal, colaborando assim, para um melhor entendimento do fenômeno estudado. Também quantifiquei através de questionários (quinze questionários aplicados no CERG) com perguntas fechadas e abertas sobre questões socioeconômicas das adolescentes e de suas famílias.

A análise da pesquisa quantitativa encontra-se no segundo capítulo do trabalho, denominado “Empurrando com a barriga: Políticas públicas versus gravidez na adolescência no Colégio Estadual Rômulo Galvão-2013”. É válido destacar que o objetivo não foi propor políticas públicas de nível nacional diante da localidade que analisei, mas defendo que, se o micro estudado compreende tal complexidade de configurações, como pensar uma relação social inscrita pelo Estado como único policymaker? Além do mais há sem dúvida algo de universal entre as experiências de mães adolescentes, no entanto, “é preciso compreender as particularidades para dar consistência ao que chamamos de universal” (GEBARA, 2000, p. 46). Dessa forma, nesse capítulo apresento outras observações sobre a gravidez na adolescência, captadas pela riqueza da escuta, que vão de encontro às regras apresentadas pela mídia e incorporadas pelas instituições sociais enquanto verdades absolutas.

Semelhantemente ocorreu a pesquisa de observação participante, inclusive com o desenvolvimento de algumas oficinas, visto que, a pesquisadora convive sistematicamente e permanentemente da realidade dessas adolescentes dentro do ambiente educacional, na medida em que é educadora no espaço em análise. Isso possibilitou a interação com os sujeitos da pesquisa e com suas atividades e acima de tudo facilitou na elaboração de registros das situações vividas, percebendo comportamentos e sentimentos múltiplos sobre a gravidez entre as adolescentes.

Reivindicando contato direto, uma relação de imersão no campo e privilegiando estudos que utilizam técnicas que se distinguem por sua flexibilidade e leveza e pelo face a face com os atores, indica a observação participante como uma estratégia privilegiada de pesquisa, servindo-se de entrevistas sob diferentes formas e de documentos pessoais a exemplos de diários. Nessa perspectiva, por imersão, o pesquisador torna-se parte ativa do objeto que analisa (SAMPAIO, 2011, p. 20).



FIGURA 7: Eu e os (as) adolescentes. Arquivo pessoal.

Ainda é plausível destacar que o diário de campo⁷ (instrumento de grande relevância em nosso grupo de pesquisa e extensão), foi utilizado como fonte primária indispensável para compreender a complexidade do ambiente escolar e da vida estudantil perante a gravidez na adolescência.

Assim, a postura indicada ao pesquisador, é a de descrever o contexto onde ocorre a produção de sentidos, não se tratando apenas do simples ato de registrar aquilo que se vê em campo como em um inventário, mas de um trabalho rigoroso de analisar e interpretar aquilo que se observa (SAMPAIO, 2011, p.21).

Documentações indiretas como atas de reuniões de pais e mestres, de professores e do Colegiado Escolar, além dos relatórios de encontros promovidos nas escolas, principalmente o do Protagonismo Juvenil, o PPP (Projeto Político Pedagógico), Planos de aula e de unidade, livros didáticos e paradidáticos foram utilizados nessa pesquisa. Eles colaboraram para perceber como escola e a comunidade vinham atuando sobre a questão da gravidez na adolescência. Era uma questão invisível ou estaria incomodando? Tal gravidez seria fruto apenas da ausência de informações, da negligência da escola e da família, ou seria efeito também do desejo das adolescentes?

Sobre as fotografias, é válido destacar que no projeto inicial, os documentos iconográficos foram colocados como fontes importantes na pesquisa. Isso porque ao falar de pesquisa, fala-se, sobretudo de olhar. Através dos registros visuais pode-se descobrir relações sociais e papéis sociais, já que as pessoas se fazem fotografar porque a fotografia realiza a imagem que o grupo faz de si mesmo, assim, o que são registrados não correspondem aos

⁷ O diário de campo é um instrumental muito relevante para os estagiários do OVE, pois nele residem as observações mais subjetivas e que auxiliam na elaboração dos projetos, nas análises de conjuntura e nas avaliações.

indivíduos, mas os papéis sociais que cada um desenvolve. Além disso, a posição dessas adolescentes nas fotografias instrumentalizaria o olhar para a linguagem corporal e como elas se relacionam com a gravidez e com a própria sociedade. No entanto, para preservar as imagens das adolescentes e dos seus filhos optei em não fotografar tais sujeitos, apenas utilizei-me da máquina para recorrer às imagens da instituição escolar e das oficinas⁸ que eu e as demais integrantes do OVE desenvolvemos. Por outro lado, analisei algumas fotografias que recebia nas redes sociais e, achando pertinente utilizá-las, pedia permissão para apresentá-las no trabalho.

As adolescentes entrevistadas foram ao longo da pesquisa denominadas de Maria! Foi uma escolha também metodologicamente pensada, haja vista que, no jogo dos símbolos míticos, tais meninas deixaram de ser a representação de Eva (a pecadora, perigosa, devassa, intrometida) e metamorfosearam-se de Maria (a santa-mãezinha), após passarem pela experiência da maternidade. Todavia, longe de colocá-las como submissas, obedientes e passivas, busco perceber que a transformação do signo social é uma ação refletida no cotidiano, em que as adolescentes jogam com as cartas que lhes são oferecidas, a fim de conquistarem poder e status social. Já os filhos e filhas, quando necessário chamei de Mateus, furtando a ideia do ditado popular, “quem pariu Mateus que balance”, já que essas adolescentes sentem a necessidade de políticas públicas mais específicas ao procurar permanecer nos estudos, galgando até mesmo o nível superior.

Estranhei todos os dias o Colégio Estadual Rômulo Galvão (CERG) para me aproximar da sua realidade. Busquei afastar-me das certezas universais, essencialistas e a-históricas e lancei-me na observação participante. Percebi o quanto é difícil entrar no mundo das adolescentes. Elas se fecham, acham que os adultos só servem para moralizá-las. Por isso, fui devagar, adentrando em suas intimidades no processo de aceitação e confiança. É certo que muitos segredos foram ocultados, mas consegui perceber e relato no terceiro capítulo (Reclamando de barriga cheia: rito de passagem e status social na maternidade “prematura”) o quanto as políticas públicas, os seminários, as palestras, estão longe dos anseios dessa adolescência e de sua riqueza perante o viver e o atuar no mundo. Até porque o dito e o não dito são dispositivos de compreensão. (FOUCAULT, 2012). Para tanto, a maternidade evoca uma simbologia, e, nesse “feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2012, p. 369), é que as

⁸ Estas consistem em reuniões com estudantes, dentre as quais discutimos temas como sexualidade e gravidez, mercado de trabalho e políticas afirmativas, mas sob a ótica dos estudantes, o que eles pensam e como vivem em meio a tais questões, afim de elaborarmos e executarmos programas de orientação sócio-familiar, visando discutir a evasão escolar, noção de cidadania e acesso ao ensino superior.

adolescentes carregando o rei na barriga em uma arena de estigma-prestígio e resistência, afirmam que barriga é coisa que se mostra. Trata-se então do corpo que sofre as consequências da lógica do poder, que serve, mas também precisa ser servido (garantia de direitos) e por isso lança-se na luta diária, contando com a solidariedade da família e dos amigos e elaborando estratégias de sobrevivência, calcadas, sobretudo no mundo do trabalho e fortalecimento dos estudos.



FIGURA 8: Sonhos em retalhos. Arquivo pessoal.

Costurando então, essa colcha de retalhos que é a prática da pesquisa e da ação, mas sem rematar, pois muitas linhas ainda estão soltas e outras tantas continuarão sem amarras, torna-se relevante afirmar o cotidiano enquanto uma alavanca metodológica para as análises sociais em Serviço Social, sobretudo percebendo-o cada vez mais como um terreno de negociações, resistências, inovações e não menos de dilemas, aliás, é nele que pesquisamos sobre a questão social posta e assumimos a responsabilidade da cria.

E, no fim dessas etapas, não consegui concluir, apenas faço uma leitura atual sobre mim e minha pesquisa. Por isso, apresento nas considerações finais, parte de minha trajetória, buscando explicá-la sob a perspectiva dos marcadores de gênero e outros tantos que o intersectam: classe, raça, etnia, geração, religião, educação e sexualidade, para que enfim os leitores entendam porque *pari Mateus*⁹! Assim, narrando e contando do self dialógico, parto, não de fora, mas de dentro da própria compreensão de tornar-se mulher e lutar no interior de um espaço que a própria cultura nos colocou.

⁹ Brincando novamente com o ditado popular, batizo a presente pesquisa com o nome de Mateus, pensando na ideia de estar aberta às críticas e reconhecer que os pontos positivos, os negativos e as lacunas são responsabilidades minhas, tanto no campo acadêmico quanto na comunidade escolar observada.

2. PALAVRAS GRÁVIDAS DE MUNDO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE SEXUALIDADE FEMININA, MATERNIDADE E ADOLESCÊNCIA.

"É preciso muito caos interior para parir uma estrela que dança" (Friedrich Nietzsche).

Falar de gravidez é falar de vida! Nesse caso, as palavras prenhes de mundo vão gestando novos rebentos, ideias vivas, que são datadas, contingentes e, portanto mutantes. Assim, os diálogos travados neste capítulo foram interessadamente escolhidos para tentar estabelecer um novo olhar sobre a sexualidade feminina diante das suas próprias experiências, utilizando-se de poucos intelectuais masculinos, a fim de que a fala não permaneça sinônimo do falo. Sim, pois o corpo masculino foi historicamente tomado como referencial para ambos os sexos e o órgão genital do macho ainda é considerado simbolicamente um elemento de poder. Por isso, não poderia deixar de começar indagando sobre minhas próprias escolhas: Discutirei uma sexualidade feminina a partir de experiência das mulheres ou reproduzirei sem uma reflexão crítica, um discurso masculino sobre a sexualidade feminina? Escolhi, pois o campo da mediação, talvez mais voltada para a negação dos binarismos tão criticados por Judith Butler (2003).

Os estudos e as pesquisas sobre sexualidade tornaram-se comuns em diversos espaços da sociedade civil (escolas, ONGs, igrejas, dentre outras instituições), em que projetos, ações, sobretudo voltadas para educação, comunicação ou medidas de regulação, são elaborados e desenvolvidos enquanto elementos importantes de discurso social acerca da vida sexual. Mas a questão sobretudo intrigante é: Quem elabora esses discursos? Por que elaboram? O que falam? Como falam? Ou ainda: “como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos”? (FOUCAULT, 2011, p. 344). Ora, qual o porquê da sexualidade ocupar um lugar privilegiado na contemporaneidade, tornando-se locus de onde se constroem uma verdade de proibição e moral?

É evidente que as discussões a respeito deste tema acompanham as transformações sociais e por isso mesmo, se dão em contextos específicos e mediante interesses diversificados, em que o corpo (sobretudo o feminino) ocupa um lugar central neste processo que vai além da percepção de reprodução e se permite outras experiências e sensações que foram historicamente negadas. Todavia tais questionamentos nos fazem mergulhar em múltiplas determinantes que envolvem etnia, gênero, classe, religiosidade, tempo, espaço, poder e saber, mas todas dialeticamente alimentadas e retroalimentadas em meio ao sistema social.

O termo sexualidade (próximo ao significado atual) vincula-se ao século XIX, pois mesmo já existindo no jargão técnico da Biologia e da Zoologia, só é difundido após a publicação de um livro em 1889, o qual trouxe a discussão da predisposição das mulheres às várias doenças por conta da natureza feminina. No entanto, na modernidade, com a industrialização e o avanço científico, a ideia de sexo único¹⁰, em que as diferenças entre homens e mulheres eram percebidas em graus e não em gênero, foi encharcada por novos olhares sobre os corpos do homem e da mulher, inventando assim, os dois sexos.

Os órgãos que tinham nomes associados - ovários e testículos - passaram a ser distinguidos em termos linguísticos. Os que não tinham nome específico – como a vagina – passaram a ter. As estruturas que eram consideradas comuns ao homem e à mulher – o esqueleto e o sistema nervoso – foram diferenciadas de modo que correspondessem ao homem e à mulher culturais. Quando o próprio corpo natural tornou-se o padrão de ouro do discurso social, o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre homem e a mulher. O corpo reprodutivo da mulher na sua concretude corpórea cientificamente acessível na própria natureza de seus ossos, nervos e principalmente órgão reprodutivos, passou a ter novo significado de grande importância. Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero (LAQUEUR, 2001, p. 189-190).

Mas, a presente pesquisa centra-se na análise do mundo ocidental e em especial na sociedade brasileira. Assim, no Brasil colonial, por exemplo, (reflexo da dominação europeia), tanto a negra, quanto a branca, indígena, pobre, nobre, escrava, alforriada, livre, analfabeta ou intelectual, viviam uma vida social de submissão e controle. Não importava o status social ou a categoria étnica se a questão implicasse o ser mulher. Na realidade, a ideia da inferioridade social perante o feminino ultrapassava as estruturas socioeconômicas do Brasil colonial e a mulher encontrava-se sujeita aos mandos e desmandos do controle machista, da ordem social, das leis do Estado e da Igreja, do sistema patriarcal capitalista que comungavam do mesmo objetivo: o adestramento da sexualidade feminina, a repressão das filhas de Eva que simbolizavam ameaça (caso tivessem suas correntes retiradas) ao equilíbrio doméstico, ao desenvolvimento da sociedade, enfim à ordem moral que trazia segurança ao grupo dominante.

A mulher estava condenada por definição, a pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão ao pecado e tirou da humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada (DEL PRIORE, 2006, p. 46).

¹⁰ Segundo Thomas Walter Laqueur, até o século XVIII, existia um modelo no qual homens e mulheres eram classificados mediante o grau de perfeição metafísica. Assim, as mulheres, eram consideradas homens incompletos, cujo calor vital foi insuficiente para empurrar seus órgãos sexuais para fora, ou seja, o corpo masculino era o referencial na anatomia.

Nesse contexto e em meio a tal adestramento, a sexualidade era o foco central que promovia maior preocupação social. Não é a toa que os prazeres sexuais femininos deveriam ser inibidos. Logo, indígenas e africanas eram estupradas pelos seus senhores e ou colonizadores, enquanto as nobres brancas eram, quando não estupradas pelos próprios maridos (no arranjo familiar de acumulação dos bens) eram apenas objetos sexuais de reprodução, pois como afirmou Del Priore (2011), as mulheres ocidentais que Almejassem prazer sexual em detrimento da fecundação, eram vistas como anormais.

“Uma cama de casados”-registrava o padre Lopes Gama, jornalista pernambucano – “era uma bizarra com tantos ramos entalhados, com tantos calungas, pássaros e anjos que era um pasmar”! Por cima dela, velava triste, um crucifixo. Os corpos estavam sempre cobertos e há registros orais de camisolas e calçolas com furos na altura do pênis e da vagina. A nudez completa só começou a ser praticada em meados do século XX; antes estava associada ao sexo no bordel. Tudo era proibido. Fazia-se amor no escuro, sem que o homem se importasse com o prazer da mulher. Usava-se tanto a posição de papai e mamãe, quanto a da mulher ajoelhada e de costas, recomendada para a procriação. E qualquer dúvida sobre a matéria era esclarecida pelo livro Felicidade do amor de himeneu, do dr. Mayer, que dava conselhos sobre “ a arte de procriar filhos bonitos, sadios e espirituosos e conselhos úteis nas relações sexuais (DEL PRIORE, 2011, p. 81).

Por conta disso, historicamente, as indígenas e as africanas (frutos de uma cultura sexual diferente da europeia) foram e ainda são consideradas selvagens e incivilizadas pelos europeus, visão que se consolidou no imaginário coletivo desse último grupo social tendo como base às manifestações de prazer nas relações sexuais.

A imagem de natureza que se tornou importante no início do período moderno era a de um reino desregrado e caótico a ser submetido e governado associava-se a mulher a natureza selvagem e incontrolável As imagens da natureza e da mulher eram igualmente ambíguas. A ninfa virgem oferecia paz e serenidade e a mãe terra nutrição e fertilidade, mas a natureza também trazia pragas fome e tempestades. Do mesmo modo a mulher era virgem e bruxa o amante cortesão do Renascimento punha-a num pedestal o inquisidor queimava a na fogueira A bruxa símbolo da violência da natureza provocava tempestades causava doenças desfruta colheitas obstruía procriações e matava crianças A mulher desregrada como a natureza caótica precisava ser controlada (HOOKS, 1995, p.469).

Assim, se por um lado essa associação da natureza a uma imagem maternal remetia à mulher seu poder de nutrir, ou quase uma divindade doadora de vida, por outro, ela era evocada enquanto uma realidade que produzia desordem, sendo necessário controlá-la. Ora, “a ideia de poder sobre a natureza e, indiretamente, de poder sobre as mulheres derivam da mesma simbólica” (GEBARA, 2000, p. 128). Nesse caso, se a mulher era vista como natureza o homem era o representante da cultura, da razão que transforma os bens naturais, o bruto, para sua utilidade. “Portanto, a natureza e os corpos das mulheres, são definidos pelos homens e controlados pelos homens, seus donos” (GEBARA, 2000, p. 129).

No caso da realidade brasileira, o mito sobre o corpo feminino apresentou-se em múltiplas facetas. Na mulher branca e rica centrou-se o processo de enclausurá-la no ambiente doméstico e revesti-la da santa – mãezinha¹¹, na indígena a marca indelével da incivilizada, da inocente selvagem que incitava os desejos sexuais dos colonizadores e por fim na negra houve o despojamento da dicotomia corpo e mente, restando para ela apenas o primeiro elemento. Ou seja, as negras representavam a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado, vistas como símbolo sexual, bastante distante da vida mental (HOOKS, 1995).

Este mito no corpo negro, sobretudo da mulher negra, foi bem relatado por Gilberto Freyre (1988) em *Casa-grande & senzala*, o qual apontou que, a predileção de colonizadores sobre o corpo do negro, originou-se por questões sociais e não biológicas. Exemplos dessa natureza nos levam a perceber como os espaços historicamente construídos exercem influência na concepção de gosto, nesse caso, prazer sexual. Assim, basta analisar os meninos brancos no antigo engenho de açúcar do Brasil, os quais sempre estiveram rodeados de negra ou mulata fácil, homens brancos que só gozavam com mulheres negras, e assim, reproduziu-se a história da mulher mulata como a “gostosa”, atraente, pecaminosa e não menos “fácil”. Qual patrão não se acha no direito de assediá-la a fim de satisfazer seus desejos sexuais? Até porque, no imaginário brasileiro só ela tem o gingado e o balanço que dá prazer, essa falta de freios aos instintos, essa desbragada prostituição dentro de casa que animavam os senhores brancos. Por isso, em muitos casos no período da escravidão, onde a mulher branca tinha ciúmes de suas escravas, as negras eram mutiladas fisicamente e ou vendidas a velhos libertinos. Até hoje a amante não é sempre chamada de “nega”?

Atualmente presenciamos na mídia as mulheres frutas, as quais exigem proximidade, o tato, o paladar e a deglutição, enfim desperta desejos gustativos. São as “gostosas”, as mulheres comestíveis, concretizadas em sua maioria, pela figura da mulata. Esse desejo oral pela mulher de cor é resultado da relação social e uma expressão de poder, tão demarcada na situação da Globeleza, a mulata “gostosa”, boa de bunda e samba, até porque quem já se viu uma negra sem o dom de sambar? Semelhantemente como Jorge Amado, em *Gabriela, Cravo e Canela*, o qual retrata a mulher de cor como objeto de sedução, descrita como mulher de sexualidade irresistível, intensa, animal, capaz de pôr à prova o caráter do homem, ainda hoje se vive tal concepção. O corpo da mulata passa a viver aprisionado pelo discurso machista e mercadológico. Muitas vêm ganhando fama e dinheiro através de seus corpos moldados pelo físico ideal da verdadeira “gostosa”, em contraposição ao padrão de beleza o qual se restringe

¹¹ O papel da mulher virtuosa pela Igreja Católica no Brasil Colonial era a observância dos filhos, transmitindo-o normas e valores cristãos e também a boa esposa que valorizava seu matrimônio (GEBARA, 2009).

às brancas. Negras e mulatas são, em continuação ao processo de subordinação colonial, comestíveis, devassas, atraentes pelo seu poder sedutor, símbolos do sexo selvagem e apenas dignas de sexo. Casamento e ou união formalizada não entram no seu mundo, até porque elas são vistas enquanto livres para se entregarem ao prazer da carne, não possuindo a necessidade de resguardar-se moralmente, carregando assim, a dor e o estigma da puta pobre. Com efeito, “o racismo abate a mulher de modo mais radical se comparada ao homem porque o critério estético de avaliação social pesa de modo mais significativo sobre ela” (SOUZA, 2009, p.374).

Dessa forma, os corpos femininos, em especial o da negra, foram historicamente visíveis para o estigma e invisíveis para o sucesso. A banda de reggae Adão Negro em uma das suas canções sinalizou bem essa questão:

Apartheid disfarçado todo dia. Quando me olho não me vejo na TV. Quando me vejo estou sempre na cozinha ou na favela submissa ao poder. Já fui mucama, mas agora sou "neguinha" "Minha pretinha, nós gostamos de você". Levante a saia, saia correndo pro quarto. Na madrugada patrãozinho quer te ver¹²

De fato, “civilização significa disciplina, e disciplina, por sua vez, implica controle dos impulsos interiores, controle este que, para ser eficaz, tem de ser interno” (GIDDENS, 1993, p. 27). E, as mulheres é que precisavam ser controladas, a elas estava destinada honra do seu esposo e ou de seu pai, deveriam ter pudor, e deixar suas forças uterinas adormecidas em favor da maternidade e conseqüentemente da família.

Com efeito, na grande maioria das culturas a iniciação sexual é uma etapa marcante para a construção social do masculino e do feminino, ou seja, homens e mulheres foram ensinados a olhar para a sexualidade de forma diferente. Nesse sentido, “a sexualidade é mais que a mera relação carnal, porque envolve a mobilização de formas sociológicas e culturais” (PINHO e SANSONE, 2008, p.259).

Ora, pensar o humano e seu relacionamento com o outro, pensar na dimensão do corpo e do poder, é convidar Foucault na sua percepção do “poder disciplinar” característico da prisão e do asilo. Para ele, a vida social moderna estava vinculada ao “poder disciplinar”, o qual “supostamente produzia corpos dóceis, controlados e regulados em suas atividades, em vez de espontaneamente capazes de atuar sobre os impulsos do desejo” (GIDDENS, 1993, p. 27).

Foucault (2011) destaca como o discurso ocidental sobre a sexualidade transforma-se a partir do século XVIII e mais precisamente no século XIX, quando a família burguesa em

¹² Ver <http://www.lettras.com.br/#!adao-negro/adao-negro>

ascensão, confisca o sexo e o encerra, mudando-o para dentro de casa. Isso porque com o nascimento do capitalismo, com a formação dos estados nacionais e com a ascensão da burguesia surge também a necessidade de se controlar o aspecto demográfico ocidental fazendo aparecer a “população”.

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da “população”, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, poré, com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de *habitat* (FOUCAULT, 2011, p. 31).

Nesse sentido, no cerne da preocupação com problemas políticos e econômicos da população, está o sexo, acompanhado das taxas de natalidade, da idade de casamento, da precocidade e da frequência de relações sexuais, das práticas contraceptivas. Assim, diante do “tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (FOUCAULT, 2011, p. 11) falar sobre sexualidade seria apenas tolerado à casa de saúde e ao rendez-vous: “a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica” (FOUCAULT, 2011, p.10).

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 2012, p. 144).

Foucault (2012) traz uma questão, que na verdade, o acompanha em todas as suas discussões apresentadas sobre a sexualidade no ocidente: “como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos”? (FOUCAULT, 2012, p. 344) Assim, o autor coloca a sexualidade como a chave mestra do Ocidente, no qual ocupou um lugar privilegiado e de onde construíram uma “verdade” de proibição.

No entanto, Anthony Giddens apresenta uma contribuição significativa ao tema no qual faz críticas a Foucault no que diz respeito à sexualidade em suas dimensões do poder, do discurso e do corpo. Para Giddens Foucault havia silenciado quanto à grande parte da população analfabeta que não tinha acesso às revistas médicas e outras publicações semi-oficiais carregadas de discussões acerca da sexualidade. Nesse sentido, mesmo que existisse um discurso contínuo dos médicos, do Estado e dos indivíduos sobre sexo e sexualidade, cujo

objetivo em última instância era falar para silenciá-lo, “*esta literatura não era disponível à maioria, mesmo em se tratando da população educada*” (GIDDENS, 1993, p. 34). Além do mais, Giddens acrescenta que Foucault enfatizou a sexualidade, mas negligenciou a questão do gênero, haja vista que a censura sobre sexo afetava com maior ênfase as mulheres que os homens.

Muitas mulheres casavam-se virtualmente sem qualquer conhecimento sobre sexo, exceto o de que ele estava relacionado aos impulsos indesejáveis dos homens e tinha de ser suportado. Assim, era comum uma mãe dizer para sua filha, “Depois do seu casamento, minha querida, coisas desagradáveis vão-lhe acontecer, mas não tome conhecimento delas; eu jamais tomei” (GIDDENS, 1993, p. 34).

Somente com a difusão dos “romances” durante o século XIX, que a literatura pôde alcançar uma população de massa. Por tudo isso, Giddens (1993) também critica Foucault em não relacionar a sexualidade com o amor romântico (que ilumina a vida e traz alegria ao coração), elemento fortemente vinculado às mudanças na família moderna. Ora, durante o século XIX, a formação dos laços matrimoniais, para a maior parte da sociedade europeia, ultrapassava os valores econômicos e os limites dos laços de parentesco, através da ideia do amor romântico. Nesse sentido, o “lar” passa a ser considerado um espaço de apoio emocional, separado do trabalho e a sexualidade inspira-se na ordem do prazer, devido ao controle da natalidade e conseqüentemente aos métodos modernos de contracepção.

Com efeito,

A difusão dos ideais do amor romântico foi um fator que tendeu a libertar o vínculo conjugal de laços de parentesco mais amplos e proporcionou-lhe um significado especial. Maridos e esposas eram vistos cada vez mais como colaboradores em um empreendimento emocional conjunto, este tendo primazia até mesmo sobre suas obrigações para com seus filhos. O “lar” passou a ser considerado um ambiente distinto, separado do trabalho, e, pelo menos em princípio, converteu-se em um local onde os indivíduos poderiam esperar apoio emocional, em contraste com o caráter instrumental do local de trabalho. Particularmente importantes em relação à sexualidade, as pressões para se constituírem famílias grandes, características virtuais de todas as culturas pré-modernas, deram lugar a uma tendência a se limitar de uma forma rigorosa o tamanho da família. Tal prática, aparentemente uma estatística demográfica inocente, colocou um dedo no gatilho histórico, no que dizia respeito à sexualidade. Pela primeira vez, para uma população maciça de mulheres, a sexualidade se aparta de um círculo crônico de gravidez e parto (GIDDENS, 1993, p.37).

E, foi nesse ambiente romântico, que o sexo dividiu-se em legítimo, da união legal e ilegítimo e clandestino, nas relações adúlteras e na prostituição (paralelo ao crescimento das cidades). Assim, a esposa era dócil, frágil, submissa, sedutora, bonita, boa mãe e conseqüentemente fazia do seu lar um espaço harmônico de tranquilidade para filhos e marido. As luxúrias e os prazeres próprios da masculinidade eram realizados fora do ambiente doméstico, em especial nos bordéis (DEL PRIORE, 2011).

Entretanto, cabe ressaltar que a ideia do amor romântico está intimamente relacionada com os valores morais da cristandade, a fazer do outro alguém especial, e acima de tudo, representa uma ideia encharcada da ideologia burguesa, em que o casamento e a monogamia fazem parte do processo de acumulação, visto que, filhos ilegítimos significariam divisão dos bens. Além do mais, na mentalidade social ainda iria perdurar a maternidade como característica de relevância estrutural para se conceber o feminino e enfim para a construção de uma família burguesa moralmente valorizada e erigida.

Assim sendo, os homens não procuravam ter prazer com a mãe dos próprios filhos. Considerava-se que a familiaridade excessiva entre os pares provocava desprezo. Um sistema de ritos aprisionava o corpo da mulher. Corpo que, frente aos homens, devia mostrar-se corsetado, protegido por todo tipo de nós, botões e laços. O resultado é que as mulheres tornavam-se beatas ou pudicas azedas, cumpridoras de seus deveres. E os homens, bastiões de um respeitoso egoísmo, abstinham-se de toda e qualquer demonstração afetivo-erótica em relação às suas esposas. A tradição religiosa acentuava a divisão de papéis. Para a Igreja o marido tinha necessidades sexuais e a mulher tinha que se submeter ao papel de reprodutora. Ideais eram os casais que se inspirassem em Maria e José, vivendo na maior castidade. Uma vez realizada a concepção a continência mútua era desejável (DEL PRIORE, 2011, p. 82-83).

No entanto, mesmo com a submissão feminina ao matrimônio, não se pode negar o poder informal que as mulheres dispunham no que tange a sedução. No século XIX, por exemplo, com o corpo inteiramente coberto, as mulheres seduziam os homens utilizando-se das extremidades à mostra: mãos e pés. “As mãos tinham que ser longas e possuidoras de dedos finos, acabando em unhas arredondadas e transparentes. Os pulsos, quanto mais finos melhor” (DEL PRIORE, 2011, p.74). Os pés por sua vez deveriam ser pequenos, finos, capazes de calçar o sapato de cristal¹³, em contraposição aos pés grandes e largos das escravas e ou trabalhadoras do campo. Ora, se os pés enlouqueciam os homens e garantia o valor de uma bela mulher, não nos restam dúvidas de que “sabedoras de que seus pés atraíam olhares, as mulheres esmeravam-se em exhibir seus sapatos: coloridos, bordados ou, em seda” (DEL PRIORE, 2011, p. 76).

Imediatamente me pus a refletir sobre as barrigas à mostra! Os pés do Brasil Imperial podem ser comparados às barrigas (grávidas ou não) que são exibidas atualmente nos corredores da escola (GERG), aguçando as fantasias dos garotos, afrontando as colegas e desafiando as normas do colégio e da sociedade? Com efeito, mostrar a barriguinha sarada é seduzir os garotos pela beleza, que é construída historicamente e está sujeita às leis do mercado e aos conflitos étnicos (GEBARA, 2000), mas mostrar a barriga grávida é apresentar e representar a sua vitória, é provar que já seduziu, que já foi desejada, que dominou a

¹³ Destaque para o conto infantil romântico Cinderela de Grimm, no século XIX.

linguagem masculina, que ganhou a batalha! Assim como, cobertas de cima a baixo as damas do Brasil Império “tiravam partido do olhar, dos gestos com as mãos e do ondular do corpo, numa linguagem muda que falava mais do que as palavras” (DEL PRIORE, 2011, p.76), as adolescentes grávidas do CERG, revelam suas barrigas, que apesar de escondidas por trás dos mais variados vestidos, transgridem uma ordem estabelecida, fazendo da dicotomia mãe ou prostituta, uma ambivalência. Mas essa questão será retomada no subcapítulo: Barriga é coisa que não se esconde.

Portanto, é na construção histórica da sexualidade, que nos deparamos no início do século XX, com a queda da Cinderela (esta ficou apenas para as pequenas). Com as grandes Guerras Mundiais e a necessidade das mulheres em sair de casa e deparar-se com os trabalhos nas ruas (haja vista que os homens estavam prestando suas obrigações militares), novas vestes foram lançadas, deixando o corpo mais livre, leve e solto para o trabalho, o lazer nas praias e teatros passam a ser frequentados pelas mulheres, as quais aos poucos, foram exibindo discretamente os encantos femininos.

Enquanto os homens se enfrentavam nas trincheiras, as mulheres faziam o trabalho nas indústrias e no campo. Para isso, precisavam dos braços livres, sem contar que o aço das antigas barbatanas passou a servir para a fabricação de armas. A descoberta da borracha permitiu a confecção de uma espécie de cinta, mais fácil de enfiar do que os espartilhos. Da cinta para o sutiã, inventado nos Estados Unidos em 1913, foi um passo. Mais magras, pois assim ditava a moda, as mulheres recorriam a faixas apertadas para disfarçar os seios. Com a diminuição das saias, anáguas e calçolas foram suplantadas por meias de seda que ao mesmo tempo velavam e revelavam a nudez das pernas (DEL PRIORE, 2011, p. 107).

Todavia, com o fim da Segunda Guerra Mundial o Brasil contabiliza o crescimento urbano e industrial que promoveram aumento das possibilidades educacionais e profissionais. Os homens então, de volta ao mercado, entram em conflito com o trabalho feminino (na rua), o qual passa a ser acompanhado cada vez mais de preconceito, adoçando as distinções de gênero e proclamando a volta da mulher ao espaço doméstico.

Se o país acompanhou à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e emancipação feminina - impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico -, também foi influenciado por campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade (DEL PRIORE, 2011, p. 160).

Mas a mulher já havia experimentado o trabalho para além das paredes domésticas. Com o movimento feminista¹⁴ que retorna com bastante força após a Segunda Guerra

¹⁴ Movimento que tem origem no ano de 1848, na convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque e que adquire cunho reivindicatório por ocasião da Revolução Francesa, que diante do lema Igualdade, Liberdade e

Mundial, onde o grande marco refere-se ao *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1970), publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir constrói todo um discurso do ponto de vista da Biologia, da Psicanálise e do Materialismo histórico para apresentar que historicamente a mulher foi definida como o Outro, como elemento passivo e por isso mesmo obrigada a se tornar submissa do masculino. Assim, a autora buscou entender a gênese da submissão feminina, propondo que as mulheres encontrem a independência no seio da dependência.

Os estudos históricos sobre o movimento feminista estabeleceram três fases de compreensão (Primeira, Segunda e Terceira Onda Feminista), demarcando didaticamente seus interesses e conquistas numa luta travada entre o biológico, o psicológico e o social. Com efeito, o feminismo se consolidou enquanto discurso de caráter intelectual, filosófico e político, desenvolvendo “uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre o masculino e o feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações” (SCOTT, 1995, p. 84).

Dessa forma a denominada Primeira Onda Feminista ocorreu entre os séculos XIX e XX no Reino Unido e nos Estados Unidos, girando em torno da luta pela igualdade de direitos para homens e mulheres (protestos contra as diferenças contratuais, a diferença na capacidade de conquistar propriedades e contra os casamentos arranjados que ignoravam os direitos de escolha e os sentimentos das mulheres). Ainda ao final do século XIX, o ativismo e a militância feminista travou uma disputa pelo poder político das mulheres na busca pela direito de votar e eleger seus representantes. Todavia, o grupo hegemônico buscou descaracterizar tal movimento utilizando-se de várias categorias degradantes ao ser mulher: “mal amadas”, “infelizes”, “mal-cheirosas”, “feias” and so on... (MATOS, 2008, p. 338).

Nessa primeira onda feminista pode-se destacar a escritora inglesa Virginia Woolf, a qual militou em favor do sexo feminino, através de seus escritos. Na sua obra *Um teto todo seu* de 1928, sinaliza para a falta de privacidade, condições econômicas e liberdade de expressão-opinião que as mulheres eram submetidas. Esses elementos então seriam obstáculos para a participação das mulheres na literatura e no mundo da poesia, pois “a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção” (WOOLF, 1928, p.8). Porém a realidade das mulheres que a antecederam e continuamente das mulheres de sua época era de dependência econômica e subalternidade perante o masculino. Nada de estudos,

Fraternidade as feministas defendiam que deveriam se estender à mulheres enquanto cidadãs. Algumas conquistas podem ser registradas como consequência da participação da mulher nesta revolução, um exemplo é o divórcio O movimento feminista se fortifica por ocasião da Revolução Industrial, quando a mulher assume postos de trabalho e é explorada pelo fato de que assume uma tripla jornada de trabalho, dentro e fora de casa.

nem tampouco de negócios, pelo contrário, as mulheres eram vistas como incapazes, mentalmente, moralmente e fisicamente inferiores aos homens o que irrompia a autora em uma explosão de escárnio diante da repreensível pobreza de do seu sexo. Assim, as dificuldades materiais eram imensas, porém, piores, eram as imateriais (WOOLF, 1928).

Décadas depois surge uma importante obra, *O Segundo Sexo* da filósofa Simone de Beauvoir, publicado em 1949. Suas análises minuciosas perpassam o âmbito histórico, psicológico e biológico e objetivam desnaturalizar o papel social da mulher e a sua condição de segundo sexo, apresentando a feminilidade enquanto elemento construído histórico e socialmente.

É portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 1970, p. 57).

Assim a autora propõe que somente através de transformações morais, culturais, sociais, numa ação coletiva e da liberdade econômica, que a mulher poderia encontrar a liberdade assumindo o seu corpo e seu destino. Além do mais Beauvoir defendia que a maternidade era um peso, uma forma de subordinação da mulher perante a espécie, por isso não deveria ser aceita como destino, caso houvesse o desejo de emancipação feminina, influenciando então a segunda onda feminista.

A fêmea, mais do que o macho, é presa da espécie; a humanidade sempre procurou evadir-se de seu destino específico; pela invenção da ferramenta, a manutenção da vida tornou-se para o homem atividade e projeto, ao passo que na maternidade a mulher continua amarrada a seu corpo, como o animal (BEAUVOIR, 1970, p. 85-86).

Com efeito, a Segunda Onda Feminista que se iniciou nos anos 60 e perdurou até os anos 80, passou a criticar a ideia de que as mulheres encontram felicidade e satisfação social em apenas cuidar dos filhos e do lar. Esta nova observação incendiou o cenário social, e, com o uso de revistas e jornais, as mulheres passam a levar para a esfera política questões até então consideradas como puramente de ordem privada. A bandeira de luta foi incorporada pela inserção no mercado de trabalho como possibilidade de autonomia econômica e igualdade de capacidade entre ambos os sexos.

Todavia, se até a segunda onda feminista ainda existia uma forte ideia de universalizar o “ser mulher” e discutir gênero numa perspectiva binária, foi na Terceira Onda Feminista que, fortemente marcada por uma concepção pós-estruturalista, surgem estudos voltados para abordagens micropolíticas, como é o caso da Micro-História. Somando-se a isso, mulheres negras começaram a se destacar no movimento e negociar seus espaços para revelar as diferenças vividas por mulheres com diferentes condições sociais e étnicas, questionando o padrão branco de classe média-alta das feministas. Tal amadurecimento do movimento contribuiu para o florescimento de novas ideias, incorporando o feminismo da diferença¹⁵.

Mas segundo Scott (1990), a preocupação teórica com gênero enquanto categoria analítica, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais e ou sexuais, só surgiu no final do século XX, haja vista que até então as principais abordagens de teoria social formuladas perpassavam apenas discussões de oposição entre masculino/feminino e sobre a identidade sexual subjetiva. Todavia, foi no momento de críticas ao cientificismo e à objetividade das pesquisas que a busca por origens únicas e universais do poder masculino sobre o feminino foi substituída pela discussão de gênero no âmbito da análise, dos processos históricos, dos sentidos e significados, emergindo com força entre os espaços acadêmicos e políticos.

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. A meu ver é significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido num momento de grande efervescência que em certos casos toma a forma de uma evolução dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários (da ênfase colocada sobre a causa em direção à ênfase colocada sobre o sentido, misturando os gêneros da pesquisa segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz) (SCOTT, 1990, p. 85).

É em meio a esse pensamento que Scott apresenta o seu conceito de gênero perante duas proposições. A primeira diz respeito ao gênero enquanto um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, implicando em quatro elementos interrelacionados: os símbolos, os conceitos normativos, a concepção de política e a identidade subjetiva. Já a segunda concebe o gênero como forma primária de dar significado às relações de poder. Nesse sentido, a complexidade das relações sociais no que tange à discussão de gênero deve ser vista sempre em uma arena, negando uma ideia a-histórica, dual e essencialista e por isso mesmo passível de investigação das experiências

¹⁵ Ver BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, janeiro-junho de 2006.

múltiplas de cada sujeito social, seja no sistema de parentesco (centrando-se no lar e na família), seja no mercado de trabalho, na educação e por fim no sistema político.

Temos que nos perguntar mais freqüentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram. Segundo a formulação de Michelle Rosaldo temos que procurar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa: “Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta”. Para fazer surgir o sentido temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas interações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança. Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”. No seio desses processos e estruturas, tem espaço para um conceito de realização humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites e com a linguagem – conceitual – que ao mesmo tempo coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e de imaginação (SCOTT, 1990, p. 87).

Somente no feminismo dos anos 80 que surgem as análises de gênero, como mediação possível de se discutir as diferenças entre os sexos, denunciando o uso dos poderes machistas sob a égide política e por fim, declarando a inadequação das teorias explicativas até então existentes, as quais evidenciavam seja o caráter puramente biológico para se entender as desigualdades entre homens e mulheres, seja um determinismo cultural, negando a agência social¹⁶. Sendo assim, a divisão do trabalho, as regras de comportamento social, a sexualidade, enfim, toda a organização da vida em sociedade, passaram a ser vistas enquanto construções históricas e espaciais baseados num sistema de relações de poderes de seres sexuados. Isso porque “gênero não é simplesmente o fato biológico de ser homem ou mulher. Gênero significa uma construção social, um modo de ser no mundo, um modo de ser educado/a e um modo de ser percebido/a que condiciona o ser e o agir de cada um” (GEBARA, 2000, p.106). Portanto a categoria gênero perpassa na construção sociocultural das relações entre homens e mulheres, na ideia do que vem a ser feminino e masculino, sob a égide do poder.

Partindo dessa ótica, a discussão de gênero está socialmente inserida nos mais diversos espaços. Até mesmo a cultura material, os objetos, as moradias, a organização espacial das cidades modernas, reflete e constitui as diferenças de gênero (SCOOT, 1990). Logo, estudos sobre a História das mulheres, passam a valorizar e ouvir os relatos pessoais, a debruçar-se na subjetividade das que vivem e sentem o peso da discriminação, ainda pautado em uma

¹⁶ Ver GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

sociedade machista, sexista, racista, determinando a família como uma instituição de grande responsabilidade feminina.

Isto faz parte do método que o movimento feminista, particularmente na América Latina, utiliza para ajudar as mulheres, especialmente do meio popular, a exprimir sua vivência, a falar sobre si mesmas para encontrara o valor de sua própria história. Trata-se de dizer a partir de si mesma, o que é fardo, dificuldade, sofrimento, esperança e alegria. É um método cuja importância cresce com o ato de contar cada história pessoal para descobrir, a partir desta história, a complexidade dos fenômenos psicológicos, sociais, econômicos, culturais e religiosos. A partir da história pessoal de cada uma, chega-se, através deste método, a recuperar uma história mais ampla e a situar-se na história do seu tempo e de sua cultura (GEBARA, 2000, p. 83).

Assim é válido destacar que, o tradicionalismo da sociedade no que tange à família ainda encontra-se vivo na atualidade. A visão do “chefe de família”, responsável pelo sustento da esposa e dos filhos (embora esse status depare-se com o número crescente de mulheres responsáveis pelo sustento econômico das suas famílias¹⁷) e da “dona de casa”, a mãe ideal que com seu instinto materno, sua pureza, sua resignação e sua doçura, educa seus filhos e ajuda o seu marido, repousa na mentalidade atual brasileira e persiste em dominar a mulher, impedindo muitas vezes o desabrochar de suas vidas. Assim, as mães se sentem culpadas quando a prole adocece, quando não há alimento em casa, quando as drogas devastam a família, quando a violência vence o diálogo entre os parentes, quando seu esposo busca relações sexuais fora do casamento, dentre outros.

A partir da função nutritiva do seu corpo, ligada à amamentação, a cultura lhe impõe a responsabilidade de educar e nutrir. E além disso, faz dessas funções opressão, manipulação e destruição de seu ser. São as mulheres que sofrem de modo particular quando falta o que comer e o que beber para os filhos. Igualmente são as mulheres acusadas de não alimentar convenientemente sua família. É ainda delas que se esperam iniciativas para encontrar alimento e bebida quando faltam. A vida das mulheres parece estar ligada a este aspecto primordial ou primário da manutenção da vida. Por conseguinte, o mal de não ter ou a falta do essencial para viver as atinge de modo particular (GEBARA, 2000, p. 49).

A Lei Maria da Penha, as desigualdades salariais entre homens e mulheres (mesmo assumindo a mesma função), a PEC das empregadas domésticas, a desvalorização do professor primário (espaço que ainda é exclusivamente feminino) são exemplos de que a nossa sociedade, na prática, repousa em uma moralidade favorável às experiências sexuais masculinas, enquanto busca restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional (DEL PRIORE, 2011). Não é a toa que ainda hoje interromper os estudos e ou a

¹⁷ Ver <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/perfilmulheres.pdf>

carreira profissional na chegada do filho é considerado normal. Eis a experiência de uma das mães adolescentes do CERG;

Eu tava estudando foi, mas quando eu fiquei grávida já tava no final do ano no mês de novembro... Eu engravidei em novembro... Aí eu não sabia aí no final do ano eu fiz o exame e descobri que estava grávida. Aí eu já tava com dois meses, mas depois eu parei... Porque ficou difícil. Aí eu parei mesmo de estudar. Aí eu só voltei estudar agora, depois de cinco anos, foi... Porque não tinha quem ficasse com ele... (Maria Antonieta)

Entretanto, apesar de regras e advertências, as mulheres sempre assumiram um papel de resistência, ora fugindo do padrão estabelecido, ora assumindo um “jeitinho” para proclamar suas brechas de libertação, ou seja, utilizando-se do próprio estigma para emancipar-se. Del Priore em seu livro *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil* relata de forma bastante didática, como o casamento era de grande responsabilidade feminina, e paralelamente quais estratégias poderiam ser utilizadas por elas para manter uma relação assimétrica com seus esposos. Eis um trecho do conselho dado pelo *O Cruzeiro*, em abril de 1960.

Brigas entre o casal? A razão era sempre do homem. Mas se razões houvesse, melhora para as mulheres resignarem-se em nome da tal felicidade conjugal. A melhor maneira de fazer valer sua vontade era a esposa usar o “jeitinho”: assim o marido cedia, sem saber. E, mais importante, sem zangar-se. Nada de enfrentamentos, conversa entre iguais ou franqueza excessiva. Se quisesse comprar um vestido, realizar uma viagem ou recuperá-lo depois de um *affair* extraconjugal, que usasse o jeitinho. Nada de ser “exigente ou dominadora”. O melhor era sempre colocá-lo em primeiro lugar, agindo de forma “essencialmente feminina”. O “temperamento poligâmico” dos homens justificava tudo: “mantenha-se no seu lugar, evitando a todo custo cenas desagradáveis que só servirão para exacerbar a paixão de seu marido pela outra [...] esforce-se para não sucumbir moralmente, levando tanto quanto possível uma vida normal, sem descuidar do aspecto físico”. Afinal, no entender dessas conselheiras sentimentais, “o marido sempre volta” (DEL PRIORE, 2011, p. 167-168).

Um elemento significativo neste processo de transformação da sexualidade foi a revolução contraceptiva em 1960 nos países desenvolvidos, na qual formas de contracepção mais confiáveis geraram aumento da autonomia social feminina. Ou seja, há nesse momento, autonomização entre sexualidade e procriação. Assim, na sexualidade contemporânea, a procriação passa a ocupar apenas um espaço reduzido e marginal. Isto é, ocorre uma revolução sexual que coloca na mulher o poder da reprodução (o poder muda de mãos, ou melhor, retorna às mãos pensando nos mitos fundantes), e há uma reviravolta na maneira de encarar a fecundidade, sobretudo com a inseminação artificial. Na realidade, “houve que se esperar a descoberta de métodos eficientes de contracepção para que a mulher emergisse

inteira em seu papel de mãe, substituindo o dever da procriação pelo desejo sincero de ter filhos” (PRIORE, 2009, p. 152).

Mas a “liberdade” feminina em relação ao seu próprio corpo era apenas uma ilusão! O prazer sexual “livre” da obrigação reprodutiva traz consigo a invenção do corpo e com ele a “prisão” da mulher em busca da sensualidade, do belo corpo, dos artifícios de maquiagem, de receitas de fabrico doméstico, de produtos farmacêuticos. As mulheres começam então a exercitar seus corpos nas práticas de esportes, pois a obesidade passa a ser um critério determinante de feiura e a sociedade começa a exigir “a boa aparência” feminina, com bocas acesas por um batom industrial, corpos jovens magros e ágeis, rostos rosados e vestidos mais curtos.

O que estava em jogo em todo esse discurso da aparência é a transformação do corpo feminino em objeto de um desejo fetichista. Se, por um lado, a estética cinematográfica era sinônimo de mentalidade moderna e um domínio em que a mulher podia tomar iniciativas, por outro, a sensualidade que emanava de sua representação a transformava em objeto passivo de consumo. Ora, o poder de sedução de estrelas do cinema marcou toda uma geração de mulheres, servindo de modelo para a imagem que elas queriam delas mesmas (DEL PRIORE, 2011, p. 115).

É nessa teia de interesses, nesse jogo de poder que as objetivações e as subjetivações devem ser analisadas dialeticamente. Logo, importa pensar a sexualidade como “uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (GIDDENS, 1993, p. 33). Nesse quadro, onde os avanços científicos determinam um novo papel da mulher em relação ao seu corpo, e atualmente, com a expansão dos diversos métodos contraceptivos e com a idolatria ao prazer sexual, tanto para homens quanto para as mulheres (com suas devidas proporções), como explicar a gravidez na adolescência, sobretudo das camadas populares, com dificuldades econômicas de sustentar seus filhos? Quais os fatores que levam essas adolescentes a engravidar? Ausência de informação? Talvez em alguns casos, esta ainda seja uma explicação plausível, no entanto, no caso do Colégio Estadual Rômulo Galvão, os (as) adolescentes presenciam constantemente discussões acerca da sexualidade, de métodos de contracepção, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (sem desconsiderar que tais discussões devam continuar existindo mediante um caráter pedagógico). Dessa forma, se as informações estão sendo difundidas, e ainda assim, as adolescentes continuam engravidando, o que essa gravidez vem significando para elas? Como a sociedade enxerga e se comporta perante tal gravidez? Cabe pensar que essas adolescentes aparentam estar sendo autônomas,

nadando contra a “maré” de um sistema capitalista altamente machista que insiste em ver suas gravidezes como indesejáveis?

Diana Dadoorian (2000) em sua obra *Pronta para Voar; um novo olhar sobre a gravidez na adolescência* defende a compreensão de uma gravidez desejada, que não mais repousa na ausência de informações sobre sexualidade e métodos contraceptivos como fator determinante nesse processo. Nesse sentido, sua abordagem é inovadora e instigante para um repensar no comportamento social das adolescentes, enxergando-as enquanto construtoras de suas próprias histórias, seres capazes de pensar sobre seus próprios sentimentos e escolher diferentes caminhos.

É importante salientar que os enfoques tradicionais até aqui utilizados tratam esta questão a partir da ideia de que a gravidez na adolescência é indesejada, ou seja, através da ótica dos profissionais de saúde. Não se valoriza o discurso da adolescente sobre a sua gravidez, o que explicaria o fracasso de vários projetos de educação sexual, visto que os desejos e fantasias destas adolescentes quando à sua gravidez não são priorizados (DADOORIAN, 2000, p.164).

Nesse sentido, a autora relaciona a gravidez na adolescência com dois fatores principais: os biológicos (interesse pelo sexo devido a grande pressão hormonal dessa fase) e os não-biológicos, nos quais se inserem os fatores culturais e psicológicos e determinam o destino da gravidez (aborto ou maternidade). Partindo dessa ótica, Dadoorian discute dois caminhos distintos sobre a gravidez na adolescência, julgando a questão da classe social como implicação determinante. Primeiro, considera que a escolha de ser mãe está muito mais centrada na vida das adolescentes de camadas populares, isso por que;

O intercurso da gravidez na adolescência é um fato rotineiro e comum nesta classe social. As colegas destas jovens, suas irmãs e sua própria mãe são ou foram mães adolescentes. Verifica-se então uma valorização da maternidade, em que ser mãe equivale a assumir um novo status social, o de ser mulher (DADOORIAN, 2000. p. 142).

Por outro lado, no que concerne à adolescente da classe média, a maternidade é vista pela autora como, em sua maioria, indesejada, daí a maior incidência nos abortos. Assim, “o desejo negativo de ter um filho, expresso geralmente pelas adolescentes de classe média, reflete a exacerbação da atitude masculina na mulher, visto que frente ao filho interpõem-se outros objetos, como a faculdade e o trabalho” (DADOORIAN, 2000, p. 143).

Todavia, a autora por possuir uma formação na área de psicologia clínica, psicopatologia e psicanálise, aborda em suas análises questões de cunho psicossocial, enquanto causas que explicam a gravidez desejada na adolescência. Compreende que a “vivência de situações de carência afetiva e relacional com a família, pode também provocar o

desejo na adolescente de ter um filho, em que este aparece como o objeto privilegiado capaz de reparar essa carência” (DADOORIAN, 2000, p. 17). Além disso, posiciona a família no lugar de “chave mestra” de tal questão, responsabilizando-a pela falta de diálogo, amor, respeito, e, sobretudo, tolerância na vida das adolescentes.

Contudo, algumas indagações são indispensáveis ao travar este diálogo com Dadoorian. Na realidade a autora aborda a gravidez na adolescência nas suas dimensões biológicas e psicossociais, colocando o desejo de ter um filho seja como teste do aparelho reprodutor (acontece com todas as adolescentes independente da classe social), seja como “restauração do seu próprio narcisismo infantil abandonado” (DADOORIAN, 2000, p. 143). Destarte, ao colocar a explicação do destino da gravidez como fruto de uma determinada classe social, cuja família desestruturada e ausência de amor realça o desejo da adolescente em possuir um filho para conceder afetividade que outrora não havia recebido, e entre as classes médias o aborto seria a escolha primordial, pois há uma prioridade nos estudos e na vida profissional, a autora defende determinações da corrente classista¹⁸. Ou seja, define que a gravidez na adolescência seria uma “solução compartilhada” pela juventude de camada popular, desafiando assim os consensos dominantes e por outro lado, uma reprodução da cultura dominante pela classe média, ou melhor, a sua linear expressão.

Mas pensando com Pais (1990), torna-se necessário reivindicar o uso mais dinâmico do conceito de cultura juvenil, explorando inclusive seu sentido antropológico, apelando para modos de práticas cotidianas e modos de vida específicos, os quais expressam determinados significados e valores para além do nível institucional, mas pautados na própria história construída cotidianamente pelos sujeitos sociais.

... os processos que afectam os jovens não podem ser unanimemente compreendidos como simples ou exclusiva resultante de determinações sociais e posicionamentos de classe. Esses processos têm também de ser compreendidos, por exemplo, à luz das lógicas de participação ao nível dos diferentes sistemas de interação locais, através dos quais também se modulam e afirmam as suas trajectórias sociais. Estas por sua vez, inscrevem-se em percursos de mobilidade social que podem contrariar a – causalidade do provável- na qual os seus destinos de classe os fazem aparentemente mergulhar (PAIS, 1990, p.160).

É nesse caminho das experiências ditas improváveis que a pesquisa pretende repousar. Para além das determinações estruturais, como se o destino de cada classe e ou geração estivesse traçado e totalmente explicado pelo sistema econômico e ou cultural de uma dada

¹⁸ Para a corrente classista no âmbito da sociologia da juventude, a reprodução social é fundamentalmente vista em termo das classes sociais. As culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe (PAIS, 1990, p. 157-158).

realidade, existem sujeitos que aprendem com as imposições da sociedade e paralelamente as reconstruem segundo escolhas pessoais e ao mesmo tempo influenciadas pelo ambiente social. Coulon (2008), no seu livro *A condição de estudante: a entrada na vida universitária* discute como os estudantes ao entrar no ambiente acadêmico precisam aprender as regras da instituição, ou seja, aprendem o ofício de estudante, no processo de afiliação¹⁹, para alcançar o sucesso. Entretanto, essa aprendizagem perpassa pelo teor institucional e pelo âmbito intelectual, mostrando que as regras são interpretadas, reinterpretadas, construídas e reconstruídas, seguidas e transformadas pelos sujeitos vivos do ambiente universitário. “Em outras palavras, só existem regras vivas porque universitários, professores, secretárias enfrentam situações a serem regradadas, numa prática contextualizada e interativa” (CHARLOT, 2008, p. 12).

Torna-se relevante destacar que o objetivo dessa discussão não é negligenciar a dimensão de classe, pelo contrário, a corrente classista tem grandes contribuições para a compreensão da construção sociológica da juventude, assim como a corrente geracional²⁰ (que não cabe nesse momento aprofundá-la).

“No fluir destas duas correntes tem avançado a sociologia da juventude. Mas também poderá avançar no refluxo delas, em movimentos de contracorrente. É que andar – ao sabor das correntes- envolve, não raras vezes, um grave perigo: o perigo de nos deixarmos arrastar por elas, de a elas nos “acorrentarmos”, como náufragos à deriva” (PAIS, 1990, p. 164-165).

Evidente que estamos diante de uma nova fase da sociedade em que as mudanças ocorrem com maior velocidade devido ao avanço tecnológico, mudança nos meios de comunicação, sobretudo, com o advento do computador e a internet onde a comunicação se estabelece com maior eficácia e o mundo se une através deste poderoso instrumento de comunicação. Porém, a matéria-prima do assistente social, que é a questão social é vista enquanto uma linha mestra originária do surgimento do capitalismo, mas envolta atualmente em novas roupagens. Ou seja, as suas expressões são novas na aparência, porém, carregam em sua raiz a velha estrutura capitalista de opressão, exploração e acúmulo.

¹⁹ Segundo Alain Coulon a entrada na universidade pode ser analisada como uma passagem, no sentido etnológico do termo, considerando três tempos: Estranhamento (o estudante entra em um universo desconhecido, cujas instituições rompem com o mundo familiar que ele o estudante precisa deixar), o tempo de aprendizagem (quando o estudante se adapta progressivamente e onde uma acomodação se produz) e o tempo da afiliação (consiste no manejo relativo das regras identificado especialmente pela capacidade de interpretá-la ou transgredi-las).

²⁰ Para a corrente geracional os indivíduos experimentariam o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas como membros de uma geração, os quais vivem circunstâncias semelhantes e por isso mesmo têm de enfrentar-se com problemas e respostas similares. (PAIS, 1990, p. 154).

No entanto, não basta considerar a questão social como inerente ao capitalismo. Sabe-se que em última instância existe uma naturalização da questão social. Sim, a busca de “solução” para as expressões da “questão social” por parte do Estado é permeada pela racionalidade positivista/funcionalista que se configurava num dos suportes para se pensar o social. Os sujeitos tornam-se meros objetos, e o social é visto a partir de uma perspectiva ético-moral, o que leva à psicologização das relações sociais, ou seja, as expressões da “questão social” são tratadas como externas às instituições da sociedade burguesa, desencarnadas da esfera econômica, da cultura, do social e sem historicidade; reduzidas à esfera pessoal e moral. Nas palavras de Netto (1992), a despolitização surge no tratamento da “questão social” como objeto de administração técnica e/ou campo de terapia comportamental. Há de se enfatizar que nesses moldes o tratamento da questão social não é aleatório, mas típico do reformismo conservador, o qual, no capitalismo monopolista, é entronizado como estratégia de classe da burguesia. Nesse sentido, enquanto assistente social como encarar a gravidez na adolescência? Aceitá-la de forma natural, desconectada de toda a historicidade social capitalista, julgando as adolescentes e as famílias enquanto responsáveis pela falta de diálogo e ou ausência de educação formal, ou colocar essas adolescentes enquanto apenas vítimas de uma sociedade opressora e excludente? Em ambos os casos reside uma observação superficial e positivista da realidade.

Iamamoto (2009) destaca que decifrar as determinantes e as múltiplas expressões da questão social é urgente para o profissional do Serviço Social, sendo um requisito indispensável para perceber e dialogar com as contradições de uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive de forma contraditória com a materialização da desigualdade. *“Assim, dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes- em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc, mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais”* (IAMAMOTO, 2009, p. 114).

Se então não há relação de poder sem resistência, o controle da sexualidade feminina, que utiliza a disciplina do corpo ainda hoje encontrada na sociedade capitalista (com ranços de uma cultura hegemonicamente masculina), não deve ser analisado separadamente das múltiplas estratégias de resistência que as mulheres desempenharam ao longo da história. Por isso mesmo, é pertinente problematizar sobre possíveis formas de resistência e rebeldia dessas adolescentes ao buscarem uma gravidez em um contexto capitalista ainda patriarcal, até porque “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de

resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2012, p. 360).

A Historiadora Mary Del Priore (2009) em seu livro *Ao sul do corpo* retrata como ao longo de uma sociedade patriarcal, a mentalidade feminina também repousava em resistência, utilizando-se das mesmas condições de subordinação. Um exemplo que nos interessa é sobre a “perda da honra”, a qual causava acima de tudo transtorno nas famílias, exigindo-se reparos morais através do casamento. Dessa forma, Del Priore (2009) ressalta:

A honra perdida não significava, todavia, que tudo estivesse destruído. A honra perdida exprimia (o que é bem diferente) que tudo podia justificar-se. As relações familiares e a vida concubinária que entrelaçavam mulheres e homens de raças diferentes, baseadas na necessidade de dividir tarefas de sobrevivência, explicam-se mais facilmente aos olhos das autoridades eclesiásticas pela propalada “perda de honra”. A perda de honra servia também para justificar práticas sexuais prosaicamente exercidas, quando a gravidez não sensibilizava os pais putativos no sentido de unirem-se, oficialmente ou não, às suas namoradas, amásias ou concubinas grávidas (PRIORE, 2009, p. 68).

Diante dessa discussão, pode-se problematizar a vida das adolescentes na sociedade contemporânea que, apesar de distinta do período colonial, carrega ainda resquícios do machismo, ou seja, as questões de gênero encontram-se explícitas em nosso cotidiano. Então, não seria pertinente pensar que a gravidez na adolescência pode gerar “liberdade”, ou seja, autonomia sexual para essas meninas? Nesse sentido, engravidar ainda é sinônimo de casar e ou facilitar uma vida sexual ativa, da mesma forma que “perder a honra” no Brasil Colonial simbolizaria justificativa para práticas sexuais prosaicas. A gravidez desejada não estaria atrelada a uma fuga da submissão feminina no âmbito doméstico (nesse caso, na casa dos pais) e uma garantia de vida mais livre e emancipada? A gravidez simbolizaria então poder e ou status social para essas adolescentes?

Em meio a essas questões de poder e símbolo na gravidez é que a observação do corpo pode também trazer importantes destaques. Primeiro porque “*o poder é uma realidade concreta, visível, palpável, corporal; ele se materializa no corpo*” (STRÖHER, DEIFELT e MUSSKOPF, 2004, p. 217). Depois, comungando do pensamento de Marcel Mauss (2003), de que o corpo é o primeiro e natural instrumento técnico de socialização e atuação social, ampliadas e diferenciadas em cada momento histórico e espacial, variando também nas categorias de idade e sexo, pode-se observar que as adolescentes fazem questão de mostrar suas barrigas de gestante (se a gravidez fosse indesejada fariam questão de mostrá-la?). Na escola, querem logo enfatizar sua gravidez usando roupas que destaquem o crescimento da barriga, mostrando-a com satisfação, além de desfilarem por todo o pátio como se o corpo

falasse: olha, já sou mulher! Ou até mesmo, fui desejada, os homens me querem e por isso posso dominá-los.

Pode-se até abordar que esse momento de gravidez simboliza um rito de passagem da sociedade contemporânea, aliás, engravidar é o ápice da feminilidade, e por isso mesmo os corpos devem aprender as técnicas socialmente aceitas, nesse caso, pelo grupo de jovens e adolescentes e enfim, por sua comunidade. Então, o que essas barrigas à mostra querem nos dizer? Quais símbolos estão envolvidos? Que poder transmitem? Quais embates emanam?

3. EMPURRANDO COM A BARRIGA: POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS EXPERIÊNCIAS PESSOAIS ACERCA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO COLÉGIO ESTADUAL RÔMULO GALVÃO-SÃO FÉLIX/2013

O advento da República anunciava o começo de um tempo marcado pelo redimensionamento das políticas de controle social, cuja rigidez e abrangência eram produzidas pelo reconhecimento e legitimidade dos parâmetros burgueses definidores da ordem, do progresso, da modernidade e da civilização (ENGEL, 2006, p. 322).

Quando ouvia comentários acerca de “empurrar com a barriga”, era sempre referente ao ditado popular que reafirmava uma situação, que não existindo alternativa, seria suportado e vivido ao acaso, isento de compromisso e ou até mesmo sem muitas preocupações. Entretanto, apresento nesse relato de experiência o inverso: adolescentes que mediante conflitos no ambiente escolar, apresentam suas barrigas à mostra para enfrentar, dominar, demarcar territórios e não menos se autoafirmar. Gravidezes pensadas, desejadas, geradoras de emancipação que em meio a arena de negociações refletem a luta cotidiana, aprendendo socialmente a esconder-se e ou desvelar-se, morrer e ou viver, aceitar e ou resistir. Dessa forma, a pesquisa centrou-se em trajetórias ditas improváveis²¹: adolescentes mães que continuam a estudar e a planejar vidas. Aliás, um filho muitas vezes torna-se símbolo de mais esforço e determinação para o sucesso profissional da adolescente.

Por outro lado, ao olhar as políticas públicas voltadas para a juventude nota-se o “empurrar com a barriga” da forma mais perversa possível. Estas generalizam ideias, escamoteiam realidades sociais distintas e pulverizam os indivíduos, deslocando a culpa (*blame shifting*) para os usuários e ou executores das políticas públicas (Modelo *top-down*). Nesse sentido, diante do OVE²² (Observatório da Vida Estudantil), grupo de pesquisa e extensão do qual participei enquanto estagiária no Colégio Estadual Rômulo Galvão (romulogalvao24@hotmail.com- tel/ 3438-4195) percebi através de questionários e da observação participante, a vida socioeconômica dos discentes assim como demandas frente ao ensino superior público, seus itinerários, seus amores, seus anseios, seus sonhos, enfim, o que pensam sobre suas vidas. No entanto, neste capítulo objetivo relatar a sistematização dos

²¹ Afirmação originária da sociedade atual que coloca a gravidez na adolescência como questão de saúde pública, partindo da concepção de que a gravidez antes dos 20 anos acarreta riscos físicos e sociais tanto para a mãe quanto para os filhos (NUNES, 2013).

²² Observatório da Vida Estudantil criado na UFBA desde 2007 tem sua gênese, focada na experiência em curso de universidades francesas como a Université Paris VIII, mas que adquiriu traços próprios no Brasil, compreendendo atualmente as atividades centradas na exploração e análise dos diferentes aspectos da vida de universitários, sobretudo no segmento cotista ou de estudantes demandantes de suporte social, sistematizando informações relevantes para o aprimoramento das políticas de assistência universitária, e de estudantes concluintes do ensino médio de escolas públicas, possíveis pretendentes a uma vaga em instituições de educação superior.

dados obtidos sobre a gravidez na adolescência e como esta análise pode nos auxiliar na elaboração de projetos pedagógicos construídos dialeticamente, no processo de escutar, falar e intervir.

Em meio a esse cariz busquei analisar diante da pesquisa quantitativa e mediante a técnica da amostragem não probabilística intencional ou por julgamento, algumas adolescentes mães e ou grávidas estudantes do CERG, cujos dados relativos a determinados elementos da população e a sua análise, proporcionassem informações relevantes sobre toda a comunidade de discentes. A investigação foi realizada na cidade de São Félix no ano de 2013 com garotas entre 15 e 20 anos, porém todas haviam passado pela experiência da maternidade no período da adolescência.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
QUAL A SUA IDADE?	14	15	20	17,00	1,240
QUANTOS FILHOS VOCE TEM?	13	0	1	,85	,376
COM QUANTOS ANOS VOCE ENGRAVIDOU PELA PRIMEIRA VEZ	14	15	18	16,07	,829
QUANTOS ANOS TINHA O PAI DA CRIANCA?	14	18	25	21,29	2,525
N válido (de lista)	13				

TABELA 1. Estatísticas descritivas. Arquivo pessoal. 2013

Antes de prosseguir com os resultados, é válido responder uma indagação que o leitor pode estar fazendo: Como uma pesquisa que se pretende qualitativa utiliza-se de dados estatísticos? Sendo assim, parto do pressuposto de que os dados quantitativos recolhidos pela pesquisadora tornam-se convencionalmente úteis quando associados à análise crítica, ou seja, estes foram acompanhados de uma observação participante em que a quantificação é entendida como um fenômeno de multinível de dimensão temporal e, sobretudo carregada de subjetividade, entre os indivíduos que experimentaram os questionários estatísticos (aplicadores e colaboradores). Por tudo isso, os dados estatísticos apresentados nesse capítulo, para além de uma mera descrição de números, representam materiais relevantes para a exploração das questões midiáticas desenvolvidas sobre a gravidez na adolescência. Ou seja, evasão escolar, falta de informação, ausência de compromisso dos pais adolescentes, isolamento social são dados que se encerram ou apenas refletem uma realidade baseada no senso comum, acerca dos interesses das pessoas que os computam? Quem vem decidindo

sobre os adolescentes e sua sexualidade?

Não é que os números por si só não tenham valor. Em vez disso, o investigador qualitativo tende a virar o processo de compilação na sua cabeça perguntando-se o que é que os números dizem acerca da suposição das pessoas que os usam e compilam. Em vez de confiarem nos dados quantitativos como um caminho para descrever com precisão a realidade, os investigadores qualitativos estão preocupados em como é que a enumeração é utilizada pelos sujeitos para construírem a realidade (GEPART, 1988 apud BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 195).

Evidente que ser mãe na adolescência não é um fenómeno contemporâneo, tampouco uma característica exclusiva da sociedade ocidental. Porém, a gravidez de mulheres muito jovens tem sido apontada como uma expressão da questão social, sobretudo quando associada à pobreza. Na verdade, a área da saúde tem apontado a gravidez na adolescência como uma epidemia, em particular nos países pobres, sinalizando em especial, dois discursos que ganham destaque nesse tema: um aponta para os riscos obstétrico-pediátricos, riscos psicossociais para as jovens mães e para seus filhos; outros apontam para a falta de responsabilização pelos adolescentes, parceiros das jovens, quanto à vida sexual e reprodutiva (HEILBORN, 2006).

Tais discursos, longe de representarem uma crescente “liberdade” em se falar da sexualidade dos adolescentes, em especial, das jovens meninas e de suas gravidezes, evocando suas linguagens próprias e seus corpos como protagonistas, representam o que Foucault (2011) anunciou de arena entre Estado e indivíduo, em que toda uma teia de saberes, de análises e de injunções fez e faz do sexo um objeto de disputa.

Não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir dos outros pontos de vista e para obter outros efeitos. O próprio mutismo, aquilo que se recusa a dizer ou o que se proíbe mencionar, a discricção exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa, mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2011, p. 34).

Segundo o PNDS de 2006, acentua-se um rejuvenescimento do processo reprodutivo. A fecundidade das mulheres mais jovens (15 a 19 anos) passou a representar 23% da taxa total, em 2006, em contraste com 17%, em 1996, ao passo que a das acima de 35 anos que representavam 13%, contribuem agora com 11%. Já em relação ao município de São Félix,

segundo o PNDS-2009²³, dos 183 partos de nascidos vivos, 36 foram de adolescentes. Todavia, de modo geral, a apreciação com relação à gravidez na adolescência é quase sempre negativa, não apenas pelas instituições públicas, mídia, profissionais de saúde e de educação, mas também pela produção acadêmica.

Percentual de crianças nascidas de mães adolescentes – 2009



 Mãe adolescente

19,2%

O percentual de mães com idades inferiores a 20 anos é preocupante. Na maioria dos casos, as meninas passam a enfrentar problemas e a assumir responsabilidades para as quais não estão preparadas, com graves consequências para elas mesmas e para a sociedade.

Considerada um problema social, a maternidade na adolescência é frequentemente apresentada num tom alarmista e como um mal a ser evitado. Os discursos sobre o tema, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto da saúde ou da mídia, geralmente o trazem associado a problemas sociais complexos, tais como delinquência, aumento da criminalidade, violência, uso e tráfico de drogas. Uma associação que, de forma sutil, tinge a gravidez na adolescência com as cores da criminalização e da patologização (NUNES, 2103, p. 2).

É bem verdade também que a grande maioria das pesquisas sobre tal temática envolve a pobreza como ponto central na abordagem da gravidez na adolescência no Brasil. Sabe-se também que pobre tem cor em nossa sociedade tão marcada pela segregação social, fruto do escravismo. Com efeito, através da pesquisa pode-se perceber que entre adolescentes que se declaram pretas e pardas encontra-se 92,9%, ficando apenas 7,1% para a declaração da cor branca. Isso leva a constatar o crescimento da identidade negra, inclusive mediante os trabalhos realizados na própria instituição escolar acerca de cotas, preconceito racial e cultura africana.

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
PRETA	6	42,9	42,9	42,9
BRANCA	1	7,1	7,1	50,0
PARDA	7	50,0	50,0	100,0
Total	14	100,0	100,0	

TABELA 2. Qual a sua cor? Arquivo Pessoal. 2013.

De maneira inversa e complementar, a gravidez precoce é considerada como fator

²³ www.portalodm.com.br, acessado no dia 28-01-2014 às 00:18.

que reforça a pobreza e a marginalidade na medida em que os jovens interrompem ou são impedidos de retomar os estudos, dificilmente encontrando um emprego e podendo somente contar com a ajuda familiar limitada. Soma-se a isso o fato de que as agências de pesquisa e organismos internacionais apresentam sistematicamente a gravidez na adolescência como não desejada (HEILBORN, 2006, p. 31).

Mas cabe aqui, se travar um diálogo para além do econômico, na busca de um novo olhar sobre a gravidez na adolescência. Isso porque segundo Demo (2005) a pobreza não se restringe à destituição material, embora represente uma gravíssima questão social, e, por mais dura que possa ser, faz parte de uma opressão maior: a pobreza política, pois nela reside a destruição do sujeito capaz de construir sua própria história, massacrando a cidadania, destituindo o ser social da participação política consciente, pois se torna uma marionete, vivendo em dependência múltipla de tudo e de todos, sem projetos de vida. Por isso, “pior do que não ganhar o seu pão, é não ter o destino nas próprias mãos” (DEMO, 2005, p. 4). Assim, pobre é quem sequer consegue saber que é pobre, está separado da consciência política e crítica, ou seja, não consegue primeiro “ler” sua realidade, como abordou Paulo Freire, e, depois, atuar em prol da transformação social. Ser pobre é menos não ter, do que não ser.

Nesse sentido, as adolescentes entrevistadas devem ser vistas como conscientes sujeitos sociais que constroem suas trajetórias de vida em meio a reflexividade e na busca por autonomia. Partindo desse pressuposto, não quero reduzi-las a fantoches e marionetes do sistema, reproduzindo interpretações ingênuas que voltadas ao teor economicista, divulgam a gravidez na adolescência como instrumento de inserção em programas focalizados de redistribuição de renda como é o caso do Programa Bolsa Família. Nesse caso perguntei às garotas entrevistadas se os filhos estavam inseridos no Programa Bolsa Família, o que 71,4% responderam que não, e 28,5% que sim.

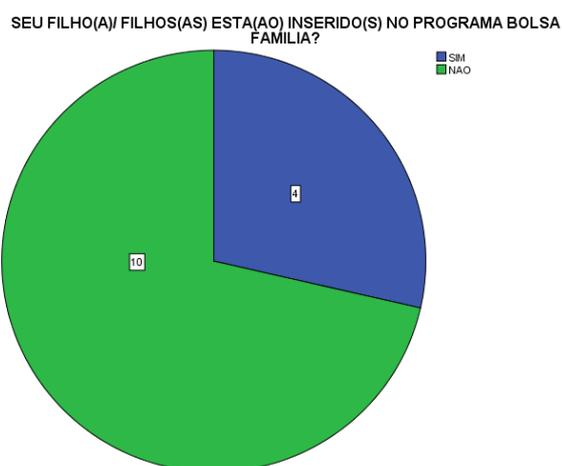


GRÁFICO 1. PESQUISA PESSOAL. 2013

É válido destacar ainda que 85,7% dos pais estavam contribuindo financeiramente com a criança e somente 7,1% não havia assumido economicamente seu filho.

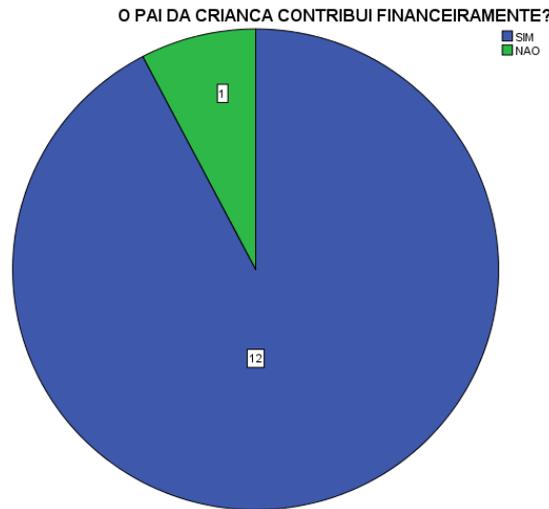


GRÁFICO 2. PESQUISA PESSOAL. 2013

À primeira vista poder-se-ia afirmar que esse comportamento masculino vem sendo materializado devido à lei que exige o reconhecimento do pai e sua pensão. No entanto, ao analisarmos o quadro de relacionamento atual das entrevistadas com os pais da criança, apenas uma relatou a necessidade de recorrer à Justiça.

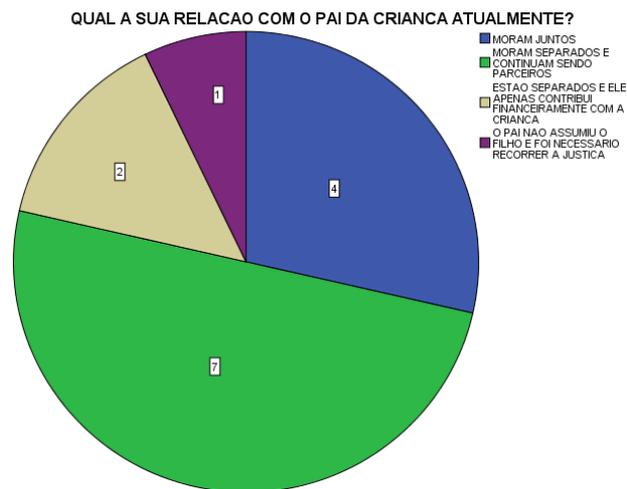


GRÁFICO 3. PESQUISA PESSOAL. 2013

Corroborando então para a tal abordagem, a iniciação sexual e a gravidez na adolescência para além da mera espontaneidade, da falta de informação, do resultado puramente hormonal da puberdade, estão calcados também em relacionamentos estáveis, na busca por autonomia, liberdade, reconhecimento social. Um aspecto importante é perceber que, apesar da primeira gravidez, em sua maioria, ocorrer anteriormente a uma união estável e

ou conjugal, essas meninas possuem um elo emocional instaurado com o pai da criança (namoro), que em sua maioria é mais velho, ficando entre 18 e 25 anos (de acordo com os questionários aplicados), comprovando então a necessidade de novos olhares sobre a gravidez na adolescência para além de relacionamentos eventuais, espontâneos e desestruturados.

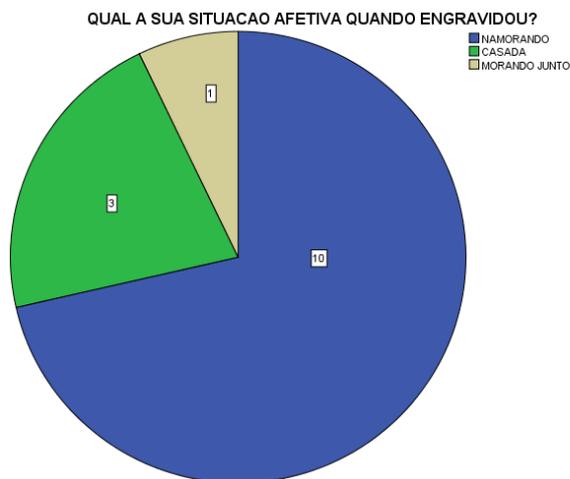


GRÁFICO 4. PESQUISA PESSOAL. 2013

Nas entrevistas semiestruturadas pode-se perceber como a gravidez surge de um processo em que as meninas sentem-se seguras seja no parceiro, seja na solidariedade familiar.

Foi então um namoro normal, aí a gente ficou um ano e pouco, aí agora que eu engravidei [...] então [...] mas a gente tá ainda junto (Maria Renata).

Quando eu comecei a namorar com ele [...] a primeira vez que a gente se viu eu tinha nove anos. Aí depois quando a gente começou a namorar mesmo eu já tinha feito onze anos, quando a gente começou a namorar. Quando ele pediu a meu pai eu tinha treze e com quatorze anos eu vim morar com ele, aí na casa da mãe dele. Ele tinha 18 anos. É. Eu comecei a morar com ele depois que eu engravidei (Maria Antonieta).

Ele morava perto de minha casa, aí [...] a gente já se conhecia desde pequeno, aí [...] ele ficou afim de mim eu fiquei afim dele aí eu [...]. Ele tem 22 anos [...] Eu tô com ele. Mora eu ele e avó dele (Maria Clara).

Eu conheci, ele [...] é o irmão do meu cunhado. Aí ia muito lá, na casa. A primeira vez que conheci ele eu tinha 9 anos. Minha mãe quer que eu case [...] (Maria Eduarda).

Foi no barzinho [...] Eu fui com minha irmã, meu cunhado, meu irmão. Aí comecei a conversar com meu irmão, aí ele perguntou se era meu namorado, eu falei que não. Perguntou se eu era solteira, eu falei que era, aí ele falou que gostou de mim, que queria namorar comigo, aí eu pedi para ele falar com meu pai. Aí depois a gente começou a namorar. Só que ele era casado! Só que eu moro aqui e ele mora em outra cidade, eu não sabia que ele era casado. Ele era casado e tinha um filho. Aí a gente começou a namorar. Depois de um mês [...] dois meses [...] eu engravidei (Maria Fernanda).

Semelhantemente destaca-se o desejo das meninas em provocar o aborto (28,6%). Mesmo nesse caso, quando se volta para uma pesquisa qualitativa estas sinalizam para o contentamento que a gravidez promoveu em seu viver, na relação com o namorado e ou marido e, sobretudo com a família, que diferentemente do que é apontado no senso comum, vem ofertando apoio, em especial os avós maternos.

Minha filha representa tudo né? Minha filha é a alegria da casa. Não tinha mais menina pequena. Tudo que ela quer meu pai dá, eu também dou. E hoje meu pai gosta dela mais do que eu (Maria Fernanda).

Tem tanta gente pra cuidar que é uma briga lá em casa. Tanto na parte minha quanto na dele (risos) (Maria Clara).

Minha mãe não queria que eu parasse de estudar. Minha mãe pediu para eu voltar para (cidade onde a mãe mora) que ela ficava com o meu menino [...] (Maria Antonieta).

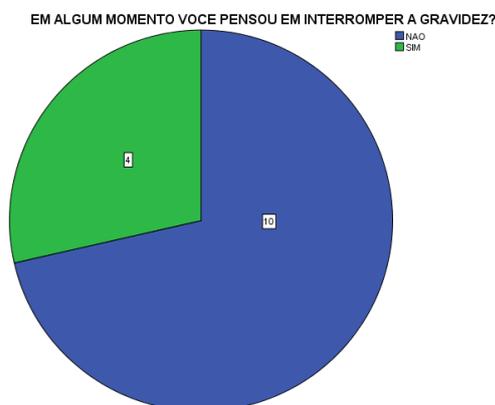


GRÁFICO 5. PESQUISA PESSOAL. 2013

Com efeito, é a família, em sua maioria, que garante a adolescente continuar com seus estudos, cuidando da criança, muitas vezes até em tempo integral.

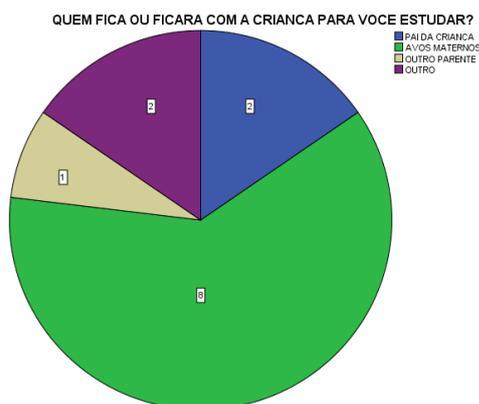


GRÁFICO 6. PESQUISA PESSOAL. 2013

... esse panorama afasta-se da ideia bastante difundida da gravidez na adolescência como uma situação inesperada e catastrófica, que ocorreria em relacionamentos circunstanciais e fortuitos (ALMEIDA, ARAÚJO, MENEZES, 2006, p. 340).

Por tudo isso, destacamos que dos quatorze questionários aplicados apenas quatro adolescentes afirmaram ser a explicação melhor para a sua gravidez, a falta de informação.

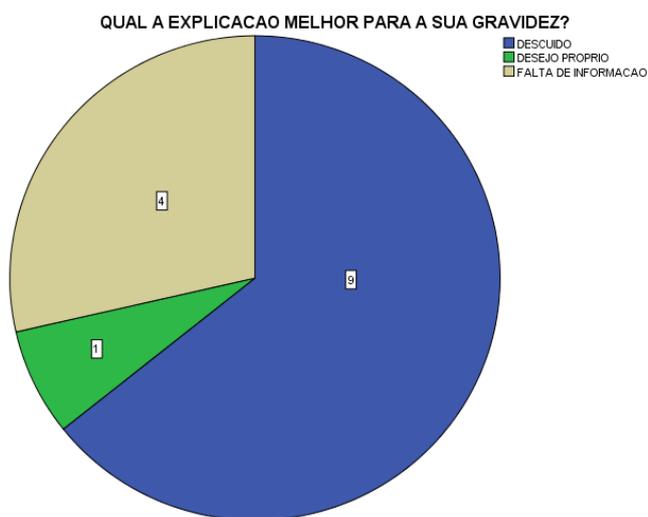


GRÁFICO 7. PESQUISA PESSOAL. 2013.

No entanto, essas mesmas adolescentes abordaram que conheciam outros métodos contraceptivos, negando assim, a afirmação anterior.

	Respostas		Porcentagem de casos
	N	Porcentagem	
ANTICONCEPCIONAIS INJETAVEIS	6	17,6%	42,9%
PILULA DO DIA SEGUINTE	6	17,6%	42,9%
DIAFRAGMA	2	5,9%	14,3%
CAMISINHA FEMININA	3	8,8%	21,4%
DIU	5	14,7%	35,7%
PILULAS	5	14,7%	35,7%
CAMISINHA MASCULINA	7	20,6%	50,0%
Total	34	100,0%	242,9%

TABELA 3. Métodos contraceptivos. Arquivo Pessoal. 2013

Nesse caso é válido destacar o quanto o questionário e a pesquisa sobre gravidez na adolescência carrega em seu bojo um efeito punitivo, gerando nas adolescentes a necessidade de jogar para o outro a responsabilidade da gravidez, negando assim os seus desejos e sonhos.

Por medo de serem punidas e discriminadas, já respondem o que muitos pesquisadores querem ouvir! Sou uma adolescente vítima do sistema e totalmente desinformada! A própria escola não trata abertamente o tema voltado para uma educação social, mas apenas centra-se para o modelo informativo, restrito à genitalidade. Assim, nega a cultura sexual do grupo, os valores obtidos pela família, pela igreja, os papéis de gênero, enfim, o significado e simbolismo que a gravidez acarreta para a experiência pessoal da e do adolescente.

Portanto, para que a pena continue leve, nessa tentativa de dar conta de nós mesmos e dos outros nos nossos estudos, precisamos pensar em possibilidades de discursos que possam registrar os pensamentos e as palavras que transbordam por paredes e corredores das escolas e que nem sempre são ditas. Discursos que precisam incluir outros discursos, alternativos, e que apostam sempre nas suas próprias explicações. Discursos que ficam à espreita, esperando capturar microdiferenças que marcam as sutilezas das falas, dos gestos e das imagens que habitam os cotidianos. Discursos que tentam traduzir os idiomas e os modos de ser e existir dos sujeitos cotidianos em cujos corpos encontramos registradas as marcas dos usos e das transgressões. Discursos que têm olhos distraídos que deixam de ver outras tantas coisas além daquelas que foram tornadas visíveis. Discursos que, apesar do nosso *olhar congelador*, precisam dar conta das identidades movediças, dos hibridismos (FERRAÇO, 2007, p. 87).

O olhar foi descongelado também diante das respostas sobre os meios de comunicação que tais garotas tinham acesso às informações sobre sexualidade, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis. Todas relataram mais de uma alternativa.

	Respostas		Porcentagem de casos
	N	Porcentagem	
TELEVISAO	12	36,4%	85,7%
PALESTRAS E OFICINAS	2	6,1%	14,3%
INTERNET	5	15,2%	35,7%
LIVROS	3	9,1%	21,4%
REVISTAS	3	9,1%	21,4%
GRUPO DE AMIGOS	2	6,1%	14,3%
FAMILIA	6	18,2%	42,9%
Total	33	100,0%	235,7%

TABELA 4. Meios de Comunicação. Arquivo Pessoal. 2013.

É bem verdade que historicamente, as mulheres engravidavam no início de sua vida reprodutiva, embora tal fato fosse visto apenas como institucionalmente “correto” quando associado ao casamento. Segundo a historiadora Mary Del Priore (1993) em seu livro *Ao sul do corpo*, ao longo de uma sociedade patriarcal, a mentalidade feminina também repousava em resistência, utilizando-se das mesmas condições de subordinação.

Um exemplo que nos interessa é sobre a “perda da honra”, a qual causava acima de tudo transtorno nas famílias, exigindo-se reparos morais através do casamento. Dessa forma, Del Priore ressalta:

A honra perdida não significava, todavia, que tudo estivesse destruído. A honra perdida exprimia (o que é bem diferente) que tudo podia justificar-se. As relações familiares e a vida concubinária que entrelaçavam mulheres e homens de raças diferentes, baseadas na necessidade de dividir tarefas de sobrevivência, explicam-se mais facilmente aos olhos das autoridades eclesiásticas pela propalada “perda de honra”. A perda de honra servia também para justificar práticas sexuais prosaicamente exercidas, quando a gravidez não sensibilizava os pais putativos no sentido de unirem-se, oficialmente ou não, às suas namoradas, amásias ou concubinas grávidas (DEL PRIORE, 2009, p. 68).

Diante dessa discussão, pode-se problematizar a vida das adolescentes na sociedade contemporânea que, apesar de distinta do período colonial, carrega ainda resquícios do machismo, ou seja, as questões de gênero encontram-se explícitas em nosso cotidiano. Então, não seria pertinente pensar que a gravidez na adolescência pode gerar liberdade, ou seja, autonomia sexual para essas meninas? Engravidar ainda é sinônimo de casar e ou facilitar uma vida sexual ativa. Da mesma forma que “perder a honra” no Brasil Colonial simbolizaria justificativa para práticas sexuais prosaicas, a gravidez desejada não estaria atrelada a uma fuga da submissão feminina no âmbito doméstico (nesse caso, na casa dos pais) e ou uma garantia de vida mais livre e emancipada? A gravidez simbolizaria então poder e ou status social para essas adolescentes?

Nesse caso, constata-se que dentre as quatorze meninas entrevistadas, quatro passaram a morar com seus companheiros, mas as demais apesar de continuarem vivendo com seus pais e ou avós, mantinham relações sexuais com seus namorados, agora de forma livre e consentida pelos familiares. Com efeito, “a sexualidade é um dos principais domínios que incitam o jovem a criar uma esfera de autonomia individual relativamente à família de origem” (HEILBORN, 2006, p. 35).

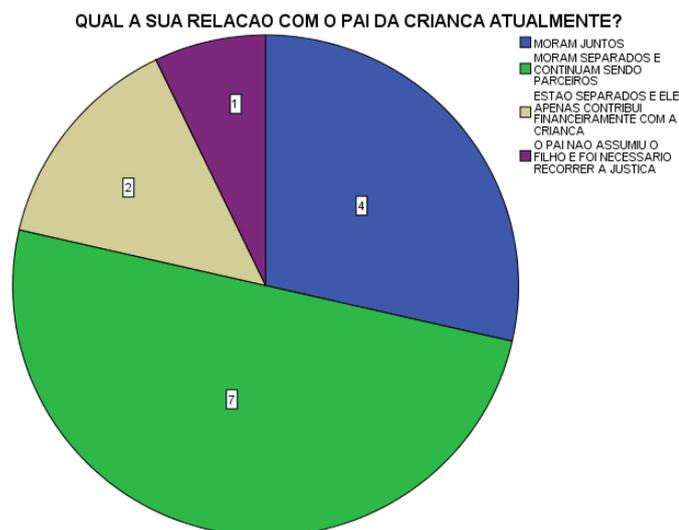


GRÁFICO 8. PESQUISA PESSOAL. 2013

Salta aos olhos que no momento já foi confirmado a existência também do desejo das adolescentes pela gravidez, o que não vem generalizar, mas sim, derramar a concepção do cuidado especial para não se deixar envolver pela ideia equivocada de que toda gravidez na adolescência indique fato inconsequente e desastroso, nem tampouco seja reflexo da falta de informação nas escolas e nas famílias. Até porque, mesmo que as instituições escolares e familiares não se animem a falar sobre assuntos voltados para a sexualidade, encontra-se vários espaços nos quais já é possível e acessível às camadas jovens, mesmo as de baixa renda, ouvirem e discutirem abertamente. São os programas de televisão, a internet, as revistas, os livros, as conversas de amigos (presenciais ou online), que proporcionam a oportunidade de reflexão sobre querer ou não engravidar.

Mesmo assim, os relatórios, os diagnósticos, os jornais, as revistas, os programas de televisão, os profissionais da saúde, o governo e tantos outros continuam com fatos e números, denunciando o aumento de meninas grávidas em todo país, apontando desde fatores de riscos físicos pela gravidez precoce, quanto psicológicos e problemas sócio-culturais. Alegam na verdade o incremento da pobreza, famílias numerosas chefiadas por mulheres, precarização do trabalho, afastamento da escola e abandono de projetos futuros, propiciando então a exacerbação da marginalidade econômica e da vulnerabilidade social. Assim, os materiais didáticos são produzidos no âmbito moralizante e preventivo, perpassando uma educação tradicional sanitária.

Com efeito, tal ideologia hegemonicamente construída, vem acarretando entraves no planejar, implantar e implementar planos, programas e projetos para a juventude, cujas avaliações pendem para resultados e impactos que julgam os atores sociais, preconizando políticas de controle da sexualidade juvenil, mas desconsiderando o olhar e os anseios dos próprios sujeitos sociais analisados. Isso só leva a refletir que as políticas públicas voltadas para a juventude, em especial às ligadas para a questão da gravidez na adolescência, sustentam uma visão estadocêntrica, vinculada à tradicional sociedade androcêntrica, patriarcal, desigual e racista, que é a sociedade brasileira. Ou seja, “as políticas preventivas calcadas em cursos de educação sexual atuam mais como técnicas normalizadoras e adaptativas do desejo sexual das jovens, ditando as regras do que seria o comportamento sexual adequado na adolescência” (DADOORIAN, 2000, p. 27).

Ora, se política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, cuja intencionalidade e solução estão direcionadas para um problema entendido como coletivamente relevante, então se pode afirmar que é no final do século XX, nos anos 90, que

as políticas públicas para a juventude figuraram na agenda política, formal e midiática do Brasil e do mundo, instrumentalizadas entre tantas, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069 de 13 de julho de 1990), o qual é atribuído à família e ao Estado o dever de proporcionar condições de desenvolvimento pleno e sadio às crianças e adolescentes com prioridade à atendimento pelo serviço público e recursos destinados às políticas públicas.

Mas apesar da discussão centrada na autonomia e cidadania das crianças e dos adolescentes, tais políticas públicas estão longe de apresentar uma abordagem multicêntrica ou policêntrica, já que o Estado continua sendo o *policymaker* exclusivo na elaboração das políticas, fazendo com que a sociedade cumpra as leis mediante a coerção, premiação, conscientização²⁴ e também soluções técnicas. Isso porque assiste-se atualmente a projetos voltados para a gravidez na adolescência que, calcados na educação tradicional de vertente coercitiva, embebecida de certa conscientização, possuem objetivos moralizantes e sanitaristas, levantando a bandeira contra a gravidez na adolescência, realizando seminários informativos sobre métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis (DST) e assim, punindo com olhares, atitudes e palavras os adolescentes que não se enquadram em tal comportamento.

Já em outros momentos nos deparamos com o mecanismo da premiação, em que jovens e adolescentes são influenciados com estímulos positivos a não engravidarem, através de cursos profissionalizantes, estágios remunerados e ou quando engravidam ganham enxovais para cumprirem as consultas do pré-natal, além das soluções técnicas como é o caso da Rede Cegonha²⁵.

Nesse sentido, o que torna-se caro às pesquisas das ciências humanas e sociais, a fim de um embasamento para a elaboração de políticas públicas acerca da gravidez na adolescência, é a necessidade de romper com a visão homogeneizante, a qual aborda por exemplo, adolescentes da classe média ou alta e adolescentes das camadas populares como se estas passassem e compreendessem a gravidez na mesma ótica. Além do mais, as gravidezes e suas ocorrências são complexas assim como todas as relações sociais, portanto deve-se pensar no desejo de ser mãe, na ausência de informação, na violência sexual, nas diferenças

²⁴ Nesse caso a conscientização significa um dos mecanismos genéricos que o *policymaker* tem à disposição para induzir comportamentos dos destinatários da política pública, cuja influência perpassa pelo meio da construção de apelo ao senso de dever moral.

²⁵ A Rede Cegonha sistematiza e institucionaliza um modelo de atenção ao parto e ao nascimento que vem sendo discutido e construído no país desde os anos 90, com base no pioneirismo e na experiência de médicos, enfermeiros, parteiras, doulas, acadêmicos, antropólogos, sociólogos, gestores, formuladores de políticas públicas, gestantes, ativistas e instituições de saúde, entre muitos outros. Trata-se de um modelo que garante às mulheres e às crianças uma assistência humanizada e de qualidade, que lhes permite vivenciar a experiência da gravidez, do parto e do nascimento com segurança, dignidade e beleza.

etárias que colocam a adolescência no mesmo pacote (12 aos 18 anos), a fim de que as realidades sejam compreendidas não somente em estruturas engessadas, mas principalmente nas conjunturas em que foram gestadas (NUNES, 2013).

Dessa forma o discurso é sempre psicologizado, “pendendo muitas vezes em direção à moral, oscilando entre a condenação e o apoio aos adolescentes” (HEILBORN, 2006, p. 31). Todavia, o que fica evidente é que mesmo os mecanismos genéricos para indução de comportamento estar envolvidos em uma busca constante pela “conscientização”, tais políticas públicas apresentam-se limitadas no processo de escuta juvenil, pois se por um lado os (as) adolescentes são vistos (as) como problemáticos (as), irresponsáveis e desviados (as), por outro são percebidos (as) como imaturos (as), vítimas do sistema e incapazes de pensar sobre seu próprio destino.

Esse conjunto de concepções, bastante difundido pelo senso comum e pela mídia, apresenta os jovens como inconsequentes e irresponsáveis em relação a seus comportamentos e, frequentemente, como incapazes de gerir a própria vida afetiva e sexual. Enfim, a imagem dominante mostra os jovens “de hoje” levando uma vida sexual afetiva desregrada, na qual predominam os relacionamentos efêmeros, sem qualquer tipo de vínculo e comprometimento (KNAUTH, HEILBORN, BOZON, AQUINO, 2006, p. 399).

Com efeito, utilizando o “modelo da lata de lixo²⁶” de Cohen e Olsen, o problema da gravidez na adolescência só é pensado após a solução, ou seja, antecipam-se a tomada de decisão e a escolha das alternativas (que, diga-se de passagem, são defasadas e incoerentes com a realidade existente) para posteriormente refletir sobre o problema. Aliás, gravidez na adolescência é um problema? Para quem? Por quê? Essas são indagações pertinentes para se pensar como uma questão torna-se problema de relevância pública, de acordo com o tempo, o espaço e a cultura de cada sociedade.

Um problema é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que gostaria que fosse a realidade pública (SECCHI, 2013, p.10).

Voltando então para o locus da pesquisa-ação que é a escola, pode-se pensar em alguns problemas que se institucionalizaram na agenda formal da educação: indisciplina, evasão escolar, analfabetismo funcional, falta de compromisso dos educadores, violência, drogas, baixos salários, gravidez na adolescência, dentre outros. Porém, conceituar um problema público é sempre questão nebulosa, “uma vez que envolve interpretações político-

²⁶ Diante de uma metáfora Cohen e Olsen (1972) abordam que diversas organizações cotidianamente produzem inúmeros problemas e soluções, descartando-as em uma lata de lixo. Assim, os tomadores de decisões recorrem a essas latas quando necessitam combinar soluções a problemas. Assim as soluções nascem antes dos problemas.

normativas dos próprios atores políticos envolvidos” (SECCHI, 2013, p. 10).

É comum ouvirmos constantemente nos corredores, e acima de tudo, na sala dos professores, a popular frase: Eles não querem nada! Com efeito, esses sujeitos, tão debatidos no meio das reuniões e intervalos entre docentes, são os estudantes, os quais, segundo os professores, apesar das novas estratégias didáticas metodológicas em sala de aula, não estão correspondendo aos objetivos estabelecidos nos projetos e planejamentos escolares.

Todavia, o não querer nada, significa nada mesmo? Evidente que esse “nada” não sinaliza um sujeito passivo, inerte às transformações sociais, alheios aos projetos de vida impostos pela sociedade. Esse nada simboliza a contradição perante o desejo dos professores para seus educandos, tais como: assistir as aulas, ler pelo menos as apostilas e ou os livros didáticos, ser responsável ao prazo dos trabalhos e das atividades escolares, estudar para as avaliações, respeitar colegas e professores, enfim, preocupar-se com a suposta “ordem” do processo ensino-aprendizagem. Por outro lado, os estudantes dizem que querem sim alguma coisa! Querem professores dinâmicos, querem atividades criativas, querem viagens, querem namorar, querem abolir as provas e enfim querem a aprovação!

Em meio aos dois lados da moeda, parece que tanto os professores quanto os estudantes almejam situações possíveis e que acabam por participarem da mesma origem. Então urge uma questão: como esses dois grupos querem objetivos entrelaçados, mas acabam vivendo com se estivessem em mundos diferentes? Qual o porquê de tantos conflitos e embates ideológicos? Será que realmente possuem metas semelhantes ou apenas é um jogo de contradições camuflado na aparente harmonia das ideias?

No entanto, mergulhada em inúmeras indagações e no olhar de observação e paralelamente participação (já que sou professora no mesmo local que me encontro estagiando sob a ótica do Serviço Social) penso que apesar de educadores e educandos proclamarem seus anseios e perspectivas por uma educação pública e de qualidade, o que nos faltam são ações e iniciativas correspondentes às nossas exigências. Ou seja, se olharmos de forma mais profunda, nota-se que queremos sempre mudanças no outro, sonhamos com ações alheias, criticamos o que o outro lado deixa de fazer ou faz contrário às nossas vontades, mas raramente discutimos e analisamos nossas próprias atitudes e dificilmente sonhamos com o que podemos fazer para alcançarmos nossas metas.

Nesse sentido, talvez o mais importante seja inicialmente repensarmos (professores e educandos) nossas ações e refletirmos se nós mesmos queremos alguma coisa!²⁷

O relato acima sinaliza a necessidade de existir uma avaliação das políticas públicas voltadas para abordagens mais “pluralistas e contextualizadas, que busquem fazer uma leitura mais ampla da realidade” (ARAÚJO, 2009, p.117). Ora, construir um planejamento social requer uma correlação de forças que perpassa as relações entre as ações e a lógica dos atores sociais, num processo de avaliação “sociodialógico” (BOULLOSA, 2009, p. 49). Queremos afirmar então que as políticas públicas que envolvem a gravidez na adolescência precisam ancorar-se em experiências diversas, na escuta dos destinatários e na participação dos mesmos.

Outra questão pertinente que encontra-se na literatura sobre a gravidez na adolescência

²⁷ Diário de campo do dia 02-08-2012.

é a abordagem sobre o isolamento social. Desse modo, as dificuldades incidem no lidar com o aspecto da estigmatização entre os amigos, onde as mães adolescentes são excluídas do seu rol de colegas, deixando de participar de eventos, festas e até mesmo atividades escolares. Mas, diante dos questionários apenas duas responderam que se sentiam excluídas diante da maternidade, o que leva a crer que a gravidez vem fazendo parte do cotidiano escolar e da vida do adolescente como algo “normal”, naturalizado e que de certa forma, não anula a mãe de continuar sendo vista enquanto adolescente, cheia de sonhos, rebeldias e celebrações.

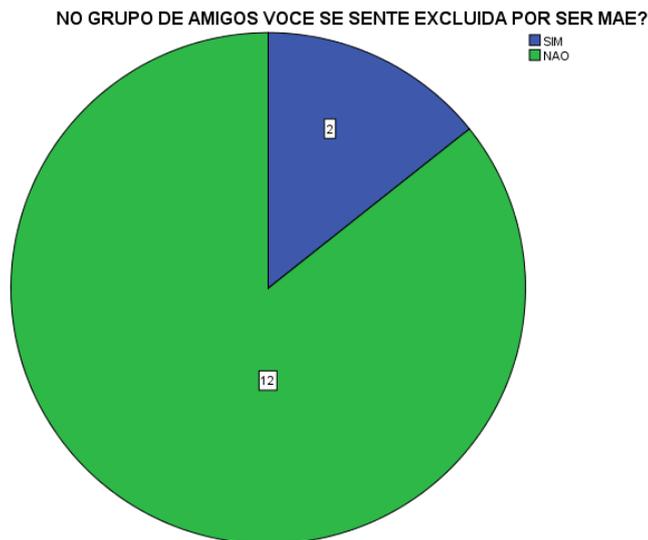


GRÁFICO 9. PESQUISA PESSOAL. 2013.

Semelhantemente nas entrevistas semiestruturadas as adolescentes negaram o isolamento, e sinalizaram que ao contrário da visão que sustenta a maternidade na adolescência enquanto indesejada e prematura, elas presenciaram mais aproximações das colegas e conseqüentemente ampliaram seu rol de amizade! Eis as respostas das meninas quando indagadas sobre a relação com as colegas durante e após a gravidez.

Elas se aproximaram mais de mim... Porque gostam de criança aí ficam me papiricando (Maria Eduarda).

Elas me apoiaram. Elas podiam se afastar! As mãe podia dizer que eu tive um filho, não sou mais moça... Não tudo me apoiaram. Eu consegui mais amizade depois que engravidei (Maria Fernanda).

Elas ficaram feliz. Não se afastaram de mim (Maria Clara).

Não... (com muita determinação) Ficou tudo normal! Se aproximou ainda mais. Elas me ajudam quando eu não posso vir elas entregam o meu trabalho, faz as minhas atividades (Maria Renata).

Não (forte)! Quando eu comecei a estudar aqui no Rômulo eu tinha, tava grávida já e fui bem aceita aqui. As meninas me apoiaram mesmo não me conhecendo, as meninas estavam comigo no tempo também me apoiaram muito. Não tive dificuldade com isso (Maria Antonieta).

De resto, mas sem pretensões de encerrar o debate urge considerar que na elaboração de políticas públicas voltadas para a juventude, deve-se vislumbrar que os adolescentes e os jovens não estão alheios ao movimento da sua própria história. Pelo contrário, não há uma necessidade de estimular “consciência”, mas é imprescindível a promoção de reflexão, embebida de cidadania plena e protagonismo juvenil. Por enquanto, essas adolescentes ao resistirem com as cartas que lhes são oferecidas e, mesmo que limitadas socialmente, as utilizam no jogo cotidiano de adaptações e improvisos, vão empurrando suas demandas e seus anseios com “a barriga”.

4. RECLAMANDO DE BARRIGA CHEIA: RITO DE PASSAGEM E STATUS SOCIAL NA MATERNIDADE “PREMATURA”

Os homens, enganados pela fantasia de que eles têm algo que as mulheres não possuem, não se dão conta de sua fragilidade. E vão ao ponto de, numa incompreensível cegueira para fatos anatômicos e fisiológicos, dizer que eles “comem” as mulheres. Puro engano. Comer é um ato pelo qual uma coisa é colocada dentro da boca, a boca sendo um orifício vazio que extrai do referido objeto, por meio de movimentos rítmicos, a sua substância e sucos. Ora, a anatomia é clara: é a mulher que é o orifício vazio que recebe o objeto masculino, que ao final aparece murcho e esgotado. Mulher é boca; o homem é a fruta. Ao final, só resta o bagaço da laranja. Ao final de todo ato sexual, o homem perde seu pênis. A mulher, ao contrário, come e engorda. A psicanálise usa dizer que as mulheres sofrem de “complexo de castração” porque algo lhes falta. Equívoco total. Quem sofre essa dor é o homem. É ele que sempre perde o pênis ao final do ato sexual (ALVES, 1995, p. 52).

Sem sombras de dúvidas a mulher grávida reclama de barriga cheia! Cheia de vida, cheia de sonhos, cheia de amor, cheia de alegria, mas também pode estar cheia de morte, cheia de desilusões, cheia de ódio, cheia de dores. Tais elementos, para além da dicotomia, carregam a ambivalência do convívio entre a agência/estrutura social, e complexidade dessas relações entre o desejo e a obrigação. Não obstante, a descrição desse ato em reclamar de barriga cheia, sinaliza para as mães adolescentes que apesar de enfrentarem o estigma, muitas vezes problemas de ordem econômica, a ausência de políticas públicas mais específicas, a coerção social de fazê-la abandonar os estudos para cuidar da criança e ou trabalhar, lutam para mostrar o seu valor, confirmando o seu status social e emanando poder, sobretudo com a barriga e ou o filho à mostra!

De fato, a vida sexual (gravidez, casamento, esterilidade, sexo) deve ser estudada para além do seu teor privado e de interesses econômicos, mas sobretudo mediante sua significação e o seu valor moral que estabelece o processo de “publicização”²⁸ e por isso mesmo vincula-se ao status. Foi o que Diana Dadoorian (2000) sinalizou ao apresentar a transformação da gravidez hormonal para uma gravidez “simbólica”, na medida em que a gravidez na adolescência, sendo uma situação cotidiana e comum nas classes populares, um fato até mesmo geracional, “verifica-se então uma valorização da maternidade, em que ser mãe equivale a assumir um novo status social, o de ser mulher” (DADOORIAN, 2000, p. 142).

Del Priore (2011) sinalizou que, nos séculos XVI e XVII, “em nome da sacralidade e dos fins do matrimônio, a impotência de ambos os sexos constituía-se, aos olhos da Igreja, em

²⁸ Nesse caso discute-se a ideia de Michel Foucault quando ao analisar o matrimônio em Roma antiga percebe que a *lei de adulterilis* retoma os esquemas tradicionais da apreciação ética, transferindo para o poder público uma sanção que até então incubia à autoridade familiar.

‘impedimento dirimente’, levando à anulação do casamento” (PRIORE, 2011, P. 117), e em especial, as mulheres tornavam-se mais culpadas pela esterilidade que os homens (tanto pela Igreja quanto pelas crenças populares). Assim, se por um lado “as mulheres muito bonitas eram impotentes por castigo de Deus, irado com suas vaidades” (DEL PRIORE, 2011, p.117), por outro “as muito feias também o eram, em uma punição divina, por sua inveja das primeiras” (DEL PRIORE, 2011, p.117).

Sendo assim, encontra-se aqui uma demonstração de conflitos entre as mulheres, em que gravidez, esterilidade, casamento e inveja participam de um mesmo sistema simbólico de papel e posição social, o qual revelou-se ao longo da história, e que perdura nos dias atuais, gerando semelhantes sentimentos e temores. Isso porque se para provar masculinidade o homem precisa ser viril, estar em constante excitação física e com desejos profundos, o dever feminino encontra-se na demonstração de fecundidade mediante a gravidez.

Por esse viés construímos uma possibilidade de compreender o porquê das adolescentes grávidas no CERG, sobretudo ao estar usando vestidos no ambiente escolar, incomodarem sobremaneira suas colegas.

Não era raro ouvir nas salas de aula: “Agora ficar grávida virou moda! Fica passeando de vestidinho, Deus é mais, tá toda tirando onda”! Isso intrigava meu olhar, aguçado diante das falas de meninas adolescentes que, não estando grávidas e ou ainda não sendo mães, julgavam com um teor profundamente moralizante e higienista (informação social difundida por profissionais, familiares, líderes religiosos, mídia) as barrigas à mostra!²⁹

Semelhantemente não se deve perder de vista que a questão do status social sinaliza um rito de passagem, um processo mediador entre a menina e a mulher, a imaturidade e a responsabilidade, designando para a adolescente uma situação nova na sociedade na medida em que a coloca na qualidade de mãe. Engravidar é então, a comprovação de que o papel social feminino foi cumprido, representando para a adolescente um rito de passagem³⁰ o qual a torna mulher e por isso mesmo, digna de respeito e valorização diante da sociedade.

Surge, assim, um trinômio: adolescente-mãe-mulher, em que a gravidez é a via de acesso à feminilidade. A afirmação social nesse meio se expressa na maternidade, o que possibilita dizer que se trata, também neste caso, de uma gravidez social, isto é, maternidade social (DADOORIAN, 2000, p. 142).

Por outro lado, a mulher estéril, sofria socialmente a sua inutilidade. Decerto que nos dias atuais a esterilidade é discutida em sua complexidade, haja vista que a inseminação

²⁹ Anotações do Diário de campo do dia 10 de outubro de 2013.

³⁰ O rito de passagem não é visto no plano individual, mas na coletividade. Assim, mediante uma delineada etnografia, consiste precisamente, em tomar o simbolismo dos ritos de passagem como um conjunto de valores, significados e conflitos no jogo cotidiano.

artificial, a barriga solidária e mais recentemente o transplante de útero são exemplos de que a ciência vem buscando resolver tal problema que historicamente amedronta a função social da mulher em ser mãe. Assim, fica claro o quanto (apesar das discussões feministas) o temor da esterilidade ainda paira na cultura social feminina assim como o medo da impotência assola o mundo masculino.

A necessidade mística de progeneração atingia em cheio as mulheres. Comparadas a terras inférteis, humilhadas pelos companheiros e pela comunidade, associadas a mulas-animais estéreis geneticamente que eram conduzidas pelos padres, estes infecundos (pelo menos teoricamente) por vocação, encaravam a impossibilidade de procriar como uma tara ou um contrassenso. Ao inverter o ciclo das gerações, interrompendo as linhagens e contrariando os ciclos agrícolas e a natureza, à qual seu período vital deveria comparar-se, a mulher estéril parecia ter o corpo entupido, fechado e prisioneiro de forças estranhas (DEL PRIORE, 2011, p. 121-122).

Nesse caso, dialogando com Arnold Van Gennep (2011), o qual estudou os ritos de passagem, seus problemas e implicações em sociedades tribais, é válido destacar que a gravidez proporcionava para a mulher um locus de distinção.

Nas populações onde o casamento só é considerado válido depois de nascimento de uma criança, os ritos da gravidez e do parto constituem os últimos atos das cerimônias do casamento (tal é o caso entre os Toda), e o período de margem estende-se para a mulher desde o começo do noivado até o nascimento do primeiro filho. Ao se tornar mãe sua situação moral e social aumenta. Passa de mulher simplesmente a matrona, de escrava ou concubina a mulher igual às mulheres livres ou legítimas. Neste caso, entre numerosas populações políginas, muçulmanas ou não, há ritos de passagem de primeiro estado ao novo. Igualmente nas populações onde o divórcio é fácil, entretanto, é proibido ou difícil de obter se a mulher teve um ou não, há ritos de passagem de primeiro estado ao novo. Igualmente nas populações onde o divórcio é fácil, entretanto, é proibido ou difícil de obter se a mulher teve um ou vários filhos (VAN GENNEP, 2011, p. 58).

Tal distinção é também demarcada no ambiente escolar. Ser mãe ou estar grávida já remonta à responsabilidade, fazendo com que seja exigida dessas adolescentes uma postura diferente, já que passam a ser vistas como “donas de casa”. Por conseguinte, o filho e filha passam a representar não uma boneca ou brinquedo, ele e ela demandam responsabilidades, nos quais as adolescentes sentem-se mães e sobremaneira mulheres (DADOORIAN, 2000).

Estava na porta da diretoria quando Maria Fernanda (uma adolescente mãe colaboradora da pesquisa) chegou reclamando em alta voz de um professor que não havia deixado-a entrar na sala de aula por ter passado das oito horas. Mas tão logo ela foi abordada por uma professora que falou: - Fale baixo, se comporte, pois você já é uma dona de casa! Como Maria Fernanda também comungava desse princípio, ficou mais calma e retrucou: - É mesmo e por isso que ele deveria deixar eu entrar, pois tenho uma filha e me atraso por necessidade!³¹

³¹ Diário de campo do dia 14-08-13

Evidente que os significados vão variando de acordo com o tempo e o espaço social, no entanto, a percepção do rito de passagem estende-se historicamente e em diversas sociedades, pensando a gravidez e a fecundidade como um momento ritualmente festejado para além do grupo familiar, mas pela sociedade com um todo. Nessa perspectiva Genep ao analisar as cerimônias dos Musquaki (Utagami ou Raposa), destacou que “a mulher grávida é separada das outras mulheres, sendo reintegrada ao meio destas depois do parto por um rito especial, no qual uma certa mulher, que desempenha um papel importante nas outras cerimônias, atua como intermediária” (VAN GENNEP, 2011, p. 55).

Dito isto, considera-se que a gravidez para além dos extensos e diferentes significados que ocupa na História humana, no tempo e no espaço social, seja entre tabus e impurezas, maldição e sacralidade, separação e reintegração, ela também sustenta em sua historicidade, resistências femininas múltiplas, as quais Del Priore (2009) vai designar de “território de revanche”.

Sabe-se também que, mesmo em meio aos múltiplos avanços tecnológicos e científicos a esterilidade continua nos apresentando uma imagem de preocupação social. Evidente que as justificativas para a inação dos órgãos reprodutivos mudaram ao longo dos séculos. De ação diabólica na Idade Média para passa a propensão de uma série de doenças graves no século XIX até chegar ao século XX como uma necessidade indispensável para a ordem social e desenvolvimento da nação. Com efeito, “mudavam as razões e as explicações, mas não o tema” (DEL PRIORE, 2011, p.25).

Partindo desse pressuposto, comungo da ideia de que nos restam traços dessa mentalidade que atravessou os tempos e ainda apresenta a mulher (ocidental) como um ser que, segundo Gebara (2000) carrega o mal³² em seu corpo. Ora, este mal não perpassa pelo serviço de tornar-se mãe, amamentar, cuidar dos filhos e ou até mesmo casar-se, mas encontra-se na imposição, ou seja, na determinação de tais papéis como sendo destino e não uma escolha, na busca de colocar o corpo feminino sempre a mercê da sociedade patriarcal e do projeto colonizador.

Nas Américas, para as mulheres de descendência africana, uma das fontes de dor é cor de sua pele. É uma dor imposta por uma cultura que estabelece uma hierarquia entre as pessoas a partir da cor de sua pele. Ser mulher já é “maldição”, mas ser mulher e negra é uma dupla “maldição”, assim como ser mulher, negra e pobre é uma tripla “maldição” (GEBARA, 2000, p. 73).

³² Segundo Ivone Gebara em sua obra *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia do mal*, ser mulher já é um mal. Este mal é suportado e não escolhido, presente em determinadas instituições e estruturas culturais e sociais que reproduzem um sistema de pensamento profundamente marcado pela submissão e julgamento do feminino enquanto agentes do pecado e conseqüentemente do demônio.

A discussão da presente pesquisa não vai dar conta de um aprofundamento étnico, nem, sobretudo das questões de classe social, no entanto, não nos restam dúvidas de que nossas adolescentes do Rômulo Galvão passam por essa tríade (etnia, gênero, classe) sob a égide do estigma e do sofrimento. Ou seja, partindo da “compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo três, eixos” (SCOOT, 1995, p. 73), pode-se destacar que todas as meninas entrevistadas do CERG são de origem popular, oriundas da escola pública, instituição que carrega atualmente em sua estrutura simbólica o estigma do fracasso e da incapacidade de seus membros em alcançar sucesso profissional e econômico e por isso mesmo seus discentes são considerados (pelo ideal eurocêntrico) de baixo nível cultural.

Em meio a esse jogo de ambivalências, na dialética da sobrevivência, a mulher foi e continua sendo “vítima física e social da maternidade” (DEL PRIORE, 2001, p. 137). No entanto, ao mesmo tempo em que este mito a aprisiona, é nele mesmo onde as mulheres encontram instrumentos de resistência, de autonomia, de status social, de poder perante uma sociedade entranhada do machismo. “Há como que um não-conformismo diante do sofrimento imposto, há um espécie de resistência que parece enfrentar a desgraça não escolhida” (GEBARA, 2000, p. 53).

Dentro desta perspectiva, debater as relações de gênero no interior das pesquisas em Serviço Social torna-se uma questão indispensável, tendo em vista as concepções defendidas no cerne do Projeto ético-político-profissional³³, o qual nos últimos trinta anos vem influenciando de forma significativa, os rumos da profissão. Além do mais, a categoria gênero não encontra-se ainda amadurecida nos estudos de Serviço Social – elementos essenciais para um repensar crítico diante das bases teóricas hegemônicas.

... muito embora os estudos de gênero em Serviço Social tenham aumentado consideravelmente - no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social realizado em Brasília, no final de 2000, representaram 10% de um total de 230 trabalhos apresentados (ABEPSS,2000)- nem sempre foi assim. Estudo de Silva (1999, p. 14) que versa sobre a publicação de textos da revista "Serviço Social e Sociedade" e a sua contribuição na construção do Serviço Social brasileiro mostrou que o volume de trabalhos que tratam sobre os temas: movimento de mulheres, feminismo ou mulher é bastante reduzido. Entre 1979 e 1989, de um total de 285

³³ O projeto profissional do assistente social tem sua gênese no contexto histórico de transição das décadas 70 e 80, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente até então no Serviço Social brasileiro. Tem o reconhecimento da liberdade como valor central, somando-se ao compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, vinculando-se então com um projeto societário em favor da equidade e da justiça social. Do ponto de vista profissional, o projeto sinaliza para o compromisso com a competência e a formação permanente com a postura investigativa. Mas a questão central desse projeto é a abordagem de uma relação sistemática com os usuários de forma que as decisões incorporem a participação popular, visto que é por obrigação que os serviços sejam prestados com qualidade e haja publicização dos recursos públicos.

trabalhos, o tema abordado (movimento de mulheres/feminismo), com um total de 3 trabalhos, representou 1,05%. Na década de 90, de um total de 321 artigos, o mesmo tema, com um total de 7 trabalhos, representou 2,18%. Além disso, os próprios documentos de divulgação dos cursos de Serviço Social não abordam o assunto, nem aventam a possibilidade de que esta área temática possa ser objeto de atuação do Serviço Social. (FAURY, 2003, p. 111).

Sabe-se também que a discussão sobre gênero está fundamentada e estruturada nas relações de poder. Por tudo isso, no caso da prática interventiva do assistente social, o descortinamento e a problematização de tais questões representam um exercício profissional, competente, ético e sintonizado com a realidade social. Em outras palavras, não se pode pensar em estudos voltados para o Serviço Social, desligados dos conceitos de poder, nas mais diversas esferas da vida em sociedade. Poder este, que está para além do espaço puramente político, ou seja, encontra-se calcado nas dimensões e determinações forjadas a partir de padrões específicos e tradicionais, transmitidos e ensinados institucionalmente, sejam de forma afetiva e ou sistemática. Ora, o poder apesar de refletir uma necessidade hierárquica, de cunho funcionalista, tanto é imprescindível para o viver coletivo das sociedades contemporâneas, quanto acarreta opressão, discriminação, mas também paralelamente resistência.

Nesse sentido, como aponta Iamamoto (1998), as novas demandas postas à profissão, em um contexto tão marcado pelo neoliberalismo e a ascensão de novos movimentos sociais, exigem “um profissional qualificado, que reforce amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 1998, p, 49). Fica então definido que a questão de gênero deve ser vista enquanto uma das mediações presentes no trabalho do assistente social, entrelaçadas no cotidiano acadêmico- profissional e que por sinal explica a própria historicidade da profissão.

Sem sombras de dúvida, entre a moça rica, piedosa e o pobre marginalizado socialmente, brotava uma profissão que desde a infância, carregava em seu bojo uma visão empírica do social. O amor ao indivíduo, a preocupação com a pobreza e enfim, a solidariedade individualmente, mesmo que em um âmbito de piedade e busca pela salvação eterna foi a mola propulsora do Serviço Social. A partir da benesse, das esmolas para cada indivíduo fadado a morrer na pobreza, o germe de uma discussão maior sobre o bem comum estava sendo semeado.

Circunscrito na união cidade-indústria, em um contexto de caos e inquietações, promovidos pelo capitalismo emergente e por uma nova lógica nas relações sociais o Serviço Social surge com a transição da Idade Média para a Moderna, no qual se iniciava o processo

de reurbanização e ascensão burguesa, somando-se às mudanças na mentalidade social com a Reforma Protestante, o Renascimento e os ideais iluministas. Assim, o lucro deixa de ser pecado ou imoralidade e passa a controlar a maior parte possível da vida social. Em meio a este cenário a pobreza torna-se uma preocupação da burguesia, a qual, ciente de seu caráter religioso, entende que o assistencialismo seria o caminho de alcançar a salvação. Logo, as noções de filantropia e caridade vão permeando toda a história do Serviço Social, pautadas ideologicamente quando a atividade se limitava à ajuda aos desvalidos feita principalmente pela Igreja Católica e ou mulheres ricas e “boazinhas”. Na verdade, toda a assistência social nesta época era realizada de forma não sistemática, sem qualquer teorização a respeito além de superficiais justificativas religiosas e ideológicas.

Porém, a partir do século XIX, a ajuda material vem acompanhada de um trabalho educativo (inicialmente conselhos), onde a preocupação residia em ações que alcançassem a necessidade de cada homem ou mulher que vivia em um contexto de hostilidade. Diante de tais mudanças, a prática do serviço social vai tecendo-se paulatinamente e fundamentando-se em princípios e normas construídas desde a fundação em 1869 da Sociedade de Organização da Caridade em Londres. As demais tessituras foram criadas por mãos femininas que deram ao Serviço Social, cores e texturas variadas: o estudo de Caso Individual (Mary Richmond), o Serviço Social de Grupo (Gisella Konopka) e enfim o Serviço Social de Comunidade.

No quadro mundial de início do século XX, produto ainda da Revolução Industrial de fins do século XVIII e início do século XIX, a caridade medieval transformou-se no serviço de auxílio para os assistentes sociais. Isso porque com as grandes Guerras Mundiais, sobretudo a primeira, e ainda por cima com as crises do capitalismo em seu estágio monopolista, a sociedade passou a ser encarada como um enorme conjunto de pessoas desajustadas (doentes, órfãos, viúvas, neuróticos de guerra, desmemoriados, desempregados, alcoólatras, prostitutas, etc.) e que por isso precisavam de orientações e auxílios das pessoas boas, a fim de diminuir seus sofrimentos e lhes impulsionarem ao ajustamento social.

Todavia, seja assistencialismo, seja processo de reeducação, o fato é que tais características deviam ser desenvolvidas pelas mulheres, pois nelas, segundo o contexto machista e patriarcal, residiam naturalmente a vocação da maternidade, da solidariedade, da misericórdia, do amor aos sofridos e aos que escolhiam caminhos errados perante a visão ordeira da sociedade. Logo, ao mesmo tempo em que há uma inferioridade explícita no pensamento social da época perante a mulher e conseqüentemente uma subalternidade da assistente social frente às outras profissões, como baixa qualificação e baixos salários, não se pode deixar de observar que este também foi um momento decisivo para as mulheres, já que

passavam a possuir um trabalho para além das paredes do espaço doméstico. Assim, a categoria gênero, inserida na sociedade capitalista, incorpora o processo contraditório de opressão e ao mesmo tempo emancipação.

Com esses questionamentos, assumindo uma postura de intelectual engajada em um compromisso ético e político junto à profissão, sugiro que as teorias feministas e os estudos de gênero constituam-se em um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais (extrapolando os conflitos de classe), que requerem formas próprias de análises das relações, da construção social da diferença sexual, da sexualidade, da reprodução, da discriminação no trabalho e, sobretudo da cultura, aqui pensada como “práticas que produzem sentido”. A grande angústia da maioria das (os) estudantes nos campos de estágio é “como compreender e interpretar as demandas trazidas pelos sujeitos somente com base nos pressupostos da teoria marxiana.” (LISBOA, 2010, p. 68).

Lisboa ainda indaga e afirma;

Como analisar, por exemplo, a situação de uma criança que sofre abuso sexual se a base da formação teórica deste estudante foi centrada predominantemente na teoria marxiana? Como responder questões que necessitam diferentes dimensões de análises em suas mediações teóricas, quais sejam: explicar o valor diferenciado atribuído ao trabalho dos homens versus o trabalho das mulheres; entender por que o trabalho doméstico e os relativos aos cuidados de doentes, idosos, crianças, não são remunerados, muito menos valorizados; por que ocorre violência contra as mulheres e as meninas? Onde e como se produz essa violência? As verdades dos nossos sujeitos de intervenção, dos nossos entrevistados, muitas vezes são diferentes das nossas. Uma verdade não está pré-definida, ela faz parte de um contingente contextual que deve ser mediado por diferentes concepções teóricas que perpassam as questões de classe, de gênero, de raça/ etnia, que por sua vez se fundamentam em múltiplos tipos de saberes. Procuro demonstrar que as fronteiras de gênero, da mesma forma que as de classe se entrelaçam para servir a uma grande variedade de funções e análises políticas, econômicas, sociais e culturais. Os estudos de gênero nos convidam a olhar e a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais. Convidamos a extrapolar fronteiras, sermos flexíveis, deixar-nos mover, captar o cotidiano e a realidade das pessoas atendidas nos espaços institucionais: um cotidiano inserido em nucleamentos da esfera da vida, para além da produção. Ou seja, além do trabalho as pessoas têm casa, família, estão envolvidas em relações de afeto, relações de poder ou de violência, são discriminadas, possuem necessidades, desejos! (LISBOA, 2010, p. 68).

Evidente que o ato de pesquisar não deve ser banalizado nem tampouco isento do rigor científico, no entanto, a prática da pesquisa deve ser “artesanalmente construída” (MILL, 1982, p. 211 apud MORAES, JUNCA, SANTOS, 2010, p. 435) de forma “apaixonada e vibrante, desenhando problematizações e encarando desafios” (MORAES, JUNCA, SANTOS, 2010, p. 435) E, essa paixão pela pesquisa exige um olhar apurado, incendiado pelo prazer, mas ao mesmo tempo um olhar que se entrega totalmente ao outro, pois “o sujeito apaixonado não está em si próprio, na posse de si mesmo, no autodomínio, mas está fora de

si, dominado pelo outro, cativado pelo alheio, alienado, alucinado”. (BONDÍA, 2002, p. 26). Partindo desse pressuposto, é válido destacar que o grande perigo para os pesquisadores sociais atuais é viver no mundo rígido das certezas, fazendo apenas com que a pesquisa afirme o já conhecido e dito, perdendo coletivamente, outras possibilidades de ver e revelar a complexidade do cotidiano. Mas de fato temos medo de destruir nossas certezas ao brincarmos de compreender os símbolos e os significados que permeiam a cotidianidade!

Nesse cariz, não se pode negar a inserção paulatina da discussão de gênero no Serviço Social. Com efeito, o tema tem estado presente, e com certa regularidade, tanto na produção acadêmica, objetivada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado quanto nos fóruns nacionais ligados à pesquisa e ao exercício profissional, como são os casos dos ENPESS e CBAS. No entanto, a presença do debate sobre relações de gênero no interior do Serviço Social não significa efetivação sem problemas ou lacunas conceituais e teóricos, isso porque a pesquisa em Serviço Social precisa amadurecer-se em relação ao tema. Além do mais se observa pesquisas no âmbito quantitativo, contudo, no aspecto qualitativo, o rigor teórico-metodológico ainda não alcançou os mesmos níveis observados em outras áreas do conhecimento. Os assistentes sociais trabalham com a escuta no exercício prático, mas, muitas vezes, não desenvolvem essa mesma observação nas pesquisas.

... para dessujeitar-se do pensamento dominante que fez parte da história da profissão, o Serviço Social deve aproximar-se dos estudos feministas para realizar uma crítica a partir de seu submetimento, a uma verdade, a uma linguagem, a um discurso, a uma história colonizada. É necessário inventar, reinventar uma nova forma de produzir conhecimento em Serviço Social a partir da afirmação da nossa identidade e a partir das demandas que surgem no cotidiano de nossas práticas que configuram a transversalidade de gênero! (LISBOA, 2010, p. 74).

Entre tantos fatores que de forma crescente tem norteado a profissão do Assistente Social, o caráter ordinário da profissão é o que mais encontra-se relacionado ao seu espaço ocupacional, às conjunturas, aos limites e às possibilidades que o assistente está inserido e capacitado para atuar. Assim, sabe-se que é mister ao assistente social, através da sua profissão, contribuir para promoção da cidadania organizada e potencializar um novo modelo societário, que configure todo processo histórico da profissão e consolide um projeto de bem-estar social. Todavia, nessa atuação mediadora é preciso “revalorizar a diversidade de visões, a tolerância, sem confundí-las com ecletismo, considerando-se a diversidade e a pluralidade num processo interativo, conflituoso” (FALEIROS, 2010, p. 87).

Sem dúvidas, hegemonicamente falando, deixamos de ser os assistencialistas e moralistas, que julgavam e imobilizavam, mas não nos esqueçamos das histórias de vida que ainda ficam crucificadas em nossa caminhada! Larguemos semelhantemente as certezas, pois

na luta pelo concreto negamos o simbólico e matamos a pluralidade de leituras/visões/escutas e sentimentos, e assim, engessamos a produção do conhecimento, já que sua existência requer obra coletiva no âmbito da diversidade. Mas não neguemos a luta, porque é ela que movimenta o tempo e a ideia. Fiquemos então no caminho, na mediação, sempre dispostos a ver além daquilo que os outros já viram, mergulhando em realidades múltiplas, buscando novos sons, novas cores e texturas, sendo capazes de degustar outros sabores, cantando outras músicas, abrindo-se para emoções, “tocando coisas e pessoas e se deixando tocar por elas, cheirando os cheiros que a realidade vai colocando a cada ponto do caminho diário” (FERRAÇO, 2007, p. 84).

Brincando com os contextos das assistentes sociais em luta por sua categoria e das adolescentes do CERG adquirindo status social através da maternidade, mesmo reconhecendo que tais situações são complexas, específicas, polifônicas, mas também percebendo que ambas participam de um elo comum, no qual a questão de gênero homogeneíza certa compreensão, podemos dizer que todas essas mulheres encontraram “liberdade” no seio da opressão. Aqui a questão é perceber que apesar das vicissitudes temporais, espaciais, socioeconômicas, culturais e religiosas, a categoria mulher tem um sentido definido e relevante.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero (BRAH, 2006, p. 341).

Portanto, minha proposta é partir da compreensão de que as assistentes sociais, dentro da sua alienação pautada no mundo burguês, começaram a ser legitimamente remuneradas, tornaram-se profissionais assalariadas, institucionalizando-se, instaurando um profissionalismo, que não lhe outorgou completa autonomia, porém, uma maior legitimação e enfim uma firmação do seu papel social, concedendo-lhe status e relativa independência, o que levou à escolha hegemônica de luta em favor dos oprimidos e injustiçados (MARTINELLI, 2007). Semelhantemente as adolescentes da pesquisa demonstraram encontrar no interior do mundo machista, sua “liberdade” reconhecida socialmente, onde a

vida sexual não lhes seria mais vigiada e sua comunidade pesaria sobre seus ombros o respeito de ser uma mulher responsável.

Resultados de diálogos conjugais avessos ou direitos, frutos de decisões ou de ocasiões, os filhos validavam o papel social da mulher enquanto mãe, reforçando-lhe o poder no interior deste espaço que era exclusivamente seu: o fogo doméstico. Nesse papel, e na ausência temporária ou definitiva do companheiro, ela tornava-se guardiã do lar. Para cumprir essa tarefa, contava com a solidariedade de outras mulheres que viviam como ela, mimetizando a maternidade num fio que costurava existências femininas variadas e que reforçava a solidariedade do gênero (DEL PRIORE, 2009, p. 49).

Nos questionários aplicados, constatou-se sobremaneira, que as meninas em sua maioria declararam mudanças de vida diante da maternidade em relação ao processo de maior responsabilidade nas escolhas, sobretudo colocando os (as) filhos (as) e as famílias nos sonhos e nas ações.

Qual o seu maior sonho?	Quantidade de respostas
FORMAR, TER TRABALHO E CASA	6
DAR UM FUTURO MELHOR AO FILHO	7
ENTRAR NA UNIVERSIDADE	2

Interessante também foi constatar uma adolescente que, vigiada não só pela família, mas em especial pelo viés religioso protestante, buscou adquirir através da maternidade a emancipação sexual e conseqüentemente o poder de encontrar por si só novos caminhos de prazeres e responsabilidades.

Minha mãe quer que eu case... ela é cristã e ela fala que é formicação³⁴, um nome assim, é pecado. Então tem que casar (Maria Eduarda).

Além do mais, quando indagadas sobre o pensamento de suas colegas e amigas sobre a gravidez na adolescência algumas sinalizaram:

Elas falam que queriam engravidar, mas tem medo dos pais (risos) (Maria Eduarda).

Muita adolescente hoje tá engravidando porque quer (Maria Antonieta).

As meninas falam eu não quero, eu não quero. Eu também não queria, mas aconteceu. Mas eu não fiquei triste não! [...] A gravidez na adolescência tá normal [...] todo mundo engravidando (Maria Renata).

³⁴ Fornicação segundo a Bíblia significa sexo ilícito, no que tange às relações sexuais fora do casamento, e ou aos que fogem dos padrões sociais ditos normais, naturalmente divinizados. “O casamento deve ser honrado por todos; o leito conjugal, conservado puro; pois Deus julgará os imorais (PORNEIA) e os adúlteros.” (Hebreus 13.4)

Minhas amigas tem tudo vontade de ter filho. Elas conversam comigo, perguntam como é ser mãe aí eu falo que é bom. Mas eu nunca, eu nunca incentivei elas. Elas perguntam aí eu falo a verdade, digo que é bom (Maria Fernanda).

Essa e outras entrevistas além das conversas informais me fizeram repensar sobre o papel da escola e como os estudos sobre sexualidade, inseridas em uma discussão sobre gênero, vem acontecendo de forma descontextualizada e em especial, em detrimento dos conhecimentos e anseios dos próprios adolescentes.

4.1 CARREGANDO O REI NA BARRIGA: ESTIGMA E RESISTÊNCIA

Trajes sumários, trajes excessivos, trajes descompostos, todos eram artifícios culturalmente aceitos e admirados para incitar o desejo masculino, confirmar posição social e sublinhar a sedução do feminino (ARAÚJO, 2006, p. 58).

O corpo fala e quando não o ouvem, ele grita! Decerto que nos diferentes espaços e tempos históricos, cada sociedade e ou grupo tentou manipular o corpo, domesticá-lo, submetê-lo a regras e sanções que impedissem a soberania corporal. Evidente que não estou falando de um corpo puramente biológico, mas e acima de tudo de um corpo relacional, social, que anuncia e denuncia a própria existência de tê-lo associado como pecado³⁵. De fato, o corpo resiste à clausura e por vezes contradiz os discursos verbais, oriundos de uma Renascença meramente racional e objetiva, que tentou neutralizar o simbólico, o subjetivo, pulverizando o corpo da mente.

Segundo o dicionário de ditados populares³⁶, a expressão “carregando o rei na barriga” origina-se do período monárquico em que as rainhas, quando grávidas do soberano, passavam a ser tratadas com reverência especial, pois estava promovendo o crescimento da prole real e, por vezes, dando herdeiros ao trono, mesmo quando estes fossem bastardos.

O corpo é o terreno, a geografia, onde estão inscritas as marcas das experiências relacionais do ser humano. É o lugar onde se experimentam os sabores e os dissabores das relações. É onde se vivem o desejo, a ideia, a saudade, o luto, a esperança, o prazer, a fome. A geografia do nosso corpo é terreno que se move e comove ao passo dos acontecimentos, relações e motivações pessoais e socioculturais cotidianas e históricas. Cada pessoa em sua corporeidade tem experiências e inscrições específicas, pessoais, marcadas pelo seu lugar biológico, sociocultural. Uma dessas é a dimensão do gênero em cada corpo (ROESE, 2004, p. 285).

³⁵ Mais uma vez ressalto que estou falando de uma cultura ocidental, diante dos padrões e valores cristãos.

³⁶ <http://www.dicionariodegurias.com.br>.

Foi assim que vi cada adolescente grávida do CERG! Elas passavam nos corredores da escola com o ar de quem carregava o rei na barriga. E de fato carregavam! Isso porque a informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebiam (GOFFMAN, 2012, p. 53). Assim, com um olhar de julgamento ou não, essas meninas com suas barrigas grávidas à vista e ou com seus filhos ao lado, assumem um lócus de prestígio, de posição social dentro da comunidade escolar. E, esse status é tanto exigido por elas assim como legitimado pelos (as) colegas, professores (as), gestores (as) e funcionários.

O final do ano letivo foi bem interessante... As mães adolescentes que possuíam seus filhos nas creches foram obrigadas a levá-los para a sala de aula, haja vista que, encerrado as aulas das crianças e o Rômulo ainda em período de IV unidade, elas não tiveram alternativa senão estudar com seus filhos ao lado. Assim, muitas crianças circulavam o CERG e suas mães também, com um ar de orgulho e ansiedade. Estou falando até mesmo de recém-nascidos que ora encantavam a todos, ora desviava a atenção dos professores nas aulas e corredores da escola. Ainda tinham as irmãs e colegas de recentes mães que procuravam professores e gestores e solicitavam trabalhos e provas para serem realizados em casa³⁷.

“A sexualidade não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo, mas de que ela é, sem dúvida e antes de tudo, aquilo através de que ele se exerce” (FOUCAULT, 2012, p. 353). Nesse sentido, pensar na gravidez entre os adolescentes está para além do interdito, da recusa, da proibição, mas consiste e reforça-se na produção de uma verdade que manipula a sexualidade dos adolescentes e instaura concepções cientificamente e socialmente legitimadas. Não é a toa que os discursos da medicina giram em torno de despreparo biológico da adolescente em gerar uma criança, dar à luz e amamentá-la, como se o seu corpo ainda não estivesse totalmente preparado para tal funcionalidade.

Semelhantemente psicólogos defendem os efeitos emocionais que a gravidez prematura concede aos jovens que ficam à mercê de um trauma oriundo da perda de liberdade e de responsabilidades que não condizem com sua faixa etária, somando-se ainda às concepções de evasão escolar e carência financeira. Assim, quando os assistentes sociais assumem esses discursos e debruçam-se em projetos que alimentam a gravidez na adolescência enquanto universalmente indesejada e por isso mesmo problemática, está também alimentando uma política do verdadeiro que nega a voz de seus próprios protagonistas. Com efeito, “as relações de poder estão talvez entre as coisas mais escondidas no corpo social” (FOUCAULT, 2012, p. 355), portanto, cabe ao pesquisador perceber nas

³⁷ Relato do diário de campo/ dezembro-2013

entrelinhas da arena social os poderes de carregar o rei na barriga³⁸ tanto para as adolescentes quanto para os cientistas. Del Priore (2006) nos ajuda a pensar tal questão exemplificando a embriaguez dos médicos na Colônia Portuguesa em dominar o processo da fecundidade e do parto, inscrevendo verdades absolutas sobre o corpo feminino. No entanto, do outro lado estavam as mulheres com o seu poder divino em carregar uma vida dentro de si.

Finalmente com prazer ou sem prazer, com paixão ou sem paixão, a menina tornava-se mãe, e honrada, criada na casa dos pais, casada na igreja. Na visão misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher. Doravante, ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o salvador do mundo. A Igreja não se fazia de rogada e estimulava tal associação encorajando fabricação de imagens da Virgem grávida e o culto de Nossa Senhora do Bom Parto, Nossa Senhora da Conceição (ou Conceição), Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Expectação. Porém, a mulher não podia exercer sua maternidade em paz. Os médicos homens logo entravam em cena para diminuir o brilho do milagre e do mistério da fecundidade e para dizer à mulher que ela continuaria dependente do saber, e do poder masculino. Eles procuravam entender, explicar e catalogar o que a mulher sabia e fazia com naturalidade, apoiada em uma experiência ancestral. Mapeavam o corpo feminino e, um tanto desnordeados e desastrados, inventavam interpretações para o funcionamento e para os males da vulva, da menstruação, do aleitamento, do útero, com as respectivas prescrições. Era mais uma dominação a se suportada... (ARAÚJO, 2006, p.52).

Evidente que tal adestramento médico perpassa a contemporaneidade. Não quero dizer com isso que a ciência na área biológica é uma farsa, repleta de mentiras e mitos. No entanto, o corpo feminino inicialmente assemelhado ao demônio, que suga desejos e vorazmente destrói a moral, ainda é visto pela medicina como um espaço de dominação, muitas vezes negando o processo histórico, a cultura popular das rezadeiras, das parteiras, das benzedadeiras, e incorporando um discurso moralizante e higienista.

Mas essa dominação jamais existiu por completo, definitivo, perfeito. Em meio a tanta repressão, as mulheres sempre reagiram, transgredindo as normas estabelecidas. O que seria então engravidar na adolescência em pleno século XXI, em que a medicina desenvolve estudos voltados para as relações biopolíticas de gestão populacional? Como entender o desejo de engravidar apesar dos discursos médicos sobre os resultados perniciosos de uma fecundidade precoce, desde o aborto espontâneo até a prematuridade e a morte do bebê e da mãe? Com efeito, nossas adolescentes ao engravidar entram em confronto direto com a ciência, esse deus soberbo da modernidade.

³⁸ A expressão origina-se da monarquia, quando as rainhas ou preferidas do rei, grávidas do soberano, eram tratadas com distinção porque carregavam na barriga o herdeiro do trono. Socialmente eram vistas em especial importância, considerando que em seu ventre estava o futuro rei.

Ficaram me metendo medo dizendo que dói. Não dói nada tanto assim. Eu mesmo pari na sala de pré-parto, porque não deu tempo. Quando a enfermeira chegou já tinha ido! Ela falou: - Você é boa de parir heim?³⁹

Eu pari sozinha. Quando a enfermeira chegou e chamou o médico eu já tinha parido.⁴⁰

É bem sabido que não é raro encontramos artigos, entrevistas e livros que do ponto de vista físico-biológico, pensam a gravidez na adolescência como fenômeno de alto risco. Ressaltam a incidência de hipertensão, anemia. Muitas já estavam anêmicas quando engravidaram e têm o problema agravado, risco de bebês prematuros, com peso menor e a necessidade de cesáreas, sempre cinco vezes maior que as mulheres ditas adultas. Porém, novos estudos contestam tal posição, apresentando que “os riscos relativos à gravidez estão mais associados ao contexto social que circunda a gestante e que a insere em uma situação de maior vulnerabilidade do que propriamente às circunstâncias inerentes aos fatores biológicos” (RIBEIRO, 2011, p. 18).

Dito isso, cabe dizer que a questão reside na ausência de um Estado do Bem-Estar Social consolidado (BEHRING, BOSCHETTI, 2008) e na carência de políticas públicas que atravessem o discurso da culpabilização familiar e do mero assistencialismo. Ao que parece, a gravidez é indesejada, não pelos adolescentes, mas pela sociedade machista, moralista, racista, enfim encharcada de preconceitos que na sua mais forte expressão de individualismo declara: “quem pariu Mateus que balance”!

Nesse ensejo quando as adolescentes pretendem voltar para os estudos não encontram creches nas escolas do Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Não encontram professores e gestores preparados para um trabalho diferenciado com as mães adolescentes. Não encontram debates acerca das relações de gênero, no processo dialógico entre a escuta e fala. Pelo contrário, nossas adolescentes ainda presenciam características dos colégios criados no século XVIII, com seus dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para o tratamento do sexo anunciado para ser silenciado.

Consideremos os colégios do século XVIII. Vistos globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmando sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a

³⁹ Fala obtida em conversa informal (registrada no diário de campo) no dia 25-11-13.

⁴⁰ Fala obtida em conversa informal (registrada no diário de campo) no dia 09-04-13.

vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição- o que ela profere para si mesma e circula entre os que fazem funcionar- articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. Mas ainda há mais: o sexo do colegial passa a ser, no decorrer o século XVIII- e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral- um problema público. Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo (FOUCAULT, 2011, p. 34-35).

Nesse processo de domesticação da sexualidade dos (as) adolescentes, a mulher ainda tende a ser mais afetada e estigmatizada por suas escolhas. Nossa sociedade contemporânea é altamente hipócrita quando anuncia uma igualdade de gênero no que tange à vida sexual. Isso porque a mulher continua sendo vítima da maternidade, cujo peso e consequências recaem sobre seus ombros. Ora, no conjunto dos marcadores específicos, são as mulheres responsabilizadas pelos trabalhos domésticos e pela educação dos filhos. Assim, se ao pai adolescente cabe trabalhar para o sustento da família, à mãe é despejado o papel de não só garantir o sustento econômico da família como também acima de tudo organizar e estruturar a família. Aí surgem as perguntas? Será que realmente o filho por si só impossibilita a continuação dos estudos? Acirra a pobreza? Promove o trabalho precarizado? Nossas adolescentes estudadas de fato denunciam alguns obstáculos;

Eu tava estudando foi, mas quando eu fiquei grávida já tava no final do no mês de novembro [...] eu engravidei em novembro [...] aí eu não sabia! Quando fui para casa dele no final do ano foi que eu fiz exame e descobri que estava grávida. Aí eu já tava com dois meses. Ai eu me matriculei aqui no Rômulo, estudei dois meses mas depois eu parei [...] porque ficou difícil. Aí eu parei mesmo de estudar, aí eu só voltei estudar agora, depois de cinco anos, foi [...] (Maria Antonieta).

Em meio a esse cariz, a solidariedade que encontra entre outras mães e ou entre outras mulheres, e, no caso das adolescentes entre as colegas de escola e, sobretudo entre os familiares, é o primeiro destaque a esse processo de resistência.

Minhas amigas me ajudam quando eu não posso vir. Elas entregam o meu trabalho, faz as minhas atividades (Maria Renata).

Como é que eu venho com Mateus? Lembra da aula de professor Y? Ele não ficou quieto (risos). A creche terminou e agora ficou complicado. O pai tá saindo duas horas aí não dá mais pra eu vim para o colégio. Mas amanhã eu venho, não tem jeito. Mas os meninos da sala fica com ele. Cada hora um sai um pouquinho, brinca com ele e eu vou dando para fazer os trabalhos final que falta (Maria Sofia)

A história não nos nega compreender tal situação. A ideia do pai que matinha economicamente o lar, mas não lhes cabia ocupar-se diretamente do filho, pois tais tarefas pesavam sobre a mãe, inclusive a responsabilidade da formação da criança para um futuro adulto, é uma narrativa comum aos nossos conhecimentos. Todavia, ao se tratar do Brasil Colonial, repleto de cativos, é necessário entender que formas de vida familiar foram reinventadas, no complexo emaranhado de solidariedade e sobrevivência.

A escravidão e a miséria deixaram como herança séculos de instabilidade doméstica. Herdeiros de uma complexa e ao mesmo tempo frágil vida familiar, as camadas populares improvisavam até mesmo as formas de amor e de criação dos filhos. Estratégia comum às mães pobres consistia em socializar os filhos através de uma extensa rede de vizinhança e parentela. Meninos e meninas circulavam de lar em lar, de casebre em casebre, de senzala em senzala, estabelecendo relações de “parentesco espiritual”, via compadrio ou informais, como no caso dos “filhos de criação” (VENÂNCIO, 2006, p. 202).

Referências como essa, porém, dão uma pálida percepção de que então as “coisas vão se ajeitando”, e assim as meninas conseguem estudar, trabalhar, educar seus filhos. Ora, se aceitamos tais estratégias como formas de acomodação, estamos muitos enganados (as). Nas entrevistas as adolescentes pediam melhores condições de estudo e reconheciam que a luta era importante para a implementação de projetos correspondentes a tais demandas.

Eu acho que pra as escolas deveria ter um espaço pra cuidar dos filhos dos alunos, eu acho que seria bom porque devia ter uma sala, tipo uma creche dentro da escola que as pessoas frequentassem. Seria bem mais fácil muitas mães que ao invés de ir para outro lugar, podia vim para o colégio e deixar dentro do colégio (Maria Antonieta)

Uma creche dentro da escola ia ajudar e muito. Ficava mais perto (Maria Clara).

Tais observações também foram colocadas no diário de campo. Não precisava ser um bom observador para perceber a falta de estrutura que os colégios de ensino médio possuem em relação à receptividade de filhos (as) dos estudantes.

Chegou o momento da amamentação, da troca de fraldas, do soninho... e, nada de um local próprio para tal tarefa! Poderia ter uma creche dentro da instituição, carrinhos que ajudassem na locomoção. Para muitos essa discussão parece tão incoerente! Creche em um colégio do Ensino Médio? E aqui é lugar de criança? Ou pior, isso iria incentivar a gravidez precoce! Que nada! Essas meninas não possuem consciência!⁴¹

Muito se tem apresentado também sobre o desejo da gravidez estar condicionado à ausência de projetos de vida voltados para o âmbito profissional ou a falta de crença em uma conquista dita importante pela sociedade, assim, diante de oportunidades restritivas, a gravidez

⁴¹ Anotações do diário de campo do dia 19-11-13.

poderia indicar um relevante elemento identitário e uma demonstração de sucesso para muitas adolescentes (Dadoorian, 1998). É bem verdade que essa interpretação já indica um salto qualitativo para os estudos da maternidade na adolescência, haja vista que a menina torna-se protagonista, almejando ser mãe e assumindo tal responsabilidade social. Por outro lado, o que continua tradicionalmente apresentado é uma forma de colocar a gravidez na adolescência do lado oposto de desenvolvimento intelectual e ou profissional, universalizando a gravidez indesejada enquanto indesejada, que acarreta evasão escolar, precarização do trabalho, acirramento da pobreza e da violência. Entretanto existem casos também que a gravidez soma-se ao desejo de continuar estudando, ingressar em uma universidade e por fim tornar-se uma profissional competente e economicamente satisfeita.

Meu sonho agora é trabalhar quando eu acabar de me formar, fazer uma faculdade e dar tudo a ela que ela precisa, que eu não tive dá pra ela (Maria Fernanda).

Somando-se a isso, acompanhei algumas estudantes egressas do Rômulo nas redes sociais e deparei com muitas que estão na universidade (foram mães adolescentes) e postam fotografias com filhos e filhas numa relação mista de crescimento para si e para seu rebento.



FIGURA 9: Eu, ela e a universidade.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=660246657371424&set=t.100002411061941&type=3&theater>

Percebe-se então que o estigma social adotado à gravidez na adolescência não é incorporado pelas adolescentes que comungam da vontade de ser mãe, seja pelo status de adulta e ou pelo status de ter sido “desejada”. Logo, a normalidade e o modismo, conceitos utilizados por elas nas entrevistas e conversas informais, não representam uma aceitação-

fantasma⁴². Isso porque embora haja um discurso moral burguês sobre a sexualidade dos (as) adolescentes, esse não foi recebido da mesma forma pelas camadas populares.

Se é verdade que a “sexualidade” é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos. Portanto, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos (FOUCAULT, 2011, p. 139).

Por certo, “esse pecado da juventude” originário de uma tecnologia do sexo⁴³ não foi recebido de forma igual nas diferentes classes sociais. Muitas colegas também enxergam a gravidez na adolescência como uma forma de status social, por isso, escolhiam andar com as mães adolescentes, caminhar com elas no pátio da escola, sentar juntas na sala e enfim desenvolverem atividades diversas em sua companhia. Um caso interessante foi ainda perceber o ato de cortar a farda (de muitas dessas garotas que ainda não haviam passado pela experiência da maternidade, mas andavam em companhia de mães adolescentes), a fim de que as barrigas ficassem à mostra. Tais meninas passeavam com suas barrigas empinadas, apontando, enfrentando “corpo a corpo”, demarcando território e não menos se autoafirmando, perante as normas de regras institucionais.

Estar "com" alguém é chegar em alguma ocasião social em sua companhia, caminhar com ele na rua, fazer parte de sua mesa em um restaurante, e assim por diante. A questão é que, em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são. (GOFFMAN, 2012, p. 57-58)

Nessa correlação de forças, no embate entre o poder-saber transfigurado no corpo, essas adolescentes enfrentam a escola, o Estado, a igreja, o ideal da família burguesa. Então como negar reflexividade? Como não buscar trabalhar questões de gênero dentro do ambiente escolar? Para alguns eu posso estar entrando em contradição, haja vista que na introdução afirmei e comprovei que a escola vem trabalhando com temas voltados para a sexualidade. Mas não é só isso! A questão perpassa pela ideia de gênero e sexo como categorias construídas e por isso mesmo em movimento, que carregam especificidades espaciais, temporais, não negando ainda o teor da agência social. No entanto a escola continua na ideia

⁴² A sociedade exige que o indivíduo estigmatizado se comporte de maneira tal que não julgue nem signifique que sua carga é pesada e nem que carregá-la torna-o diferente (GOFFMAN, 2012, p.133).

⁴³ Ver FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: a vontade de saber/livro 1. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

binária entre homem e mulher, homossexual e heterossexual, reproduzindo valores estanques, fixos, normativos, os quais em última instância, tornam-se conceitos tão semelhantes ao ideal da educação tradicional: que normatiza e enquadra o ser humano. Ou seja, a instituição escolar permanece ensinando pela repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, reforçando assim a construção de corpos masculinos e femininos.

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído no espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída. Significativamente se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade constituída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. O gênero também é uma norma que nunca pode ser completamente internalizada: “o interno” é uma significação de superfície, e as normas do gênero são afinal fantasísticas, impossíveis de incorporar (BUTLER, 2003, p. 200).

Destarte, diante do caráter performativo, as adolescentes que desejam engravidar, utilizam seus corpos enquanto transgressores das ficções sociais compulsórias, que buscam legitimar uma faixa etária ideal para a experiência materna. Porém, como a escola não percebe a negação de uma performance repetida, elas continuam sempre na defesa, desconfiadas com as entrevistas, com as pesquisas, mas tendo a certeza de que carregam de fato, o rei na barriga!



FIGURA 10. Eu e minha rainha.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=399013246888529&set=a.376784069111447.1073741830.100003395702189&type=1&theate>

4.2. BARRIGA É COISA QUE NÃO SE ESCONDE

Ouvi essa frase no portão da escola entre um grupo de quatro meninas adolescentes dentre elas uma mãe que possuía seu filho de apenas um mês nos braços da sua irmã. Não sei de qual das meninas partiu a afirmação, mas parecia que todas comungavam de tal verdade. Interessante foi perceber que assim como a barriga deve estar à mostra, o filho também é apresentado na comunidade escolar e, assim, chama atenção de todos! Funcionários, gestores, professores e não menos colegas são envolvidos com os bebês que estimulam carinho, evocam proteção, cuidado e promovem inquietações! Sim, inquietações e desconforto foram sentimentos que senti quando mães adolescentes carregavam seus filhos nos braços e ou controlavam os pequenos nos corredores da escola e outros colegas as ajudavam, no processo de solidariedade e parceria, mas ao mesmo tempo impossibilitava tais adolescentes de se concentrarem e permanecerem em sala de aula.⁴⁴

O registro revelador do diário de campo sinaliza para a procriação como um ato individual/social inscrito nas relações de poder, status e não menos resistência. As adolescentes grávidas e ou mães, ao percorrer os corredores da escola com suas barrigas e ou filhos à mostra, incorporam o símbolo mítico de Maria, a figura da mãe ideal, condenada a “padecer no paraíso”, à neutralizar-se em função da criação dos filhos, a carregar em seus braços o fruto que desde então passa a representar o “tudo” em sua vida! Foi o que constatei na aplicação dos questionários quando as adolescentes foram indagadas sobre o que seus filhos representavam.

O que seu filho representa para você?	Quantidade de respostas
TUDO!	7
MINHA VIDA!	4
MEU MAIOR PRESENTE!	3

Com efeito, na lógica dicotômica⁴⁵ do sistema católico-cristão, concepção enraizada na cultura brasileira, fruto também da colonização europeia, o tornar-se mãe é conseguir separar-se do estigma da devassa, da “piriguete”. Isso porque se a primeira, faz “tudo para conceber; a outra tudo faz para jamais engravidar e, assim, nunca perder os atrativos que a tornam sedutora” (DEL PRIORE, 2009, p. 136).

Assim, entre o ventre abençoado e o pecado da luxúria as mulheres no Brasil (desde a Colônia) passam a ser vistas ou como Maria ou como Eva, marcadas socialmente pela

⁴⁴ Anotações do Diário de Campo do dia 19-11-13.

⁴⁵ Essa dicotomia está inserida na visão maniqueísta de Deus e o diabo, do bem e do mal, da luz e das trevas, do céu e do inferno, trazida pelo europeu colonizador, misturando-se com a cultura indígena e africana, porém com bastante força da Igreja Católica, inscrevendo e demarcando o espaço feminino entre o ventre abençoado e o pecado do prazer.

vertente da sexualidade que para serem respeitadas e protegidas precisavam aceitar a domesticação no interior do casamento, curvando-se ao marido e aos filhos e então tornando-se mulheres virtuosas.

Porém Maria e Eva constituíam faces de uma mesma moeda. Sedutora, a mulher é simultaneamente prolífica. Perversa, ela também concebe, faz amadurecer o fruto em seu ventre e dá à luz entre sofrimentos. A mulher que é perdição é pecada é também gravidez. E, na gravidez e nas estruturas mentais que cercavam a gestação, a mulher passava a ser mito de riqueza, de abundância e de poder. A abundância da vida manifestada nos frutos da natureza, na reprodução cíclica e em riquezas gratuitas traduzia-se na multiplicação de filhos. A procriação permitia à mulher igualar-se à mãe terra, ornando-a fonte e berço para uma linhagem. Mais além, a maternidade autorizava-lhe a romper com a dependência hierárquica do homem, uma vez que ele estava excluído do processo de gestação. Este privilégio, portador de misérias e de poder, exercia-se, no passado, imerso em mistérios e tabus que o tornavam ainda mais fascinante (DEL PRIORE, 2009, p. 137).

É em meio a esse pensamento que Scoot (1990) apresenta o seu conceito de gênero perante duas proposições. A primeira diz respeito ao gênero enquanto um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, implicando em quatro elementos interrelacionados: os símbolos, os conceitos normativos, a concepção de política e a identidade subjetiva. Já a segunda concebe o gênero como forma primária de dar significado às relações de poder. Dessa forma, a complexidade das relações sociais no que tange à discussão de gênero deve ser vista sempre em uma arena, negando a ideia a-histórica, dual e essencialista e por isso mesmo passível de investigação das experiências múltiplas de cada sujeito social, seja no sistema de parentesco (centrando-se no lar e na família), seja no mercado de trabalho, na educação e por fim no sistema político. Com efeito, até mesmo a cultura material, os objetos, as moradias, a organização espacial das cidades modernas, reflete e constitui as diferenças de gênero, haja vista que esta encontra-se socialmente inscrita nos mais diversos espaços. Ora, voltando ao nosso espaço de pesquisa, surge uma indagação indispensável: Como a escola, nesse caso o CERG, vem percebendo essa questão de gênero gritante em seus corredores e marcada em suas paredes?

Mais uma vez presenciei uma “briga” entre garotas do Colégio Estadual Rômulo Galvão. Inicialmente nem as meninas sabiam explicar o foco do conflito, porém no decorrer dos relatos demonstraram embate entre grupos que já vivem polarizados, porque um “nunca foi com a cara do outro” (fala de uma das meninas). Parece algo banal, mas não é! Sabe-se o quanto as escolas passam pela necessidade de se combater a violência e inúmeros projetos são elaborados... No entanto, será que estamos trabalhando na raiz do problema? Acredito que não!

Com efeito, diante da minha atuação enquanto professora e durante um ano de estagiária em Serviço Social e integrante do OVE, consegui perceber mediante a observação participante que o “buraco é mais embaixo”. Na realidade, ao conversar com as garotas vislumbrei a necessidade do grupo pelas adolescentes (discussão tão

desenvolvida pela Psicologia) e como os embates gritam silenciosamente pelas questões de gênero, imbricadas na luta por espaço social, por dimensões estratégicas de sobrevivência perante uma sociedade que ensinou as mulheres a destruir outras mulheres que te ameaçam em qualquer setor da vida cotidiana. As mulheres foram e são ainda ensinadas a ser melhores que as outras, querendo assim demonstrar sua superioridade para enfim ser escolhida, ser desejada.

Menina 1: Ela não vai com a minha cara, não gosta de mim. Sabe quando não bate?

Menina 2: Ela quis bater na minha prima, fui defender...

Menina 3: Ela tem um namorado que é doido por minha prima mas ela não quer, daí ela ficou com raiva.

Não nos restam dúvidas então, que os conflitos perpassam uma discussão sobre a categoria gênero no enfoque de poder e afirmação no lócus escolar. Mas e a escola como trabalha com tais questões?⁴⁶

É possível afirmar que a escola, na busca incessante pelo acerto, vem se equivocando. Isso porque, mesmo defendendo atualmente um espaço de ensino em que dá ênfase ao caráter da pluralidade cultural-religiosa, étnica, sexual, a escola continua trabalhando com a sexualidade juvenil, em especial a gravidez na adolescência, com um teor tradicional, acreditando na ênfase de palestras, trabalhos, oficinas sobre doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos como a solução para o combate a gravidez precoce. Primeiro é fato que a gravidez na adolescência é apresentada como uma doença, que precisa ser combatida, exterminada. Segundo a deferência dada à informações sobre sexo negligencia a necessidade de se discutir e estudar as relações de gênero. Assim, ao invés de ensinar como e porque não engravidar, a necessidade repousaria nas explicações sobre o desejo das grávidas, nas expectativas frente a maternidade, nas dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas mães adolescentes na contemporaneidade, nas desigualdades entre homens e mulheres.

Eis um desafio pedagógico, político e teórico para as instituições educacionais. As discussões então devem passar pela compreensão de como as relações entre homens e mulheres são construídas, como elas funcionam e conseqüentemente como podem mudar. Ora, as adolescentes então, partícipes de um estudo mais aprofundado sobre as relações de gênero, terão então a possibilidade de potencializar suas reflexividades, fazendo escolhas mais críticas perante a sociedade e enfim contemplar um número maior de possibilidades

Realmente, barriga é coisa que não se esconde no Rômulo Galvão, mas também só pode ver quem vive, participa, observa com um olhar desvinculado das imagens midiáticas, que tanto oprimem e usurpam o lugar da voz e da ação dos protagonistas: os próprios adolescentes!

⁴⁶ Diário de campo do dia 06-05-13

5. CONCLUSÃO: QUEM PARIU MATEUS QUE BALANCE

"Decifra-me, mas não me conclua, eu posso te surpreender".
(Clarice Lispector).

Em um momento esquizofrênico, acreditei que seria fácil teorizar sobre a minha própria experiência de vida. Tão logo percebi que o encanto de falar de si carrega o profundo desencanto de que raramente refletimos sobre nossos valores, nossas dores, nossos amores. Assim, “eu jamais conseguiria chegar a uma conclusão” (WOOLF, 1928, p. 7), posso apenas discorrer sobre o que penso nesse exato momento, segundo o espaço e o tempo que ocupo, pois as ideias são mutantes, são polifônicas, são dialógicas, são passageiras assim como as crianças que agora brincam na varanda ao lado do quarto que escrevo. De qualquer modo, acredito também na existência tão filosoficamente pensada por Parmênides, pois o efêmero faz parte da imutabilidade, e tudo que muda de certa forma quer permanecer. Travarei então um diálogo sobre o lócus do trabalho intelectual na minha trajetória de vida e como nos encontros e desencontros aprendi a gostar de escrever para ler, entender e não menos criar o meu mundo. Talvez, nessa “conclusão” que parte de um início, os leitores possam compreender porque desejei essa gravidez⁴⁷ ainda na adolescência.

Nasci na madrugada de uma segunda-feira em janeiro de 1981 na cidade de São Félix. Filha de um trabalhador rural (divorciado) e de uma professora, fui o segundo rebento da minha mãe e o quinto de meu pai. Nunca tive dúvidas do amor que ambos sentiam por mim e convivi desde cedo com a positividade de uma família e a busca incessante pela dignidade através do trabalho honesto. Tais valores são oriundos do protestantismo batista que meus pais comungavam e que também fizeram parte da minha vida e da dos meus irmãos, marcador decisivo que delineou meus estudos futuros para a história das mulheres. Ora, enquanto mulher cristã sofri a inferioridade do meu sexo, carreguei no meu corpo o estigma do pecado original e enfim reproduzi os valores machistas como se fossem divinamente escritos e por isso mesmo imutáveis, naturais, universais e atemporais.

Entretanto, a alienação nunca é completa, perfeita, pois é preciso entender o outro lado e se desprender dos mecanismos que fazem aparecer sempre dois caminhos opostos e universais (FOUCAULT, 2012). Lembro-me que no natal de 1984 (com quase três anos) rejeitei a boneca que minha mãe comprou com tanto carinho e estima, pois queria o brinquedo

⁴⁷ Estou aqui falando da minha pesquisa, e a adolescência representa o pouco tempo que tenho de experiência no âmbito da pesquisa.

(aquaplay da estrela) que meu irmão mais velho havia recebido. Além do mais não gostava de vestidos e ou saias, tais vestes me aprisionavam, obrigavam que meu comportamento fosse comedido (sentar de perna fechada, não correr, não subir em árvores, não brincar de sete pedras...). Queria os shorts, as calças, essas roupas sim me davam sensação de liberdade, de sentir o vento passar nos meus cabelos e então imaginar que podia fazer tudo que quisesse, sem censura e regras. Não é a toa que minha mãe, após ter me dado umas tapinhas e me colocado de castigo, resolveu fazer para mim os shorts-saias. Dessa forma a sociedade via uma menina vestida de “mocinha” e eu com o riso rabelasiano⁴⁸ escondia por trás de uma falsa saia, a liberdade de se vestir como um garoto.

De fato, minha mãe foi e continua sendo decisiva nas minhas escolhas. Sou professora (assim como ela), e sua pedagogia é exemplo na minha atuação em sala de aula, na arte de aprender e ensinar, no jogo de seduzir as pessoas pelo saber, no brincar com as palavras, na dança de acreditar que o mundo podia ser melhor, porque a gente podia mudá-lo. Destarte, as atitudes de minha mãe, (responsável pelos filhos e marido como rege a sociedade patriarcal e trabalhando tanto em casa quanto na rua) foram marcando uma história de luta, de resistência e de revanchismo feminino, pois “a construção dessa santa-mãezinha, tão cuidadosamente elaborada para se distinguirem as mulheres ‘certas’ e normatizadas das ‘erradas’, acaba por transformando-se numa fenomenal possibilidade de revanche” (DEL PRIORE, 2009, p. 36).

Com efeito, minha mãe, com sua imensa bondade e preocupação profunda com a família, tornou-se a “dona de casa” (FOUCAULT, 2011), onde filhos e maridos eram seus dependentes, e precisavam constantemente de seus conselhos, seus favores, seus valores. Para sobrevivermos precisávamos constantemente de suas ações e reações, a sua afeição era tamanha que sobre o jogo de uma superioridade masculina, era a nossa mãe que manipulava tudo em volta, até porque meu pai passava a semana fora de casa (trabalhando no sítio em outra cidade). Mas lembro-me também de que minha mãe, mesmo sendo a autoridade do lar, enviava-nos a solicitar ao nosso pai algum pedido (ir para um aniversário, viajar, estudar na casa do colega) e ele prontamente dizia sim a uma situação que já havia sido definida pela influência materna. Nós já sabíamos dessa estratégia desde pequenos, se nossa mãe não quisesse algo ela não nos encaminharia para o pai, mas o porquê dessa atitude só mais tarde eu compreenderia. “O presente muda a compreensão que temos do passado e de nós mesmos. O presente introduz novas mediações para compreender o passado e parece às vezes ampliar ou às vezes diminuir seu significado” (GEBARA, 2000, p. 48). Portanto, agora entendo que

⁴⁸ Ver BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

minha mãe tinha o poder, mas também comungava de uma simbologia socialmente aceita em que o homem é o chefe, e, segundo as doutrinas cristãs a cabeça⁴⁹ da mulher.

Uma segunda consequência da orientação familiar ou doméstica relaciona-se aos aspectos sob os quais as mulheres são vistas pelo resto da sociedade. Percebe-se que estão ligadas a seus filhos; elas têm acesso a um tipo de segurança, a um sentido de posse difusa não acessíveis aos homens. Estes que estão física e socialmente distante de seus filhos podem ter reivindicações políticas e econômicas sobre eles, mas suas reivindicações tendem a ser baseadas mais em sua autoridade abstrata do que no comportamento pessoal (ROSALDO, 1979, p. 43).

Meu pai era o possuidor do falo, o representante de Adão por isso deveria mandar. Minha mãe nasceu inicialmente Eva (a pecadora e por isso mesmo digna de dominação e adestramento), porém ao casar-se e encontrar-se com a experiência da maternidade transforma-se em Maria que aceita a submissão do marido com resignação e amor. Tais símbolos culturalmente disponíveis demarcam, segundo Joan Scott, um os quatro elementos inter-relacionados, necessários para a compreensão dos estudos de gênero. Os demais elementos seriam: conceitos normativos, a concepção política (nos mais diversos espaços sociais) e a identidade subjetiva, todos para além de uma explicação universal e muito menos atemporal. Isso porque Scott critica os determinismos que tentavam explicar as desigualdades entre homens e mulheres, seja pela explicação em última instância do campo econômico ou a concepção baseada na vertente psicanalítica e enfim seja pela compreensão puramente biológica. Ora, “num sentido preciso, tornar-se homem ou mulher depende de certas construções culturais e sociais” (GEBARA, 2000, p. 38), assim pensar em gênero é, sobretudo, discutir o campo simbólico, entender como o gênero dá sentido à organização social.

Salta aos nossos olhos, porém que ainda hoje muitos estudos repousam suas explicações sobre as desigualdades entre homens e mulheres no campo econômico. Não que tal dimensão deva ser descartada, entretanto, os estudos dessa natureza (marxistas) prendem-se à causalidade material, mas não explicam como o patriarcado se desenvolve fora do capitalismo, considerando ainda o gênero como um sub-produto das estruturas econômicas cambiantes (SCOTT, 1990). De fato, gênero deve ter o status analítico e não meramente descritivo, a fim de que no grande desafio teórico, esteja centrado em denúncias e mudanças. Bem é verdade que pesquisas atuais estão mostrando que a mulher ingressou no mercado de trabalho e vem desenvolvendo profissões até então vistas como masculinas, as academias

⁴⁹ Mas quero que saibais que Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo. 1 Coríntios 11:3.

estão sendo ocupadas pelas mulheres e os discursos por igualdade entre homens e mulheres beiram os mais diversos setores da sociedade, porém é fato também que o feminino continua sendo símbolo de fraqueza, inferioridade, submissão, perigo [...], sendo necessário o casamento e a maternidade como instrumentos salvacionistas, purificando os males de se ter nascido mulher. Com efeito, “a categoria de classe, rica para análises gerais, é pobre para outros aspectos- não explica tudo” (FALEIROS, 2010, p. 88).

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado de oposição homem/mulher: ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural e divina (SCOTT, 1990, p. 92).

Nessa perspectiva, a história que conto, e lembrando que contar já é interpretar (GEBARA, 2000), de alguma forma possui algo de universal nas experiências de outras tantas meninas. Portanto, apesar das vicissitudes temporais, econômicas, espaciais, culturais, políticas, a categoria mulher possui um signo definido e relevante. Segundo Rosaldo (1979) ao citar Chodorow, aprendemos como garotas por exemplo, ao crescermos numa família sem vínculos institucionais formais, como perseguir nossos próprios interesses obtendo a simpatia de outras pessoas, sendo educada, compreensiva e amável (ganhei muitas viagens com famílias amigas, por conta do meu comportamento). Nessa elasticidade de ser o que a sociedade quer e ao mesmo tempo encontrar na alienação sua própria liberdade, foi que deparei-me com a relevância e o significado dos estudos para a minha vida.

Desde cedo aprendi o significado de ter nascido mulher. Cuidava da minha irmã, ajudava nos afazeres domésticos e preocupava-me com cabelos, unhas, perfumes, calçados e roupas para estar bem bonita aos domingos nos cultos, na escola e nas festinhas de aniversário, formatura, casamento. Entretanto tão logo percebi que a sociedade era excludente, preconceituosa e desigual. E, foi dentro da própria instituição religiosa que percebi o meu lugar social: era uma mulher branca, da camada popular, que morava no interior baiano, protestante. Evidente que não sofri a discriminação relatada por Bel Hooks (1995) em ser considerada “só corpo sem mente” (estigmatizada por sua negritude). Pude de fato ser anjo⁵⁰ durante oito anos consecutivos na Noite de Natal, mas nunca Maria (já que meus cabelos nem eram lisos nem tampouco compridos).

⁵⁰ “No Nordeste do Brasil, era comum não admitir crianças negras para vestir-se de anjos nas festas religiosas, particularmente nas festas da Virgem Maria. Nunca uma criança negra podia coroar Nossa Senhora no último dia do mês de maio” (GEBARA, 2000, p. 74).

Na escola por sua vez, (sempre estudei em escolas particulares) percebi também como as meninas e os meninos de famílias ditas de classe média eram tratados diferentemente. Nos desfiles eram os reis, as rainhas, as princesas e os príncipes. Para mim restavam os pelotões onde 40 crianças saíam com roupas iguais. Confesso que meu sonho era um dia também ser destaque, desfilar em uma carruagem com vestidos compridos e ou em carros abrindo a festividade do aniversário da cidade, mas isso não aconteceu. Lembro-me ainda que minha mãe foi em uma reunião de pais e mestres solicitar que minha irmã saísse no desfile em um carro, sinalizando que ela teria três filhos na escola e pagava corretamente as mensalidades assim como os demais, por isso exigia tratamento igualitário. Ela conseguiu, mas o papel da minha irmã foi a de madrasta da Cinderela! Ainda recordo nesse exato momento de quando as fantasias eram feitas de papel crepom e só sabíamos do tema no momento de desfilar. Tinha cinco anos quando todas as meninas da minha turma saíram de cozinheira... Fiquei tão aborrecida (via outras turmas com lindas fantasias como as cartas de um baralho) que até hoje tenho aversão à cozinha.

Todavia o que fiz com tais experiências? As coisas vividas por mim e contadas aqui são minhas interpretações, fazem parte da minha subjetividade e que assim distingue-se das outras histórias de mulheres que mesmo vivenciando cotidianos semelhantes, o experimentam e o interpretam diferentemente. O mal que me incomodava e continua me incomodando muitas vezes era e é ainda o bem defendido por minha mãe. Até porque “mal e bem se misturam e parecem alimentar-se mutuamente” (GEBARA, 2000, p. 81).

O significado atribuído a um dado evento varia enormemente de um indivíduo para outro. Quando falamos da constituição do indivíduo em sujeito através de múltiplos campos de significação estamos invocando inscrição e atribuição como processos simultâneos através dos quais o sujeito adquire significado em relações socioeconômicas e culturais no mesmo momento em que atribui significado dando sentido a essas relações na vida cotidiana. Em outras palavras, como uma pessoa percebe ou concebe um evento varia segundo como “ela” é culturalmente construída: a miríade de maneiras imprevisíveis em que tais construções podem se configurar no fluxo de sua psique; e, invariavelmente, em relação ao repertório político dos discursos culturais à sua disposição (BRAH, 2006, p 362).

Nesse caminho passei a questionar os dogmas sociais. Encontrei na escola e nos estudos uma forma de ser diferente, de adquirir poder sobre os outros, de enfim futuramente ter um teto todo meu, um emprego estável e a liberdade de pensar... Deleito-me então nas palavras de Virgínia Woolf que de certa forma estavam presentes nas minhas ideias, alimentadas por minha mãe que sempre trabalhou fora e dentro de casa.

... é impressionante a mudança de ânimo que uma renda fixa promove. Nenhuma força no mundo pode arrancar-me minhas quinhentas libras. Comida, casa e roupas são minhas para sempre. Assim, cessam não apenas o esforço e o trabalho árduo, mas sempre o ódio e amargura. Não preciso odiar homem algum: ele não pode ferir-me. Não preciso bajular homem algum: ele nada tem a dar-me (WOOLF, 1928, p. 48).

O trabalho intelectual foi tecendo-se em minha vida e passou a significar uma forma de conquistar independência, ser uma mulher capaz de expressar o que acreditava, embora muitas vezes tenha silenciado para não agredir os valores familiares e os da comunidade de fé que frequentava. Com efeito, estudar nunca foi problema na minha vida. Meus pais sempre incentivaram, minha mãe não exigia uma dedicação exclusiva da minha parte para as atividades domésticas, embora eu sempre as cumpri com a certeza de que precisava ajudá-la, mas ficava totalmente indignada com a coerção social que não exigia do meu irmão a mesma postura. Talvez seja por isso que não aprendi (porque não quis) das muitas atividades ditas femininas (costurar, cozinhar, bordar, tricotar).

O que gostava mesmo era de discutir nos dias de domingo, na hora do almoço, sobre a bíblia e é claro discordar de muitos dogmas, em especial da submissão feminina. Os debates familiares eram incríveis e instigantes. Eis uma determinante que influenciou na minha escolha (aos 18 anos) do curso de História na UEFS, no qual buscava estudar, teorizar para entender e mudar minhas relações sociais. Utilizando-me das palavras de Hooks (1995), jamais pensei em um trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano. Queria continuar protestante, mulher, sonhava em casar e ter filhos, mas almejava viver sem ser vista como sexo frágil, como a colaboradora do esposo, numa prisão simbólica de dominação e controle masculino. Para tanto precisava estudar e paralelamente trabalhar. E assim sou uma “trabalhadora discente”⁵¹ que busca estudar para além dos títulos, mas, sobretudo tentando promover e ou incitar mudanças sociais. Não é a toa que voltei à academia, ingressando no curso de Serviço Social.

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. Tenho muitos colegas que lidam com ideias e a quem eu muito relutaria em chamar de intelectuais. Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo [...] Intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla (HOOKS, 1995, p. 468).

Minhas escolhas estiveram sempre preocupadas com a família, com o meu trabalho nas escolas, com a área social na igreja. Não procurei entrar no mestrado, embora tivesse

⁵¹ É o trabalhador que estuda. Ou seja, o trabalho é fundamental, pois lhe possibilita suprir suas demandas e ou colaborar com o orçamento familiar, na medida em que o aprendizado escolar é considerado como algo que vem somar aos anseios materiais e ou subjetivos.

muito interesse. Casei (escolhi um marido que também comungava das mesmas ideologias), voltei-me para o mundo familiar, mas no fundo sentia falta dos debates teóricos, das pesquisas, de sentar-se como discente, de compreender pensamentos e reconstruir ideias. Ora, só agora pude perceber, lendo Bell Hooks em seu artigo *Intelectuais Negras*, (em alguns aspectos vendo-me nas páginas como um espelho), que a minha posição enquanto mulher desencadeou em minha consciência,

“o senso de que era de algum modo não apenas errado preferir ficar sozinha lendo, pensando e escrevendo, mas também perigoso para meu bem estar e um gesto de insensibilidade para com o bem estar dos outros. Na idade adulta passei anos julgando (e por isso fazendo com que fosse) importante para mim terminar qualquer outra tarefa por mais inconsequente que pudesse ser para só depois me dedicar ao trabalho intelectual” (HOOKS, 1995, p. 471).

Nessa arte de contar, fui tocada por minha própria narração, pois sempre escrevi para vencer o medo do desconhecido, para materializar meus sentimentos, para organizar minhas dúvidas, para me compreender e compreender o outro. Logo, entendo o porquê de ser vista como a professora (leciono na rede estadual e municipal no ensino médio e Fundamental I e II) preocupada com seus discentes, responsável, competente, amiga, incentivadora! Tudo isso alimenta minha autoestima e enobrece meu fazer profissional. Mas também percebo que não sou vista enquanto intelectual. Este mérito fica para os homens que conseqüentemente se apresentam dessa forma. A mulher é pró, o homem é mestre! Todavia não admito essa litania... E, é preciso encontrar saídas! Trata-se de um trabalho de reeducação dos valores, de materializar a teoria no cotidiano, ou seja, deixar de discutir o sexismo apenas da boca para fora! É preciso como afirmou Bell Hooks, “descolonizar a mente”. Sigo então o meu caminho de luta, solidária aos demais oprimidos, pois acredito na agência social assim como Giddens (1989) não como a intenção das pessoas em desenvolverem ações e modificarem coisas, mas acima de tudo da capacidade que os indivíduos possuem de realização, de poder, de transformação, de jogar com a estrutura, intervindo no curso dos acontecimentos e alterá-lo.

... o cotidiano é, por excelência, um terreno de reflexividades. É a partir do cotidiano que podemos reconhecer que a liberdade de opção, que é própria da reflexividade de ação, pode traduzir-se em ganhos de autonomia, mas também em perdas de aceitabilidade (PAIS, 2007, p. 30).

Agora, ao reler essas páginas também leio a “*palavramundo*” (FREIRE, 2001, P.9). E, diante da leitura da minha própria obra, me encanto, reconhecendo, no texto em processo, significados próprios. Significados estes que transmitem anseios, insatisfações, temores,

sonhos, alegrias... Gosto ainda de escrever no papel, vendo minha mão manusear a caneta que dança com o ritmo do meu pulso ao som do pensamento. Mas são os rabiscos que me encantam. Eles afirmam que nada está definido, e, em cada olhar sobre a realidade pode-se contemplar outras imagens, perceber novas soluções, enfim ler em outros ângulos, contar de outra forma. Paralelamente, é despertada em mim uma consciência crítica, desenvolvendo uma visão mais forte, autêntica, expressiva, significativa, rica sobre o mundo, superando o reducionismo empobrecedor das formas convencionais e impostas de viver.

Pari Mateus! Eis aqui o meu bebê! Desejei-o desde o segundo semestre de graduação em Serviço Social. Assumo as lacunas, as responsabilidades do que foi escrito e também ocultado. Tenho, assim como toda mãe, projetos para o seu futuro. Espero que pelo menos ele contribua socialmente para uma nova percepção da gravidez na adolescência, na promoção de propostas políticas que coloquem as adolescentes enquanto sujeitos da fala, e que seus corpos sejam marcas de conquistas e lutas, livres das amarras, dos padrões e das regulações que ainda lhes são imputados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. Sobre o tempo e a eternidade. 13ª edição. São Paulo: Papirus, 1995.
- BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. Estatísticas oficiais e outros dados quantitativos. In: BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria dos métodos*. Portugal: Porto Editora LDA, 1994.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo : Cortez, 2008
- BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edilson Tavares. *Avaliação e monitoramento de projetos sociais*. Curitiba: IESDE, 2009.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade e Diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 2006. PP.329-376. Disponível www.scielo.com.
- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual. In: BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHARLOT, Bernard. Prefácio. In: COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Tradução Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.
- COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Tradução Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DE BEAUVOIR, Simone. “Introdução”. In *O Segundo Sexo*. 1970. <http://brasil.indymedia.org/media/2008/01//409660.pdf>
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. O Corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary. AMANTINO, Marcia (orgs). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2011.
- _____. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympo, 2009.
- _____. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. Planeta do Brasil, 2011.

_____. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo, org. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.

DADOORIAN, Diana. *Pronta para voar: um novo olhar sobre a gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. *Pro-Posições*- vol. 14, Nº 1 (40)- jan./abr. 2003.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. *Educ. Soc.* Campinas, vol. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007

FILHO, Naomar de Almeida. A vida universitária como objeto de pesquisa e o campus universitário como etnopaisagem. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (organizadora). *Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos*. Salvador: Edufba, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. *Microfísica do poder*. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2001.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o Silêncio; uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford - *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*. Ano 3. 2º semestre-95.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.

LAQUEUR, Thomas Walter. A Descoberta dos sexos. In: LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*; tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARROSA, J. Literatura, experiência e formação: uma entrevista com Jorge Larrosa. In: Costa, M. V. (Org.). *Caminhos investigativos: Novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a.

LISBOA, Tereza Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. – 11 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2008, vol.16 (2), p.333-357. Disponível em <http://www.scielo.br>

MAUSS, Marcel. *Técnicas do corpo* IN Sociologia e antropologia. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosa e Nafy, 2003.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. JUNCÁ Denise Chrysóstomo de Moura. SANTOS, Katarine de Sá. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 103, p. 433-452, jul./set. 2010.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas. Conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

NUNES, Sílvia Alexim. Maternidade na adolescência e biopoder. *Revista EPOS*; Rio de Janeiro – RJ, Vol.4, nº 1, jan-jun de 2013; ISSN 2178-700X.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*, São Paulo, Ed. Cortez, 1987

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo. *Educ. Soc.* Campinas, vol. 28, n. 98, p. 47-72, jan./abr. 2007

PAIS, José machado. Cotidiano e reflexividade. *Educ. Soc.* Campinas, vol. 28, n. 98, p. 23-46, jan./abr. 2007

PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 1998.

PINHO, Osmundo & SANSONE, Livio (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2 ed. Salvador: ABA, EDUFBA, 2008.

RIBEIRO, Patrícia da Silva. Dissertação de mestrado “*A gravidez na adolescência como fator de risco para o baixo peso ao nascer: expressão de atributos maternos ou convergência de fatores sociais?*”. Rio de Janeiro: 2011.

ROESE, Anete. Corporeidade no espaço relacional: Interpretações a partir do acompanhamento pastoral terapêutico feminista. In: STRÖHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André S. (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal/CEBI, 2004.

ROSALDO, Michele “A Mulher, a Cultura e a Sociedade: uma revisão teórica” (33-64). In ROSALDO e LAMPHERE (org.) *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Editora Paz e Terra, 1979.

SAMPAIO, Maria Rocha. Introdução. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (organizadora). *Observatório da Vida Estudantil: Primeiros Estudos*. Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Claudia Mônica dos. *Na Prática a Teoria é outra? Mitos e dilemas na Relação entre teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, 20/2, 1995, pp.71-99.

SETUBAL, A. *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Colaboradores André Grillo... [et al.]. Belo Horizonte: UFMG, 2009, 483 p.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães Universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (organizadora). *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos*. Salvador: EDUFBA, 2011.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc*. Tradução Mariano Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1928.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a estudante de graduação, JUSSIANA SILVA DOS SANTOS do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com estudantes do Colégio Estadual Rômulo Galvão que passaram pela maternidade na adolescência, visando a realização do trabalho de conclusão de curso, intitulado **QUE ELA CRESÇA E APAREÇA!** Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013). Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, e que os dados obtidos divulgados preservarão o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. A estudante providenciará uma cópia do seu trabalho para o colégio, cujo objetivo também é de apresentá-lo para a comunidade escolar, incentivando em novos projetos pedagógicos e também de iniciativa do Estado. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

São Félix, ____ de _____ de 2013

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

1. Idade _____
2. Você se considera () Preta () Indígena () Parda () Branca
3. Religião _____
4. Quantos filhos você tem? _____
5. Com quantos anos você engravidou pela primeira vez? _____
6. E o pai da criança tinha quantos anos? _____
7. Você usava método contraceptivo?
() Sim
() Não
Se sim, qual? _____
Se não, por quê? _____
8. Com quem estava morando quando engravidou?
() Própria família
() Família do pai do bebê
() Somente com o companheiro
() Outro. Quem?
9. Atualmente você está:
() sem companheiro
() namorando
() casada
() morando junto
10. Quando engravidou você estava:
() sem companheiro
() namorando
() casada
() morando junto
11. Em algum momento, você sentiu vontade de interromper a gravidez?
() Não
() Sim

12. Qual a explicação melhor para a sua gravidez?

- descuido
- desejo próprio
- falta de informação
- outro

13. Qual a sua atual relação com o pai da criança?

- moram juntos
- moram separados mas continuam sendo parceiros
- estão separados e ele apenas contribui financeiramente com a criança
- o pai não assumiu o filho e foi necessário recorrer à Justiça

14. Qual a sua situação atual?

- casada
- solteira
- namorando

15. Você tirou fotos no período da gravidez?

- Nenhuma
- Poucas
- Muitas

16. Assinale os métodos contraceptivos que você conhece.

- Anticoncepcionais injetáveis
- Pílula do dia seguinte
- Diafragma
- Camisinha feminina
- Espermicidas
- DIU
- Tabela
- Coito interrompido
- Pílulas
- Camisinha masculina
- Outros

17. Você participou de algum evento sobre gravidez e métodos contraceptivos?

- Sim
- Não

18. Marque a (s) alternativa (s) que você tem acesso sobre gravidez e métodos contraceptivos.

- Televisão
- Escola
- Palestras e oficinas realizadas no município
- Internet
- Livros
- Revistas
- Grupo de amigos
- Família
- Igreja
- Outros _____

19. Quando você soube que estava grávida qual foi a sua reação?

20. Qual foi a reação dos seus familiares?

21. E a reação do pai da criança?

22. Quem fica ou ficará com a criança para você estudar?

- Pai da criança
- Avós maternos
- Avós paternos
- Vizinhos
- Amigos
- Outro parente
- Uma babá
- Outro _____

23. No grupo de amigas você se sente excluída por já ser mãe?

- Sim
- Não

24. O que mudou ou mudará em sua vida?

25. O que seu filho representa para você?

26. Seu (s) filho (s) está (ao) inserido (s) no Programa Bolsa Família?

- Sim
- Não

27. O pai da criança contribui financeiramente?

- Sim
- Não

28. Qual a melhor parte de uma gravidez?

29. Qual a parte mais negativa de uma gravidez?

30. Qual o seu maior sonho?

31. Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?

Sim

Telefone _____

Endereço _____

Não

Obrigada!

OBS: As entrevistas semiestruturadas perpassaram esses questionamentos de uma forma mais livre, em que as entrevistadas puderam falar do processo de namoro, do estar grávida na escola, em casa e na rua e enfim, das dificuldades e possibilidades que o ser mãe lhes proporcionava no caminho diário.